

Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região

Relatório do Biênio 2003/2005



TRT 5ª REGIÃO
BIBLIOTECA
MINISTRO COQUELHO COSTA

TRT 5ª



cop. 58813

EXPEDIENTE

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO - BAHIA
RELATÓRIO DO BIÊNIO 2003/2005

MESA DIRETORA

DESEMBARGADORA MARAMA CARNEIRO
PRESIDENTE

DESEMBARGADOR GUSTAVO LANAT
VICE-PRESIDENTE

DESEMBARGADOR ROBERTO FREITAS PESSOA
CORREGEDOR REGIONAL

DESEMBARGADOR WALDOMIRO PEREIRA
VICE-CORREGEDOR REGIONAL

COMISSÃO EDITORIAL

JUIZ ADRIANO BEZERRA COSTA
AMONI GUERRA PESSOA LAVIGNE
LAISE PINHO ANDRADE

PROJETO GRÁFICO/ EDITORAÇÃO ELETRÔNICA
MARCELO E. MAGALHÃES E MANOEL NETO

FOTOS

ARTUR VELOSO, MARCELO E. MAGALHÃES, SANDRO CHAGAS, UÍLSON MORAIS E ARQUIVO BAHIA TURSA

ÍNDICE

TRT 5ª REGIÃO
BIBLIOTECA
MINISTRO COQUELLO COSTA

A PRESIDÊNCIA _____	05
PERFIL DO TRIBUNAL _____	09
DESEMBARGADORES FEDERAIS DO TRABALHO _____	11
CORREIÇÃO NO TRT DA 5ª REGIÃO _____	15
RESOLUÇÕES ADMINISTRATIVAS _____	17
OUIDORIA _____	27
JUÍZO AUXILIAR DE CONCILIAÇÃO DE PRECATÓRIOS _____	29
DIRETORIA GERAL _____	31
SECRETARIA ADMINISTRATIVA _____	35
OBRAS _____	41
CONTROLE INTERNO _____	43
ASSESSORIA JURÍDICA _____	45
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO _____	47
SECRETARIAS DE COORDENAÇÃO JUDICIÁRIA _____	51
INFORMÁTICA _____	53
RECURSOS HUMANOS _____	61
PUBLICAÇÕES _____	67
ESCOLA JUDICIAL _____	69
A VOZ DOS MAGISTRADOS _____	73
COM A PALAVRA, OS ADVOGADOS _____	75
DIA DO CIDADÃO _____	77
COLEPRECOR _____	79
EVENTOS _____	81
UM TRT QUE CRESCER _____	91
NASCE UMA NOVA JUSTIÇA _____	97



TRIP

“Alguns homens observam o mundo e se perguntam: por que? Outros observam o mundo e se perguntam: por que não?”

George Bernard Shaw

Ao assumir a Presidência do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região muito me auxiliou na condução do seu destino, durante o biênio 2003/2005, a vivência administrativa adquirida, primeiramente como servidora, pois aqui ingressei como técnica judiciária, tendo trabalhado em então Juntas de Conciliação e Julgamento e, posteriormente, já como juíza, por ter exercido, no biênio 2001/2003, o cargo de vice-corregedora, efetuando correições nas diversas varas trabalhistas tanto da capital como do interior, e assim tomando conhecimento das dificuldades e necessidades de cada uma.

A par disso, o natural exercício da função jurisdicional, através da qual passamos a lidar com as variadas realidades sócio-econômicas das partes envolvidas nas demandas judiciais, proporcionou-me as condições necessárias para traçar o norte a ser seguido.

No entanto, não bastava ter uma meta de trabalho. Era necessário, antes de tudo, vontade, determinação e perseverança para executá-la.

A meta de trabalho que coloquei em mente assentava-se em três pilares: **pessoal, informatização e comunicação**. E seu objetivo era um só — o **jurisdicionado**.

Eleitos o objetivo e os meios para alcançá-lo, a tarefa seguinte era formar a equipe que me auxiliaria nessa jornada e nisso fui muito feliz, pois todos os componentes dessa equipe, sem exceção, estiveram, até o último minuto, lado a lado comigo, esforçando-se para superar os naturais percalços e dificuldades que se apresentavam, a fim de que, ao final, tudo desse certo, como deu. Por isso, não me cabe falar apenas na primeira pessoa.

No decorrer da nossa gestão estavam em curso, no Congresso Nacional, as discussões sobre a reforma do Poder Judiciário, aí incluído o Judiciário Trabalhista e a ampliação de sua competência, que resultou na edição da Emenda Constitucional nº 45. Também estava em apreciação o projeto de lei que criava novas varas trabalhistas em



todas as regiões da Justiça do Trabalho e que se transformou na Lei nº 10.770, de 21 de novembro de 2003.

Para a 5ª Região, que jurisdiciona o Estado da Bahia, foram criadas 20 novas varas do trabalho, sendo 14 na capital e 6 no interior.

Essas novas varas, cuja instalação se daria progressivamente, a partir do exercício de 2004, conforme previsto na citada Lei 10.770, tiveram sua instalação antecipada para o exercício de 2005, por força da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

O cumprimento do cronograma legal para instalação dessas novas varas constituiu-se num verdadeiro desafio, que foi enfrentado com pleno êxito.

As seis varas do interior foram instaladas na seguinte ordem: uma em Ilhéus (a 3ª), em 16/08/2005; duas em Feira de Santana (as 5ª e 6ª), em 22/08/2005; uma em Itabuna (a 4ª), em 28/09/2005; uma em Porto Seguro (nova), em 27/10/2005 e uma em Vitória da Conquista (a 2ª), em 31/10/2005.

Quanto às 14 varas da capital, foi instalada uma em 14/10/2004, ainda no Fórum Presidente Médici, em Nazaré, e como não havia mais espaço ali para instalação das demais 13 varas, foi iniciada uma verdadeira via crucis para conseguir-se um prédio onde pudessem ser instaladas.

Para que isso fosse possível contamos com a prestimosa colaboração do Banco do Brasil que, ciente do significado e da importância do projeto de revitalização do Comércio, que vinha sendo implantado pe-

los Governos Municipal e Estadual, se dispôs a local para o Tribunal um prédio localizado naquele bairro, com área suficiente para abrigar não apenas as novas varas, mas também as antigas.

Foi nesse prédio, denominado Edifício Góes Calmon, situado na Rua Miguel Calmon, 285, que após muito trabalho e muita persistência inauguramos, no dia 12 de outubro de 2005, dedicado a Nossa Senhora Aparecida, padroeira da cidade do Salvador, o novo prédio das varas trabalhistas da capital, denominado Fórum Juiz Antonio Carlos Araújo de Oliveira, e instalamos as novas varas criadas pela Lei nº 10.770, de 2003.

Os desafios que naturalmente adviriam como decorrência da ampliação da competência e do aumento da jurisdição da Justiça do Trabalho tornavam imprescindível que aqueles três pilares — **pessoal, informatização e comunicação** — constituíssem prioridade da nossa administração, a fim de acompanhar as mudanças e oferecer uma melhor prestação de serviços aos jurisdicionados.

Na área de pessoal, adotando medidas que valorizassem o servidor efetivo, capacitando-o e aproveitando-o adequadamente em setores para os quais muitas vezes era relegado.

Na área de informatização, dotando o Tribunal de modernos equipamentos que se mostrassem aptos a receber os programas a serem implantados com vistas à criação do chamado Portal Único da Justiça do Trabalho.

Na área de comunicação, adotando medidas que aproximassem nosso Tribunal da sociedade, de forma a tornar transparente para o



cidadão a atuação de magistrados e servidores e permitir-lhe entender o que a linguagem jurídica muitas vezes impede, assim como dar publicidade aos atos e realizações.

O primeiro problema com que nos deparamos dizia respeito a algumas distorções administrativas relacionadas com servidores requisitados oriundos de municípios, e oficiais de justiça "ad-hoc", as quais foram sanadas mediante devolução dos requisitados em situação irregular aos seus órgãos de origem e efetivação de adequações para corrigir os desvios de função em relação aos oficiais de justiça, possibilitando, com isso, que a atribuição de funções comissionadas aos servidores da Casa se fizesse de maneira mais justa e dentro da legalidade.

Outro grande problema estava no próprio quadro de pessoal deste Regional, cuja insuficiência, para o tamanho de sua jurisdição, vinha de longa data. Com a finalidade de sanar essa carência existente no quadro de pessoal mandei elaborar uma proposta de projeto de lei objetivando o aumento do quadro funcional e de funções comissionadas, com a correspondente previsão de verba orçamentária para cobrir os custos daí decorrentes, a qual foi remetida ao egrégio Tribunal Superior do Trabalho, onde aguarda os trâmites burocráticos para encaminhamento ao Congresso Nacional.

Igualmente foi encaminhada ao TST proposta de projeto de lei para regularização de funções comissionadas que foram criadas em gestões passadas mediante ato interno, a fim de legalizar a situação dos que estivessem investidos naquelas funções. Essa proposta obteve aprovação do TST e foi encaminhada ao Congresso Nacional, onde aguarda os trâmites legais para promulgação da respectiva lei.

A fim de possibilitar a realização de cursos de capacitação para os servidores, atualizando seus conhecimentos para uma melhor prestação de serviços, foram promovidos a reestruturação e o redimensionamento do Departamento de Desenvolvimento de Recursos Humanos, localizando-o num espaço maior e dotando-o de uma sala de aula com capacidade para 60 alunos.

A Escola da Magistratura Trabalhista da 5ª Região – EMATRA V, que era gerida mediante convênio celebrado entre o TRT e a AMATRA V, foi extinta, bem como dissolvido o referido convênio, sendo, em seu lugar, criada a Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região, diretamente vinculada a este Tribunal e tendo como Diretora a Excelentíssima Desembargadora Federal do Trabalho Vânia Tanajura Chaves, cuja Escola passou por uma reforma em seu leiaute e vem cumprindo a contento seu papel institucional de realizar cursos e palestras direcionados à atualização de conhecimentos de magistrados e servidores.

Também como forma não só de minorar a deficiência do quadro de pessoal deste Tribunal como estimular a inclusão social do jovem no mercado de trabalho, foi instituído um programa de estágio destinado a estudantes de Direito e a estudantes de segundo grau matriculados em escolas públicas, cuja concretização se deu mediante celebração de convênios com o Centro de Integração Empresa Escola e com Faculdades de Direito.

Em relação à informatização, solicitei à Secretaria de Informática um levantamento das nossas necessidades e fiquei assustada com o resultado. Os equipamentos de informática encontravam-se defas-



dos, com sua vida útil de há muito ultrapassada e a maioria sem condições sequer de conserto.

Em novembro de 2003 tive a honra de ser eleita Coordenadora do Colégio de Presidentes e Corregedores dos Tribunais Regionais do Trabalho para o exercício de 2004, tomando posse em dezembro de 2003.

Nessa época estavam em curso estudos que vinham sendo realizados pelos diretores de informática dos diversos Regionais, inclusive o da 5ª Região, com a finalidade de implantar o projeto de informatização que vinha sendo desenvolvido pelo Tribunal Superior do Trabalho com vistas a uniformizar os procedimentos administrativos e judiciários e promover-se a interligação do sistema nas três instâncias da Justiça do Trabalho.

Desse estudo e do empenho da Coordenação do Colégio de Presidentes e Corregedores junto ao TST resultou o repasse de verba a este Tribunal, que possibilitou a aquisição de 500 micros, 248 impressoras laser e um servidor. Além disso, recebemos do TST 623 micros, 136 impressoras e 2 servidores.

Afora isso, contei com a sempre presente parceria do Banco do Brasil, com o qual foi celebrado um convênio de cooperação técnica e financeira que possibilitou a aquisição de mais 400 microcomputadores, 100 impressoras a laser, 31 notebooks, 14 servidores e um Storage.

Com isso, todo o nosso parque de informática foi modernizado encontrando-se apto a receber os programas que serão implantados para

execução do projeto tendente à criação de um chamado portal único da Justiça do Trabalho.

Finalmente, quanto à área de comunicação, a Secretaria de Comunicação Social recebeu novo leilante e foram adquiridos equipamentos que simplesmente não existiam para permitir o cumprimento de suas finalidades, tais como máquinas filmadoras digitais para TV de alta resolução, máquina fotográfica digital, equipamentos de áudio, aparelhos de TV e DVD, videocassete digital profissional, monitores para edição de vídeo, softwares e placas de captura de vídeo, além dos acessórios que compõem uma ilha de edição de vídeo.

Isso possibilitou a edição de uma revista bimensal intitulada "Revisita TRT5", de alto padrão gráfico e editorial, onde, além de eventos relacionados à atuação do Tribunal, são publicados artigos doutrinários e literários.

Dessa forma, encerrada nossa gestão na Presidência do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região lançamos um olhar em volta e nos perguntamos: por que não?





O Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região, composto de vinte e nove juízes, foi presidido, no biênio 2003/2005, pela Desembargadora Marama Carneiro. Na busca incessante de aprimorar a Justiça do Trabalho na Bahia, a administração que se encerra norteou-se por proporcionar aos jurisdicionados e à sociedade como um todo serviços de excelência e cada dificuldade surgida nada mais representava que um incentivo na busca constante da consecução dos objetivos traçados.

A primeira instância do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região, que contava com 68 Varas do Trabalho até o ano de 2004, passou a contar com 88 Varas Trabalhistas ante a promulgação da Lei 10.770, de 21.11.2003, reclame antigo da magistratura trabalhista que, inquietada na busca da perfeição dos serviços, sempre visualizou na implantação de novos Juízos a possibilidade concreta de tornar mais célere a prestação jurisdicional.

A 5ª Região da Justiça do Trabalho é constituída de 162 juízes em atividade e 59 magistrados aposentados. Quanto ao quadro permanentemente de pessoal, o Regional é composto de 1.834 servidores em atividade, assim distribuídos: 541 analistas judiciários, 1.280 técnicos judiciários e 13 auxiliares judiciários. Existem, ainda, 484 servidores aposentados.



TRIP

DESEMBARGADORES FEDERAIS DO TRABALHO



Des. Presidente
Marama dos Santos Carneiro



Des. Vice-Presidente
Gustavo Lanat Pedreira de Cerqueira



Des. Corregedor
Roberto Freitas Pessoa



Des. Vice-Corregedor
Waldomiro Santos Pereira



Des. Odimar de Almeida Leite
Aposentado em 23/01/05



Des. Raymundo Carlos Figueirôa
Aposentado em 13/08/05



Des. Maria da Conceição Manta Dantas Martinelli Braga
Aposentada em 15/03/04



Des. Dolores Correia Vieira
Aposentada em 15/03/04



Des. Ilma Aguiar de Sousa



Des. Paulino César Martins Ribeiro do Couto



Des. Sônia Santos Melo
Aposentada em 15/03/04



Des. Horácio Raymundo de Senna Pires





Des. Maria Nunes da Silva Lisboa
Aposentada em 29/09/05



Des. Ana Lúcia Bezerra Silva



Des. Raymundo Antonio
Carneiro Pinto



Des. Vânia Jacira
Tanajura Chaves



Des. Delza Maria Cavalcante Karr



Des. Maria das Graças
Silvano Dourado Laranjeira



Des. Valtércio Ronaldo de Oliveira



Des. Maria Adna
Aguiar do Nascimento



Des. Luiz Tadeu Leite Vieira



Des. Yara Ribeiro Dias Trindade



Des. Esequias Pereira de Oliveira



Des. Elisa Maria Amado de Moraes





Des. Dalila Nascimento Andrade



Des. Nélia de Oliveira Neves



Des. Maria das Graças Oliva Boness



Des. Maria de Lourdes
Linhares Lima de Oliveira



Des. Alcino Barbosa de
Felizola Soares



Des. Cláudio Mascarenhas Brandão



Des. Sônia Lima França



Des. Débora Maria Lima Machado



TRIP

CORREIÇÃO NO TRI DA 5ª REGIÃO

O Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho, MINISTRO RIDER NOGUEIRA DE BRITO, realizou, entre 18 e 22 de outubro de 2004, os trabalhos da Correição Periódica Ordinária no Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região.

Na sua passagem pela Bahia, Sua Excelência o Ministro Corregedor elogiou o bom desempenho das Varas do Trabalho, especialmente em relação aos prazos médios entre o ajuizamento e o julgamento das ações.

No mesmo sentido, o Ministro louvou a iniciativa da Corregedoria Regional de regulamentar, por meio de Portaria, a designação de Juizes Auxiliares com a finalidade de manter reduzidos os prazos médios para realização de audiências.



De mais a mais, considerando excelente a providência adotada pelo Regional ao disciplinar, didaticamente, os procedimentos relativos aos débitos com a Fazenda Pública, o Ministro parabenizou os Desembargadores do Trabalho da 5ª Região pela celeridade no exame dos processos que lhes são submetidos.

Outrossim, O Ministro Rider Nogueira de Brito felicitou a Desembargadora Marama Carneiro em razão da adoção de medidas que visam a contenção de gastos.

Ao final dos trabalhos correicionais, Sua Excelência o Ministro Corregedor frisou: *"Este já é um Regional tradicional no cumprimento das disposições legais e regimentais. Espero que, nos Tribunais por onde eu passar, possa sair com a consciência tranqüila, como saio desta Corte"*.



TRIP

As resoluções administrativas visam disciplinar matérias de competência específica do Tribunal, a serem observadas pelos administrados. A seguir, as resoluções de maior destaque editadas no curso do biênio que se encerra.



RA no 033/2003 – O Órgão Especial, em sua 13ª Sessão Ordinária do exercício de 2003, realizada no dia 26 (vinte e seis) de novembro de 2003, no uso de suas atribuições legais e regimentais, apreciando a proposição apresentada pela Presidência deste Regional e, considerando que, com a edição da Lei nº 10.770, de 21 de novembro de 2003, dispozo sobre a criação de Varas do Trabalho nas Regiões da Justiça do Trabalho, os municípios que compunham a área de jurisdição da Vara do Trabalho de Ubaíra, inclusive o município sede, passaram às jurisdições das Varas do Trabalho de Santo Antônio de Jesus e de Jequié; considerando que, a teor do disposto no art. 27 da citada lei, as alterações nas jurisdições das Varas do Trabalho de Santo Antônio de Jesus e de Jequié implicaram imediata alteração não apenas na competência da Vara do Trabalho de Ubaíra, mas em sua própria jurisdição, que restou esvaziada; considerando que, ante o esvaziamento da jurisdição da Vara do Trabalho de Ubaíra, necessário se faz a imediata redistribuição dos processos ali existentes, para que não sofram solução de continuidade; considerando que só mediante

lei é possível a extinção de Varas do Trabalho e não foi declarada, pela Lei nº 10.770, de 21/11/2003, a extinção da Vara do Trabalho de Ubaíra; e considerando que, ante o disposto no art. 28 da referida lei, cabe a cada Tribunal Regional do Trabalho, no âmbito de sua Região, transferir a sede de Vara do Trabalho, de um município para outro, de acordo com a necessidade de agilização da prestação jurisdicional trabalhista, resolveu, por unanimidade de votos, **APROVAR** o disposto a seguir: 1 - Determinar que os processos atualmente existentes na Vara do Trabalho de Ubaíra sejam imediatamente redistribuídos, por seu Juiz Titular, às Varas do Trabalho de Santo Antônio de Jesus e de Jequié, obedecido o critério do local da prestação de serviços, conforme o disposto no art. 651 da Consolidação das Leis do Trabalho. 2 - Transferir a sede da Vara do Trabalho de Ubaíra para o município sede de Jequié, passando a constituir a 2ª Vara do Trabalho de Jequié. 3 – Determinar que os processos redistribuídos à Vara do Trabalho de Jequié, em razão da nova jurisdição, sejam compensados com os novos processos a serem distribuídos para a nova Vara do Trabalho de Jequié (2ª), quando de sua instalação. *(Publicada no DO-TRT 5ª Região, edição de 27/11/2003)*

RA no 034/2003 – O Órgão Especial, em sua 13ª Sessão Ordinária do exercício de 2003, realizada no dia 26 (vinte e seis) de novembro de 2003, no uso de suas atribuições legais e regimentais e apreciando a proposição apresentada pelo Exmo. Juiz Paulino Couto, resolveu, por unanimidade de votos, **APROVAR** a criação da “Comenda Ministro Coqueijo Costa”, assim como a formação de uma Comissão composta pelos Exmos. Srs. Juizes Raymundo Figueirêa, Paulino Couto, Tadeu Vieira, e por um Juiz de 1ª Instância a ser indicado pela AMATRA-V, a fim de elaborar regulamento que



fixe os parâmetros para a concessão da referida Comenda. (Publicada no DO-TRT 5ª Região, edição de 02/12/2003)

RA nº 001/2004 - O Tribunal Pleno, em sua 1ª Sessão Ordinária do exercício de 2004, realizada no dia 07 (sete) de janeiro de 2004, no uso de suas atribuições legais e regimentais, resolveu, por unanimidade de votos, **APROVAR** a identificação das Salas de Sessões das Turmas 1 e 2, com aposição dos nomes dos ex-presidentes deste TRT da 5ª Região - Doutores **WASHINGTON LUIZ DA TRINDADE** e **ROSALVO OTACÍLIO TORRES**, respectivamente. (Publicada no DO-TRT 5ª Região, edição de 12/01/2004).

RA nº 005/2004 - O Órgão Especial, em sua 2ª Sessão Ordinária do exercício de 2004, realizada no dia 28 (vinte e oito) de janeiro de 2004, no uso de suas atribuições legais e regimentais, apreciando a proposição apresentada pela Presidência deste Regional e, considerando que, com a edição da Lei nº 10.770, de 21 de novembro de 2003, dispondo sobre a criação das Varas do Trabalho nas Regiões da Justiça do Trabalho, o município de Camamu, que compunha a área de jurisdição da Vara do Trabalho de Valença, não mais a integra, assim como não integra a jurisdição de Vara do Trabalho alguma; considerando que, antes da edição da referida lei, o município de Camamu integrava a jurisdição da Vara do Trabalho de Valença e há muitos processos oriundos desse município em andamento nesta Justiça Especializada; e considerando que, ante o disposto no art. 28 da referida lei, cabe a cada Tribunal Regional do Trabalho, no âmbito de sua Região, alterar e estabelecer a jurisdição das Varas do Trabalho, resolveu, por unanimidade de votos, **APROVAR** a incorporação do muni-

cípio de Camamu à jurisdição da Vara do Trabalho de Valença. (Publicada no DO-TRT 5ª Região, edição de 29/01/2004)

RA nº 007/2004 - O Órgão Especial, em sua 2ª Sessão Ordinária do exercício de 2004, realizada no dia 28 (vinte e oito) de janeiro de 2004, no uso de suas atribuições legais e regimentais, resolveu, por unanimidade, **APROVAR** o Regulamento da Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho da Bahia – Comenda Ministro Coqueijo Costa, nos termos da minuta apresentada pela Comissão criada através da RA TRT5-34/2003.

RA nº 011/2004 - O Órgão Especial, em sua 4ª Sessão Ordinária do exercício de 2004, realizada no dia 18 (dezoito) de fevereiro de 2004, no uso de suas atribuições legais e regimentais, resolveu, por unanimidade, considerando a proposta apresentada pela Exma. Sra. Juíza Vânia Chaves, Diretora Geral da Escola da Magistratura Trabalhista da 5ª Região - **EMATRA V**, **APROVAR** a criação da **COMISSÃO DE VITALICIEDADE DE DE JUIZES** deste Regional, composta pelos Exmos. Srs. Juizes **VÂNIA IACIRA TANAJURA CHAVES**, **ROBERTO FREITAS PESSOA** e **YARA RIBEIRO DIAS TRINDADE**, que deverá apresentar um projeto de Regulamentação do Acompanhamento da Vitaliciedade ao egrégio Órgão Especial. (Publicada no DO-TRT 5ª Região, edição de 19/02/2004)



RA nº 012/2004 - O Órgão Especial, em sua 4ª Sessão Ordinária do exercício de 2004, realizada no dia 18 (dezoito) de fevereiro de 2004, no uso de suas atribuições legais e regimentais, **resolveu, por unanimidade, atendendo ao disposto no art. 8º do Regulamento da Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho da Bahia** - Comenda Ministro Coqueijo Costa, aprovado pela RA TRT-5 nº 07/2004, **APROVAR** a criação do Conselho de Administração da mencionada Ordem, composto pelos Exmos. Srs. Juizes RAYMUNDO CARLOS FIGUEIRÔA, GUSTAVO LANAT PEDREIRA DE CERQUEIRA, MARIA DAS GRAÇAS SILVANY DOURADO LARANJEIRA e LUIZ TADEU LEITE VIEIRA, presidido pela Exma. Sra. Juíza Presidente deste Regional, Dra. MARAMA DOS SANTOS CARNEIRO; e para exercer o cargo de Secretária da Ordem, de que trata o art. 11 do mesmo Regulamento, a indicação da servidora Maria Eugênia Cunha de Queiroz. *(Publicada no DO-TRT 5ª Região, edição de 19/02/2004)*

RA nº 016/2004 - O Tribunal Pleno, em sua 2ª Sessão Ordinária do exercício de 2004, realizada no dia 18 (dezoito) de fevereiro de 2004, no uso de suas atribuições legais e regimentais, apreciando a proposição apresentada pela Comissão Permanente de Avaliação de Documentos, instituída pela Portaria nº 0518/2003 da Presidência deste Regional, e, considerando os termos do Provimento nº 10/2002 da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, que determinou que os Tribunais Regionais do Trabalho instituissem no âmbito da sua jurisdição, por meio de resolução, o Programa de Gestão Documental; considerando que a Constituição Federal de 1988, em seu art. 216, § 2º, dispõe que cabe à administração pública a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem; considerando que a Lei nº 8.159/91 dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e, em seu art. 20, define

a competência e o dever inerente aos órgãos do Poder Judiciário Federal de proceder à gestão de documentos produzidos em razão do exercício de suas funções, tramitados em juízo e oriundos de secretarias, bem como preservar e facilitar o acesso aos documentos sob sua guarda; considerando a competência deste Tribunal Pleno em estabelecer normas gerais de procedimentos administrativos e atividades auxiliares comuns que necessitem de uniformização no Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região, na 1ª e 2ª Instâncias (RI-TRT 5ªRegião art. 20 X); **RESOLVEU, por unanimidade de votos, aprovar o Programa de Gestão de Documentos da Administração Judiciária no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região.** *(Publicada no DO-TRT 5ª Região, edição de 26/02/2004; e, republicada no DO-TRT 5ª Região, edição de 09/03/2004.)*

RA no 028/2004 - O Órgão Especial, em sua 1ª Sessão Extraordinária do exercício de 2004, realizada no dia 14 (quatorze) de abril de 2004, no uso de suas atribuições legais e regimentais, **resolveu, unanimemente** considerando a existência da Resolução Administrativa 20/2004 deste Regional e da Resolução Administrativa 335/2003 do Conselho da Justiça Federal, apreciando a proposição apresentada pela Comissão de Vitaliciedade de Juízes deste Tribunal, designada pela Resolução Administrativa nº 011/2004, de 18/02/2004, **RESOLVEU, por unanimidade, aprovar o Regulamento do Acompanhamento da Vitaliciedade dos Juízes do Trabalho Substitutos da Justiça do Trabalho da 5ª Região.**

RA nº 036/2004 - O Órgão Especial, em sua 7ª Sessão Extraordinária do exercício de 2004, realizada no dia 26 (vinte e seis) de maio de 2004, no uso de suas atribuições legais e regimentais, **RESOLVEU,**



unanimemente, considerando: que, de acordo com a Resolução Administrativa nº 33/2003, de 26 de novembro de 2003, foi autorizada, por este Órgão Especial, a instalação da 2ª Vara do Trabalho de Jequié, decorrente do esvaziamento da jurisdição da Vara Trabalhista de Ubaíra pela Lei nº 10.770, de 21/11/2003; que, de acordo com o Regulamento Geral da Secretaria deste Tribunal (arts. 71 a 73), no município onde houver mais de uma Vara do Trabalho necessário se faz a criação de um Departamento de Apoio à Atividade Judiciária, com os serviços e encargos a ele inerentes; que, a insuficiência orçamentária deste Tribunal, bem como o seu deficiente quadro de servidores e de funções comissionadas constituem óbice à criação de um Departamento de Apoio à Atividade Judiciária no município de Jequié, aspecto que torna impraticável a instalação de uma segunda Vara na sede daquele município; ainda, a inexistência de espaço físico para instalação de mais uma unidade no prédio onde funciona a Vara Trabalhista de Jequié, além da dificuldade em encontrar-se outro prédio apto ao funcionamento das duas Varas, afóra a indisponibilidade orçamentária para localizar-se ou construir-se um prédio; que no ano de 2003 cada uma das três Varas do Trabalho de Feira de Santana recebeu mais de 1700 processos; que o município de Feira de Santana, por sediar três Varas Trabalhistas, já conta com um Departamento de Apoio à Atividade Judiciária, devidamente estruturado, além de dispor de espaço físico suficiente à instalação de mais uma unidade, aspecto que implicará menor custo para o Tribunal, sendo de ressaltar, também, a possibilidade de remanejamento dos próprios servidores ali lotados, caso ali seja instalada uma nova Vara; e a necessidade de evitar prejuízos aos jurisdicionados e o disposto no art. 28 da Lei nº 10.770, de 21 de novembro de 2003, segundo o qual cabe a cada Tribunal Regional do Trabalho, no âmbito de sua Região, transferir a sede de Vara do Traba-

lho, de um município para outro, de acordo com a necessidade de agilização da prestação jurisdicional trabalhista, **RESOLVEU**, por unanimidade de votos, aprovar o disposto a seguir: Art. 1º - Transferir a sede da 2ª Vara do Trabalho de Jequié para o município sede de Feira de Santana, passando a constituir a 4ª Vara do Trabalho de Feira de Santana. Art. 2º - Determinar que as ações ajuizadas a partir da instalação da 4ª Vara do Trabalho de Feira de Santana sejam para esta distribuídas, de modo a compensar e tornar equitativa a distribuição em relação às demais Varas. Art. 3º - Fica revogada a Resolução Administrativa nº 33/2003, de 26 de novembro de 2003. *(Publicada no DO-TFT 5ª Região, edição de 27/05/2004)*

RA nº 038/2004 - O Órgão Especial do Tribunal Regional do Trabalho da Quinta Região, em sua 8ª Sessão Ordinária, realizada no dia 16 (dezesseis) de junho de 2004, considerando: que a Lei nº 10.770, de 21/11/2003, que dispõe sobre a criação de Varas do Trabalho nas Regiões da Justiça do Trabalho, autorizou a criação de 01 (uma) Vara do Trabalho neste Tribunal no presente exercício; que, com a criação da referida Vara Trabalhista, a mencionada lei prevê a criação de 14 (catorze) cargos de servidores, sendo que 06 (seis) analistas judiciários e 08 (oito) técnicos judiciários; que atualmente, este Tribunal enfrenta problemas relativos à inexistência de espaço físico, assim como indisponibilidade de recursos orçamentários para locação ou construção de edifícios; e que, objetivando resolver esse impasse, encontram-se em andamento negociações, entre esta Presidência e o Banco do Brasil, visando à celebração de convênio, destinado, inclusive, à locação de prédio para funcionamento de algumas Varas do Trabalho, conforme Protocolo de Intenções, publicado no Diário Oficial deste Tribunal, edição do dia 24/05/2004, **RESOLVEU**, à unanimidade, **INSTALAR**

lho, de um município para outro, de acordo com a necessidade de agilização da prestação jurisdicional trabalhista, **RESOLVEU**, por unanimidade de votos, aprovar o disposto a seguir: Art. 1º - Transferir a sede da 2ª Vara do Trabalho de Jequié para o município sede de Feira de Santana, passando a constituir a 4ª Vara do Trabalho de Feira de Santana. Art. 2º - Determinar que as ações ajuizadas a partir da instalação da 4ª Vara do Trabalho de Feira de Santana sejam para esta distribuídas, de modo a compensar e tornar equitativa a distribuição em relação às demais Varas. Art. 3º - Fica revogada a Resolução Administrativa nº 33/2003, de 26 de novembro de 2003. *(Publicada no DO-TFT 5ª Região, edição de 27/05/2004)*



A 26ª VARA DO TRABALHO DE SALVADOR, provisoriamente, na Sala de Juizes Pinho Pedreira, localizada no 6º andar do Edifício Presidente Médice, até definição de local para funcionamento da referida Vara Trabalhista em caráter permanente. *(Publicada no DO-TRT 5ª Região, edição de 18/06/2004)*

RA nº 047/2004 - O Órgão Especial do Tribunal Regional do Trabalho da Quinta Região, reunido em sua 9ª Sessão Ordinária, realizada no dia 30 (trinta) de junho de 2004, considerando, a indicação feita pela Exma. Sra. Presidente, Juíza Marama Carneiro, **RESOLVEU, por unanimidade, que o Fórum Trabalhista de Feira de Santana, passará a ser denominado 'Fórum Professor José Martins Catharino'**. *(Publicada no DO-TRT 5ª Região, edição de 06/07/2004)*

RA nº 048/2004 - O Órgão Especial do Tribunal Regional do Trabalho da Quinta Região, reunido em sua 9ª Sessão Ordinária, realizada no dia 30 (trinta) de junho de 2004, **RESOLVEU, por unanimidade, que o Edifício Ministro Carlos Coqueijo Costa, passará a ser denominado "Fórum Ministro Carlos Coqueijo Costa"**. *(Publicada no DO-TRT 5ª Região, edição de 06/07/2004)*

RA nº 049/2004 - O Órgão Especial do Tribunal Regional do Trabalho da Quinta Região, reunido em sua 9ª Sessão Ordinária, realizada no dia 30 (trinta) de junho de 2004, considerando, a indicação feita pela Exma. Sra. Juíza Graça Laranjeira, **RESOLVEU, por unanimidade, que a Sala de Sessões do Tribunal Pleno, passará a ser 'Sala de Sessões Juiz Nyelson Sepúlveda'**. *(Publicada no DO-TRT 5ª Região, edição de 06/07/2004)*

RA nº 054/2004 - O Órgão Especial do Tribunal Regional do Trabalho da Quinta Região, reunido em sua 10ª Sessão Ordinária, realizada no dia 14 (quatorze) de julho de 2004, no uso de suas atribuições legais e regimentais, considerando: a necessidade da adoção de medidas que visem a minimizar transtornos decorrentes da má informação, gerando atraso na prestação jurisdicional; a busca de uma maior integração entre este Tribunal e a comunidade; a sugestão do Exmo. Sr. Presidente da Comissão de Informática deste Tribunal, Juiz Luiz Tadeu Leite Vieira, de criar um Banco de Dados deste TRT com a finalidade de disponibilizar espaço para registro de informações atualizadas sobre cada pessoa, física ou jurídica, tais como nome, endereço, CNPJ, atividade econômica, entre outras, ressaltando que quaisquer alterações serão efetivadas assim que forem comunicadas a este Tribunal, **RESOLVEU, por unanimidade de votos, APROVAR a criação de um Banco de Dados deste TRT com a finalidade de disponibilizar espaço para registro de informações atualizadas sobre cada pessoa, física ou jurídica, tais como nome, endereço, CNPJ, atividade econômica, entre outras, ressaltando que quaisquer alterações serão efetivadas assim que forem comunicadas a este Tribunal**. *(Publicada no DO-TRT 5ª Região, edição de 15/07/2004)*

RA nº 055/2004 - O Órgão Especial do Tribunal Regional do Trabalho da Quinta Região, reunido em sua 10ª Sessão Ordinária, realizada no dia 14 (quatorze) de julho de 2004, no uso de suas atribuições legais e regimentais, considerando: que, quando da instituição da EMATRA-V, ficou estabelecido que a mesma se destinava a viabilizar condições para a criação da Fundação Escola Judicial do TRT da 5ª Região; que já foi aprovada, em 1º turno, a PEC 29/00, que, em seu



artigo 93, IV, institui, como etapa obrigatória do processo de vitalciamento dos Magistrados, a participação em curso oficial ou reconhecido pela Escola Judicial Nacional e que o expediente encaminhado pela Exma. Sra. Presidente da Amatra-V, Juíza Maria de Fátima Coelho Borges Stern, que informa a irregularidade da situação jurídica da EMATRA-V, com relação à utilização do CNPJ da Amatra-V; **RESOLVEU**, por unanimidade de votos, **EXTINGUIR** a atual Escola da Magistratura Trabalhista da



5ª Região - EMATRA-V e a consequente dissolução do convênio celebrado entre este TRT da 5ª Região e a Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 5ª Região (Amatra-V), aprovado pelo egrégio Órgão Especial em 26.07.2000, conforme Resolução Administrativa nº 37/2000, nos termos do inciso VII do referido convênio; e, ainda à unanimidade, **CRIAR** a Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região, diretamente vinculada a este Tribunal. *(Publicada no DO-TRT 5ª Região, edição de 15/07/2004)*

RA nº 062/2004 - O Órgão Especial do Tribunal Regional do Trabalho da Quinta Região, reunido em sua 13ª Sessão Ordinária, realizada no dia 1º (primeiro) de setembro de 2004, considerando os termos da Resolução Administrativa nº 993/2004 do colendo TST, que autoriza os Tribunais Regionais do Trabalho a constituírem subcomissões mistas de trabalho, compostas por 04 (quatro) Magistrados da respectiva Região Trabalhista e por 04 (quatro) membros da seccional local da

Ordem dos Advogados do Brasil, com o objetivo de oferecer à Comissão Mista de Trabalho criada pelo Tribunal Superior do Trabalho e pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil sugestões quanto ao seu objeto, qual seja, propor reformas à legislação trabalhista, **RESOLVEU**, por unanimidade, **APROVAR** a criação de Subcomissão Mista de Trabalho, composta pelos Exmos. Srs. Juizes MARAMA DOS SANTOS CARNEIRO, RAYMUNDO CARLOS FIGUEIRÔA, GUSTAVO LANAT PEDREIRA DE CERQUEIRA e VALTÉRCIO RONALDO DE OLIVEIRA, ficando como suplente a Exma. Sra. Juíza VÂNIA JACIRA TANAJURA CHAVES e pelos Drs. CLÉIA COSTA DOS SANTOS VIANA BRANDÃO, JORGE OTAVIO OLIVEIRA LIMA, MARAIVAN ROCHA e WAGNER CORREIA SILVA, advogados indicados pela Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional da Bahia. *(Publicada no DO-TRT 5ª Região, edição de 08/09/2004)*

RA nº 065/2004 - O Órgão Especial do Tribunal Regional do Trabalho da Quinta Região, reunido em sua 13ª Sessão Ordinária, realizada no dia 1º (primeiro) de setembro de 2004, **RESOLVEU**, por unanimidade, **APROVAR** a criação e a instalação de um Posto Avançado da Justiça do Trabalho na Comarca de Santa Maria da Vitória, a fim de receber petições, ofícios, e demais expedientes; devendo, posteriormente, ser analisada a possibilidade de realização de audiências no referido Posto. *(Publicada no DO-TRT 5ª Região, edição de 08/09/2004)*

RA nº 077/2004 - O Órgão Especial do Tribunal Regional do Trabalho da Quinta Região, reunido em sua 18ª Sessão Ordinária, realizada no dia 15 (quinze) de dezembro de 2004, considerando a proposta apresentada pela Exma. Sra. Presidente, Juíza Marama Carneiro; e considerando a Resolução Administrativa nº 907/2002 do TST, publicada



no Diário de Justiça da União de 28 de novembro de 2002 e republicada em 03 de dezembro de 2002, **RESOLVEU**, por unanimidade, **APROVAR** a realização de concurso público para Juiz do Trabalho Substituto da 5ª Região, bem como a criação da **COMISSÃO CENTRAL** para realização do referido concurso, composta pelos seguintes membros: Presidente – Juíza **MARAMA DOS SANTOS CARNEIRO**; Suplente – Juiz **GUSTAVO LANAT PEDREIRA DE CERQUEIRA** (Vice-Presidente); Membro Titular – Juíza **VÂNIA JACIRA TANAJURA CHAVES**; Suplente – Juiz **VALTÉRCIO RONALDO DE OLIVEIRA**, Membro Titular (Advogado) – Prof. **CRISTINA MENEZES SANTOS**; Suplente (Advogado) – Prof. **ALDONEY QUEIROZ DE ARAÚJO**. *(Publicada no DO-TRT 5ª Região, edição de 20/12/2004)*

RA nº 001/2005 - O Tribunal Regional do Trabalho da Quinta Região, reunido em sua composição plena, na 1ª Sessão Extraordinária, realizada no dia 07 (sete) de janeiro de 2005, considerando, que conforme o art. 93, inciso XI, da Emenda Constitucional nº 45/2004, publicada no Diário Oficial da União, edição de 31 de dezembro de 2004, “nos tribunais com número superior a vinte e cinco julgadores, poderá ser constituído órgão especial, com o mínimo de onze e o máximo de vinte e cinco membros, para o exercício das atribuições administrativas e jurisdicionais delegadas da competência do Tribunal Pleno, provendo-se metade das vagas por antiguidade e a outra metade por eleição pelo tribunal pleno”, **RESOLVEU**, por unanimidade, **APROVAR**, a partir desta data, a nova composição do Órgão Especial desta egrégia Corte, que será constituído de 11 (onze) membros, da seguinte forma: da Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região que presidirá o órgão, dos cinco juízes mais antigos integrantes da Lista de Antiguidade dos Exmos. Srs. Juízes deste

Regional, referente ao exercício 2003/2004, aprovada na 18ª Sessão Ordinária do Órgão Especial do exercício de 2004, realizada em 15 de dezembro de 2004, que são os Exmos. Srs. Juízes Odimar Leite, Raymundo Figueirôa, Waldomiro Pereira, Roberto Pessoa e Gustavo Lanat e dos Exmos. Srs. Juízes eleitos pelo eg. Tribunal Pleno por aclamação: Ilma Aguiar, Paulino Couto, Horácio Pires, Maria Lisboa e Ana Lúcia Bezerra, até que o Tribunal Pleno vote a nova proposta de composição do Órgão Especial que deverá ser apresentada pela Comissão de Regimento Interno dentro do prazo de 60 (sessenta) dias, podendo os Exmos. Srs. Juízes deste Tribunal apresentarem propostas àquela Comissão no prazo de 30 (trinta) dias, sendo que a convocação de juízes para compor o “quorum” das sessões do referido Órgão, quando se fizer necessária, ou para efeito de substituição, obedecerá a norma atualmente em vigor no Regimento Interno desta Corte, até a deliberação do Tribunal Pleno quanto à nova proposta. *(Publicada no DO-TRT 5ª Região, edição de 10/01/2005)*

RA nº 002/2005 - O Tribunal Regional do Trabalho da Quinta Região, reunido em sua composição plena, na 8ª Sessão Extraordinária do exercício de 2004, realizada no dia 17 (dezessete) de dezembro de 2004, **RESOLVEU**, por unanimidade, determinar que, publicada a Emenda Constitucional nº 45/2004, que prevê, no seu art. 93, XV, a distribuição imediata dos processos, em todos os graus de jurisdição, fossem imediatamente distribuídos todos os processos pendentes de distribuição para os Exmos. Srs. Juízes deste Tribunal, excluídos apenas os componentes da Mesa Diretora, independentemente de estarem afastados por férias ou licença, sendo que, para esses processos, os prazos que tratam o art. 105, XII, do



Regimento Interno deste Regional, ficam fixados em 60 (sessenta) dias úteis. (Publicada no DO-TRT 5ª Região, edição de 18/01/2005)

RA nº 004/2005 - O Órgão Especial do Tribunal Regional do Trabalho da Quinta Região, reunido na 1ª sessão ordinária do presente exercício, realizada no dia 26 (vinte e seis) de janeiro de 2005, no uso de suas atribuições legais e regimentais, **resolveu, por unanimidade, APROVAR o Regulamento da Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região. (Publicada no DO-TRT 5ª Região, edição de 1º/02/2005)**

RA nº 12/2005 - O Órgão Especial do Tribunal Regional do Trabalho da Quinta Região, reunido na 3ª Sessão Ordinária do presente exercício, realizada no dia 02 (dois) de março de 2005, no uso de suas atribuições legais e regimentais, **RESOLVEU, por unanimidade, TERMINAR que, diante da alteração introduzida pela Emenda Constitucional nº 45, todos os processos administrativos, inclusive os processos disciplinares que envolvam juízes não mais serão julgados em sessões reservadas, já que todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, observando-se a ressalva contida no inciso IX, do art. 93 da Constituição Federal. (Publicada no DO-TRT 5ª Região, edição de 04/03/2005)**

RA nº 015/2005 - O Órgão Especial do Tribunal Regional do Trabalho da Quinta Região, reunido em sua 4ª Sessão Ordinária, realizada no dia 06 (seis) de abril de 2005, **CONSIDERANDO** a existência de recursos orçamentários suficientes para suportar a majoração do valor da Indenização de Transporte paga aos Srs. Oficiais de Justiça do TRT da 5ª Região; **CONSIDERANDO** que o valor atualmente pago, defini-

do através da Resolução Administrativa n.º 19/2004, de 10.03.2004, do Órgão Especial desta Corte, é, reconhecidamente, insuficiente para o custeio das despesas dos Srs. Oficiais de Justiça, no cumprimento das diligências que lhe são determinadas; **CONSIDERANDO** que os veículos alocados nas Varas do Trabalho deste Regional, até então postos à disposição dos Srs. Oficiais de Justiça para efetuarem deslocamentos, foram recolhidos por esta Administração, por estarem obsoletos, circunstância que obriga os citados servidores a fazerem uso de meios de transporte particular ou de uso coletivo público; **CONSIDERANDO** que, em situação análoga precedente, o Conselho da Justiça Federal, através da Resolução n.º 358, de 29.03.2004, determinou a majoração do valor da Indenização de Transporte, no âmbito da Justiça Federal, para R\$ 1.334,97 (hum mil, trezentos e trinta e quatro reais e noventa e sete centavos), com efeitos financeiros a partir de 01.01.2005, **RESOLVEU, por unanimidade, ESTABELECE** que o valor máximo mensal da Indenização de Transporte paga aos Srs. Oficiais de Justiça do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região, com a finalidade de ressarcir-las das despesas realizadas em decorrência da utilização de meios de locomoção, não fornecidos pela Administração, para desincumbir-se dos serviços externos que lhe são próprios, passa a ser de R\$ 1.334,97 (hum mil, trezentos e trinta e quatro reais e noventa e sete centavos), a partir de 01.01.2005, observada a proporcionalidade de que trata o art. 2.º da Resolução Administrativa n.º 013/2001, de 03.05.2001, deste Órgão Especial. (Publicada no DO-TRT 5ª Região, edição de 22/04/2005)

RA nº 016/2005 - O Órgão Especial do Tribunal Regional do Trabalho da Quinta Região, reunido em sua 4ª Sessão Ordinária, realizada no dia 06 (seis) de abril de 2005, **RESOLVEU, por unanimidade, ACO-**



LHER a sugestão da Exma. Sra. Presidente, Juíza Marama dos Santos Carneiro, para que o edifício onde serão instaladas as 39 Varas do Trabalho de Salvador, situado no bairro do Comércio, seja denominado "Fórum Juiz Antônio Carlos Araújo de Oliveira". *(Publicada no DO-TRT 5ª Região, edição de 12/04/2005)*

RA nº 026/2005 - O Tribunal Pleno do Tribunal Regional do Trabalho da Quinta Região, reunido na 4ª Sessão Extraordinária, realizada no dia 1º (primeiro) de junho de 2005, no uso de suas atribuições legais e regimentais, **CONSIDERANDO** o disposto nos artigos 5º e 6º do Regulamento da Ordem do Mérito Judiciária do Trabalho da Bahia – Comenda Ministro Coqueijo Costa, **CONSIDERANDO** a indicação feita pelos Exmos. Srs. Juizes, que gerou uma lista de 13 personalidades a serem agraciadas com a mencionada Comenda, **resolveu, por unanimidade, AGRACIAR** com a Comenda Ministro Coqueijo Costa, no grau de Grande Oficial o Exmo. Sr. Juiz LUIZ DE PINHO PEDREIRA DA SILVA, o Exmo. Sr. Juiz JOSÉ AUGUSTO RODRIGUES PINTO, a Exma. Sra. JUÍZA ILCE MARQUES DE CARVALHO, o Sr. WANGER ANTÔNIO DE ALENCAR ROCHA, o Exmo. Sr. Juiz ROSALVO OTACILIO TORRES e o Exmo. Sr. Juiz JOSÉ FERREIRA NEVES. *(Publicada no DO-TRT 5ª Região, edição de 06/06/2005)*



RA nº 034/2005 - O Órgão Especial do Tribunal Regional do Trabalho da Quinta Região, no uso de suas atribuições legais e regimentais, na 10ª Sessão Ordinária, realizada em 29 (vinte e nove) de junho de 2005, sob a Presidência eventual do Excelentíssimo Desembargador GUSTAVO LANAT PEDREIRA DE CERQUEIRA, por unanimidade: considerando que o artigo 37, III, da Constituição Federal, prevê a prorrogação de concurso público, **RESOLVEU: PRORROGAR** a validade do concurso público para provimento de vagas do quadro de pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região por mais dois anos. *(Publicada no DO-TRT 5ª Região, edição de 01/07/2005)*

RA nº 037/2005 - O Órgão Especial do Tribunal Regional do Trabalho da Quinta Região, reunido em sua 11ª Sessão Ordinária, realizada no dia 13 (treze) de julho de 2005, sob a Presidência da Desembargadora Marama dos Santos Carneiro, com a presença da Representante da Procuradoria Regional do Trabalho da Quinta Região, Procuradora Sandra Marley de Souza Faustino, e dos Desembargadores Gustavo Lanat, Raymundo Figueirôa, Ilma Aguiar, Maria Lisboa, Ana Lúcia Bezerra, Vânia Chaves, Delza Karr, Valtércio de Oliveira, Maria Adna Aguiar e Tadeu Vieira, considerando o impedimento dos membros titulares da Comissão Central do Concurso Público para Juiz do Trabalho Substituto da 5ª Região, Exmas. Sras. Marama dos Santos Carneiro e Vânia Jacira Tanajura Chaves e a suspensão declarada pelo Exmo. Sr. Desembargador Gustavo Lanat Pedreira de Cerqueira e o impedimento do Exmo. Sr. Desembargador Valtércio Ronaldo de Oliveira, membros suplentes da referida Comissão, **RESOLVEU, por unanimidade, REFERENDAR o Ato da Exma. Sra. Desembargadora Presidente, que indicou para integrar a Comissão**



Central do Concurso Público para Juiz do Trabalho Substituto da 5ª Região os Exmos. Srs. Desembargadores Raymundo Figueirôa e Tadeu Vieira, ficando a referida comissão assim composta: Exmos. Srs. Desembargadores Raymundo Figueirôa e Tadeu Vieira e Dra. Cristiana Menezes, representante da OAB-BA, sendo essa comissão presidida pelo Dr. Raymundo Figueirôa. *(Publicada no DO-TRT 5ª Região, edição de 14/07/2005)*

RA nº 051/2005 - O Órgão Especial do Tribunal Regional do Trabalho da Quinta Região, reunido na 16ª Sessão Ordinária, realizada no dia 12 (doze) de setembro de 2005, no uso de suas atribuições legais e regimentais, sob a Presidência da Exma. Sra. Desembargadora MARAMA DOS SANTOS CARNEIRO, com a presença da Representante do Ministério Público do Trabalho, Exma. Sra. Procuradora Carla Geovanna Cunha Rossi, e dos Exmos. Srs. Desembargadores Gustavo Lanat, Roberto Pessoa, Waldomiro Pereira, Maria Lisboa, Ana Lúcia Bezerra, Vânia Chaves, Valtércio de Oliveira, Tadeu Vieira e Esequias de Oliveira, **RESOLVEU**, por unanimidade, **APROVAR** a proposta apresentada pela Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da Quinta Região, Desembargadora Marama Carneiro, de nomear a nova sala destinada à realização das sessões do Órgão Especial, da Seção Especializada em Dissídios Coletivos e das Seções Especializadas em Dissídios Individuais I e II, como "Sala de Sessões Professor José Martins Catharino" *(Publicada no DO-TRT 5ª Região, edição de 14/07/2005)*



O Serviço de Ouvidoria consolidou-se, no biênio que se encerra, como um efetivo canal de comunicação entre a população baiana e o Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região, fruto de trabalho incansável da **Desembargadora Elisa Amado** (Ouvidora) e do **Desembargador Luiz Tadeu Vieira** (Ouvidor Substituto); foram registradas mais de 3.000 (três mil) manifestações, catalogadas como pedidos de informações, reclamações, dúvidas, sugestões, elogios e denúncias.

A grande maioria das manifestações caracterizou-se como pedidos de informações/dúvidas sobre os mais variados assuntos: concursos realizados pelo Tribunal, direitos dos trabalhadores e instruções para formalização de reclamações trabalhistas. Registre-se que, apesar de as partes terem acesso à movimentação processual através da *internet* ou do Balcão de Informações, centenas de pessoas recorreram ao Serviço de Ouvidoria buscando explicações sobre a situação dos respectivos processos: na maioria dos casos, explicações rápidas, com utilização de linguagem simples, satisfizeram os requerentes.

Vale registrar recebimento de expressivas manifestações de elogios e sugestões que, gratificantes, demonstram a satisfação dos usuários com o serviço prestado e o desejo de participar do aprimoramento da máquina judiciária, com idéias e incentivos. E a participação de todos na construção de um Judiciário eficiente foi a marca da gestão da Desembargadora Marama Carneiro: não por outra razão diversos canais de acesso à Ouvidoria foram abertos à população, como se verá a seguir.

A *internet* configurou-se como o canal de comunicação mais utilizado pelo público para entrar em contato com a Ouvidoria, englobando quarenta e sete por cento do total das manifestações recebidas: a



agilidade, rapidez e conforto proporcionados por este mecanismo justificam plenamente a opção popular. O atendimento direto ao balcão foi responsável pelo registro de trinta e quatro por cento das manifestações recebidas: este canal é de fundamental importância para a população menos favorecida que por questões econômicas e/ou sociais não têm acesso à Rede Mundial.

Caixas de coleta, telefonemas e cartas completaram os dezenove por cento restantes do total de manifestações recebidas. Curiosamente, um grande número das cartas recebidas foi, originariamente, endereçado ao Presidente da República, solicitando o empenho pessoal deste, para a solução de questões trabalhistas. Essas cartas foram redirecionadas pelo Ministério do Trabalho ao TRT da 5ª Região: ao recebê-las, o Serviço de Ouvidoria analisou cada



caso individualmente, dando o encaminhamento necessário e cientificando os autores das providências adotadas.

Acrescente-se que, para melhor atender aos jurisdicionados, o Serviço de Ouvidoria tem adotado procedimento informal, buscando, sempre que possível, manter contato com os setores envolvidos através de telefone, fax e *e-mail*, na busca de soluções rápidas.

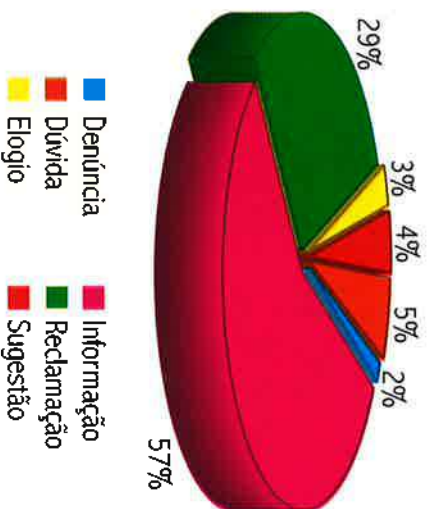
Impõe-se assinalar a experiência vivenciada em abril/04, quando, por um dia, em oportunidade ímpar, a Ouvidoria Judiciária instalou-se na cidade de Eunápolis: ali, a Desembargadora Ouvidora e o Desem-

bargador Ouvidor Substituto puderam ter contato com a comunidade local e tomar ciência dos problemas enfrentados pelos usuários da Justiça do Trabalho naquela região.

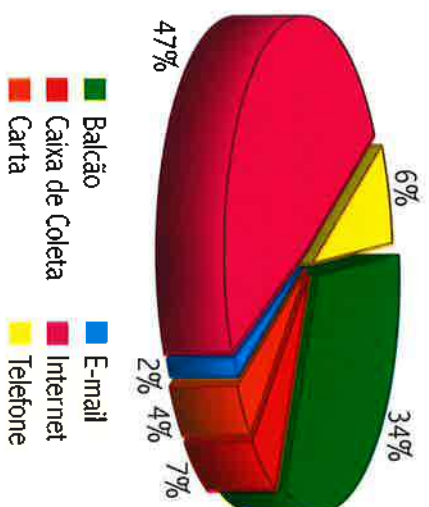
Gratificante, por fim, ter cooperado o Quinto Regional para a implantação das Ouvidorias dos TRTs da 1ª Região (Amazonas / Roraima) e da 20ª Região (Sergipe), fornecendo informações e narrando experiências aqui vivenciadas.

Ouvidoria eficiente e atuante: o Judiciário atento aos reclames da sociedade na busca incansável da prestação de serviços de excelência.

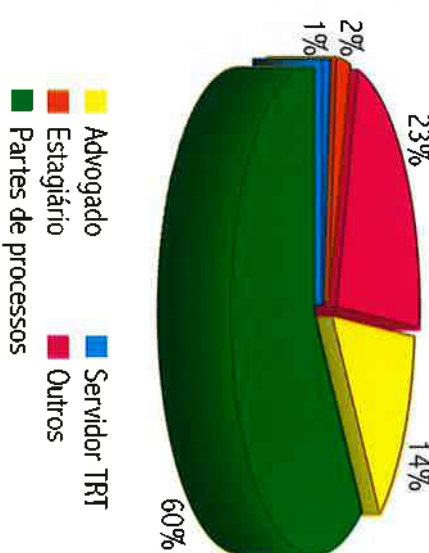
TIPOS DE MANIFESTAÇÕES



ORIGENS DAS MANIFESTAÇÕES



USUÁRIOS DA OUVIDORIA DO TRT



JUÍZO AUXILIAR DE CONCILIAÇÃO DE PRECATÓRIOS

29

O Juízo Auxiliar de Conciliação de Precatórios da Quinta Região, atualmente presidido pelo **Juiz João Batista Sales Souza**, foi criado em agosto de 2002, através da Resolução Administrativa 032/2002, visando a solucionar a inadmissível situação de precatórios vencidos e não quitados. O magistrado citado, à frente do Juízo Especial, indubitavelmente, manteve os serviços de excelência anteriormente prestados pelo **Juiz Firmo Ferreira Leal Neto**.

Já no primeiro ano de funcionamento, o Juízo Especial promoveu a conciliação de 11 (onze) municípios, envolvendo 433 (quatrocentos e trinta e três) precatórios. Em 2003 foram conciliados 126 (cento e vinte e seis) municípios, num total de 5.150 (cinco mil, cento e cinquenta) precatórios. Prosseguindo em sua tarefa exitosa, o Juízo Auxiliar de Conciliação de Precatórios promoveu a conciliação de 87 municípios, representando 3.882 (três mil, oitocentos e oitenta e dois) precatórios. Por fim, até meados do corrente ano, já havia se procedido a conciliação de 29 (vinte e nove) municípios, num total de 792 (setecentos e noventa e dois) precatórios.

Para se evidenciar a cor-reção da atuação do Juízo em destaque, vale registrar que, dos quase 400 (quatrocentos) municípios baianos com precatórios vencidos em 2002, 240 (duzentos e quarenta) quitam seus débitos progressivamente, impondo-

se salientar que 45 (quarenta e cinco) municípios já quitaram, totalmente, suas dívidas.

Demais disso, diante da atuação do Juízo Auxiliar de Conciliação de Precatórios, o número total de precatórios vencidos no Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região foi reduzido de 16.287 (dezesseis mil, duzentos e oitenta e sete), em dezembro/02, para 10.458 (dez mil, quatrocentos e cinquenta e oito) em dezembro/04; ademais, desse último total, metade envolve precatórios já conciliados, no aguardo, segundo a ordem cronológica e a disponibilidade dos recursos bloqueados mensalmente, do momento do pagamento.

Por outro lado, a ainda de forma a ilustrar a perfeita atuação do Juizado Especial, assinala-se que as conciliações alcançaram, desde a sua instalação, a cifra de R\$235.983.937,99 (duzentos e trinta e cinco milhões, novecentos e oitenta e três mil, novecentos e trinta e sete reais e noventa e nove centavos). Outrossim, em razão dos acordos celebrados, foram bloqueados, do Fundo de Participação dos Municípios, os montantes de R\$9.832.754,79 (2003), R\$27.175.559,22 (2004) e R\$26.260.877,36 (primeiro semestre de 2005).

Tudo o que aqui se aduz atesta a excelência da prestação jurisdicional do magistrado João Batista Sales Souza que, seguindo os ditames fixados pela Presidente Marama Carneiro, realça a posição de vanguarda e destaque da 5ª Região na magistratura trabalhista brasileira.



TRIP

No transcurso da atual administração, mais uma vez sob a liderança do Diretor Geral **Joaquim Augusto Bandeira Júnior**, a Diretoria Geral do Tribunal, em consonância com os ditames traçados pela Desembargadora **Marama Carneiro**, deu continuidade à imensa gama de atividades desenvolvidas, notadamente nas áreas de pessoal e gestão de contratos. No particular, vale salientar que a Diretoria Geral tem participação em todos os contratos celebrados pelo TRT da 5.ª Região, ainda que em alguns atue de forma indireta.

No biênio que se encerra, os esforços da Diretoria Geral concentraram-se em dois pilares básicos: a manutenção do patamar de qualidade já atingido na prestação dos serviços e a destinação dos novos investimentos, com especial ênfase à transferência das Varas do Trabalho da Capital para o Edifício Góes Calmon, no bairro do Comércio.

No firme propósito da transparência da gestão, marca sempre indelével da Quinta Região, manteve-se a preocupação com a prestação de contas, através da divulgação dos Relatórios de Gestão Fiscal. No mesmo passo, as informações relativas a planejamento e execução orçamentária foram repassadas ao Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento — SIGPlan, do Tribunal Superior do Trabalho.

A folha de pagamento dos magistrados e servidores, bem como os pagamentos aos fornecedores, continuaram a ser realizados com pontualidade. A administração dos recursos destinados à área de pessoal permitiu a quitação de dívidas anteriores. Ademais, foram reajustados os benefícios de auxílio-alimentação e auxílio pré-escolar, além da indenização de transporte paga aos Srs. Oficiais de Justiça.

Na área social, mantiveram-se as já tradicionais festas de confraternização natalina, nos meses de dezembro de 2003 e 2004, com o patrocínio de várias instituições (Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco ABN AMRO Real, ASA-5, IH Saúde, Serlimpa, entre outros).



Urge registrar a participação do Diretor Geral nos VII e VIII Encontros Nacionais dos Diretores Gerais dos Tribunais Regionais do Trabalho, realizados, respectivamente, em Campo Grande — MS (11 e 12.11.2004 — TRT da 24.ª Região) e Fortaleza — CE (30.06 e 01.07.2005 — TRT da 7.ª Região). Estes eventos ganham pujança em razão da troca de experiências bem sucedidas nas diversas regiões trabalhistas do país.

A título ilustrativo, mesmo porque impossível listar todas as atividades da Diretoria Geral neste sucinto relato, são indicadas algumas das mais relevantes atividades no biênio 2003/2005:

TRANSFERÊNCIA DAS VARAS DO TRABALHO DE SALVADOR PARA O EDIFÍCIO GÓES CALMON: Sem dúvida, um marco da gestão que se encerra. Para satisfazer necessidades da administração e anseios dos



jurisdicionados e operadores do direito, foram empreendidos esforços com vistas a atuação de engenheiros e arquitetos, para a elaboração de projetos destinados à recuperação dos sistemas elétrico, hidráulico, de elevadores, de rede estabilizada, de segurança e combate a incêndios, entre outros, além do planejamento da aquisição de mobiliário, equipamentos, piso e materiais de construção. Num segundo momento, partiu-se para a contratação de empresas visando à execução dos mencionados projetos. Não poderia ser esquecida a participação do **BANCO DO BRASIL**, responsável pelo pagamento do valor do aluguel do Edifício Góes Calmon e pela liberação de recursos da ordem de R\$ 1.000.000,00 (hum milhão de reais) para a adaptação predial. Do mesmo modo, necessário o registro da participação do Liceu de Artes e Ofícios da Bahia, com o qual foram celebrados convênios para a execução de obras civis e confecção de mobiliário sob medida.

AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS: Através de licitação, foram adquiridos mais 6 (seis) veículos para a frota do Tribunal: 01 (um) veículo tipo van, para transporte de passageiros; 01 (um) veículo tipo furgão, para servir à Secretaria de Coordenação Judiciária de 1ª Instância, efetuando o transporte dos processos e demais expedientes dos Postos Avançados da Justiça do Trabalho para a sede do Tribunal; 01 (um) veículo tipo utilitário para atender à Presidência e 03 (três) veículos modelo básico, para atender aos serviços administrativos.

LEILÃO DE VEÍCULOS: Experiência bem sucedida, através da qual o Tribunal, em processo prévio de declaração de inservibilidade, decidiu pela realização de leilão para alienação de 25 (vinte e cinco) veículos (automóveis e motocicletas) usados e sem possibilidade de aproveitamento nas atividades desenvolvidas. O valor arrecadado foi repassado ao Tesouro Nacional.



CONFECÇÃO DE CRACHÁS: Tendo sido verificado que os crachás de identificação então utilizados pelos servidores não mais cumpriam a sua finalidade, além de ter-se esgotado o contrato anterior, o que inviabilizava o seu fornecimento aos novos servidores, após a conclusão de projeto de programação visual, realizou-se licitação para a confecção de novos crachás, sagrando-se vencedora a empresa VR Comércio e Serviços Ltda.

CONCESSÃO DE USO DE ÁREA DESTINADA À INSTALAÇÃO DE POSTO DE ATENDIMENTO BANCÁRIO: Foi vencedor da licitação o Banco ABN AMRO Real S/A, que passou a ocupar, e continuará a fazê-lo pelos próximos 5 (cinco) anos, o espaço localizado no 1.º Andar do Bloco B do Fórum Ministro Coqueijo Costa, onde, anteriormente, se localizava o Departamento de Desenvolvimento de Recursos Humanos. Em contrapartida, o Banco financiou a reforma de novo espaço, localizado no piso G-2 do Bloco B, para onde foi transferido o DDRH, além de obrigar-se a entregar ao Tribunal, sob a forma de bens e serviços, o valor mensal do aluguel, fixado, inicialmente, em R\$ 12.000,00 (doze mil reais).

CONCESSÃO DE USO DE ÁREA PARA A INSTALAÇÃO DE UMA LANCHONETE: Após licitação, na qual restou vencedora a empresa Coremel Comércio de Alimentos e Serviços Ltda., foi entregue a área localizada no piso G-2 do Bloco B do Fórum Ministro Coqueijo Costa, passando a funcionar ali uma lanchonete, para atendimento aos públicos interno e externo. Em contrapartida, a empresa obrigou-se a entregar, mensalmente, ao Tribunal, uma determinada quantidade de pacotes de café em pó, significando economia no atual contrato de fornecimento.

CONTRATAÇÃO DO SERVIÇO DE ENCOMENDAS PAC, JUNTO À EMPRESA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS: Esta contratação veio a solução-

nar um problema antigo: a necessidade de deslocamento de servidores do interior do Estado para a capital com a finalidade de transportar equipamentos, pois, do contrário, as Varas ali localizadas somente poderiam enviar e receber equipamentos de acordo com a programação de viagens do caminhão-báu que atende ao Tribunal. Significou, portanto, agilidade e economia.

PRORROGAÇÃO DOS CONTRATOS DE PLANO DE SAÚDE E LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DAS UNIDADES: Tratando-se de dois dos contratos mais vultosos celebrados pelo Tribunal, tiveram a sua vigência prorrogada, em razão da necessidade de prestação de assistência médica aos magistrados e servidores, ativos e inativos, e pensionistas, na qualidade de titulares, e seus dependentes, no caso do primeiro, sendo contratada a Interhospitais Operadora de Planos de Saúde Ltda. (IH Saúde), e da contratação de mão-de-obra especializada para a execução de serviços diários de limpeza, no segundo, sendo contratada a Serlimpa – Serviços de Limpeza, Conservação e Mão-de-Obra Ltda. A contratação de mão-de-obra especializada foi, ainda, incrementada, através da contratação de carregadores (Serlimpa) e técnicos em informática (Montana).

AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA: Diversos contratos foram celebrados, permitindo a aquisição de microcomputadores, impressoras, servidores de arquivos para impressão e Workgroups, no-breaks, cartuchos e toners.

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM MÃO-DE-OBRA DE INFORMÁTICA: Diante do crescimento da demanda por serviços de atendimento técnico e manutenção em equipamentos de informática, foi contratada, após regular licitação, a empresa Montana Planejamento e Serviços Ltda., encarregando-se de fornecer mão-de-obra especializada

para a realização dos citados serviços. Seus funcionários passaram a exercer atividades na Secretaria de Informática.

REFORMAS EM IMÓVEIS VISANDO À INSTALAÇÃO DE NOVAS VARAS DO TRABALHO NO INTERIOR DO ESTADO: Permitiram a instalação do Depósito Judicial e das 4.ª, 5.ª e 6.ª Varas de Feira de Santana, 3.ª Vara de Ilhéus, 4.ª Vara de Itabuna, 2.ª Vara de Vitória da Conquista e Vara de Porto Seguro.

CONVÊNIO COM A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL: Permitiu a liberação de recursos da ordem de R\$ 41.000,00 (quarenta e um mil reais), destinados à realização de obras de adaptação predial para deficientes físicos e programação visual no Fórum Trabalhista de Feira de Santana, a aquisição de cadeiras giratórias, microcomputadores e impressores para o aludido Fórum e a instalação de sistema de segurança na Vara do Trabalho de Santo Amaro.

REFORMA NO AUDITÓRIO DO TRIBUNAL PLENO E CONSTRUÇÃO DA SALA DE SESSÕES DO PLENO AUXILIAR: Ambas as obras serão executadas a partir de projetos do arquiteto Itamar Batista, responsável pelo projeto arquitetônico original do Auditório do Tribunal Pleno. No momento, aguarda-se a realização das respectivas licitações.

AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA A SECRETARIA DE ASSESSORAMENTO EM COMUNICAÇÃO SOCIAL: Por meio de licitação, foram adquiridos equipamentos eletrônicos (televisor, videocassete, DVD, câmera digital, filmadora digital, entre outros).

DOAÇÕES: O Regional recebeu do Tribunal Superior do Trabalho equipamentos de informática, um veículo tipo van e dois automóveis Chevrolet.



TRIP

A Secretaria Administrativa do Tribunal, a cargo do competente Juiz aposentado **José Ferreira Neves**, nestes dois últimos anos, contando com o diretor do SAG - Serviço de Atendimento Gerais, **Edvaldo dos Reis Pinheiro**, e o diretor do SPS - Serviço de Patrimônio e Suprimento, **Fernando Barreto Paes**, implementou e otimizou os serviços administrativos, gerenciando contratos e atendendo às necessidades do Egrégio Tribunal e das Varas do Trabalho. O coroamento de tantos esforços veio com a inauguração da nova sede das Varas do Trabalho da capital.

É objeto deste trabalho o conjunto de ações empreendidas pela atual administração deste Quinto Regional, delineado por um resumo sistematizado das funções exercidas pela Secretaria Administrativa, bem como pelas unidades a ela subordinadas, na perspectiva de atingir com a eficiência desejada as prioridades esboçadas pela Presidência da Corte. Com o advento da Resolução Administrativa 24/2003, a Secretaria Administrativa assumiu a seguinte estrutura:

- Secretaria Administrativa
- Serviço de Patrimônio e Suprimento
- Serviço de Atendimento Gerais
- Departamento de Obras
- Departamento de Segurança
- Seção de Administração do Fórum

No campo de competência da Secretaria Administrativa situam-se

atribuições como o planejamento, direção, coordenação e controle de atividades inerentes à administração de material, patrimônio, obras, reparos de móveis, serviços gerais e área de segurança. No particular, promove-se a supervisão e análise da execução dos contratos em geral, observando o critério de economicidade e eficiência; cuida-se, ainda, da saúde dos ambientes de trabalho e da humanização das instalações.

Essa Secretaria, no desempenho de suas atividades, relaciona-se, diretamente, com a Diretoria Geral, mantendo, todavia, estreita relação com a Presidência deste Tribunal, funcionando como porta-voz dos resultados pretendidos pela Alta Administração desta Casa, sugerindo caminhos para alcançá-los, dentro do binômio eficiência e economia, assim como do estrito respeito aos princípios que regem a administração pública.

O modelo de gestão descentralizada de contratos praticado nesta Secretaria, respeita a autonomia gerencial das unidades a esta subordinadas, sem declinar do papel reservado à hierarquia desta organização, cuidando de acompanhar a



performance do gestor, no plano das rotinas operacionais, cujo funcionamento requer assistência, pontualidade, constância e agilidade nas providências.

A memória da Secretaria mantém-se por um arquivo cuidadosamente organizado, onde se acham catalogados, por assunto, os expedientes e documentos sob a guarda deste Órgão. O exame das matérias de competência da Unidade viabiliza-se mediante consultas à legislação atualizada, permitindo uma análise eficiente dos processos que por aqui tramitam.

Estruturalmente, o controle do estoque de materiais e sua distribuição, sobretudo de materiais permanentes, acha-se indiretamente ligada esta Secretaria. Para fazer cumprir as determinações da Presidência, resguardado o primário respeito à autonomia gerencial, próprio das organizações de administração setorializada, acompanha-se o criterioso trabalho do Serviço de Patrimônio e Suprimentos.

A aparente identidade de interlocutora da Presidência que esta Secretaria transpõe diante das demais unidades, nos assuntos que se relacionam à obtenção de materiais e equipamentos, tanto da Capital quanto do Interior do Estado, fazem-na destinatária de muitos desses pleitos. Avaliar a possibilidade de atendimento a cada um deles depende: 1º) de anterior apuração do quadro de disponibilidades de materiais permanentes (mobiliário, máquinas, equipamentos de informática, etc.) existente em estoque; 2º) da real necessidade do material/equipamento solicitado; 3º) da prioridade do material requerido; 4º) das possibilidades de aquisição. Na medida do possível, esta Secretaria procura intermediar as solicitações que lhes são dirigidas, já

que, em face das enormes restrições orçamentárias, às vezes, o atendimento de alguns pleitos dá-se, necessariamente, em detrimento de outros. A recusa ao atendimento a esta ou a aquela solicitação é sempre justificada, o que suaviza o seu impacto, ao tempo em que se preserva a Presidência do desgaste de qualquer negativa, sobretudo quando estas decorram de limitações orçamentárias, o que gera demandas repesadas que precisam ser postergadas por algum tempo, ainda que reconhecidas como necessárias.

Em harmonia com a orientação da Presidência deste Regional foram canalizados esforços no sentido de elevar o padrão de atendimento aos jurisdicionados, com ênfase nas áreas que lidam com a atividade-fim da Instituição (Varas do Trabalho, Distribuição, Protocolo Geral, Reprografia, terminais de auto-atendimentos e Postos de Atendimento Avançado).

A gestão do contrato de maior desembolso administrado por esta unidade, e mais diretamente relacionado com a área fim, mantido com a Empresa de Correios e Telégrafos (ECT), mereceu desta Secretaria uma especial atenção neste biênio. O faturamento vencido no mês de outubro/2003 indicava um valor de R\$ 263.446,10. Desde o primeiro instante, esta Secretaria passou a perseguir a redução deste valor como um verdadeiro desafio, por três razões básicas. A primeira delas foi a ausência de um controle efetivo da proporção do uso dos serviços, impossível de ser alcançada com o controle manual realizado pelas diversas unidades de forma precária, e sujeito a uma série de equívocos. A segunda, ligada à falta de uniformidade do uso da postagem, levando às mais inad-



verdades formas de desperdício, traduzidas no uso indiscriminado de correspondências registradas com ou sem "A,R" (Aviso de Recebimento) para a remessa de documentos cujo acompanhamento dispensa maiores cautelas, sobretudo em se considerando os desnecessários e substanciais acréscimos acarretados pelos procedimentos que vinham sendo adotados. E, por terceira razão, a imperativa necessidade de contribuir com o uso racional dos escassos recursos orçamentários. Diagnosticado o problema, concluiu-se pela premissa de um controle automatizado da postagem, mas a concepção e implantação de um programa dotado da capacidade de exercê-lo com a abrangência desejada e compatível com as rotinas da ECT demandava tempo. No particular, vale aqui destacar a compreensão da Presidência que, sensível ao quadro delineado, determinou à área de informática deste Regional tratamento prioritário à informatização do controle de postagens. O esforço empreendido mostrou resultados surpreendentes no curto prazo, e, após uma expressiva queda do faturamento de serviços, as novas cobranças demonstraram uma estabilização em patamares mensais significativamente mais baixos, até a gradual implantação da automação dos controles.

Outro aspecto que merece destaque é o abastecimento de materiais às diversas unidades do interior, sujeito a um roteiro periódico de entregas, cujo intervalo e itinerário revelava pequenos desvios, o que impunha também algumas providências. Após um breve estudo, foi identificada a necessidade de promoverem-se alguns ajustes, que permitiram, em 2005, reorientar os roteiros, de forma a racionalizar os percursos, com

repercussão no uso da frota de caminhões, redução nas despesas de combustível e manutenção, além da diminuição do volume de diárias e ocupação da escassa mão-de-obra de motoristas.

A primeira alternativa encontrada foi excluir os municípios da região metropolitana de Salvador (Simões Filho, Camaçari e Candeias) do roteiro dos caminhões, liberando estes de uma parada obrigatória, e passando a ser atendidos pelos automóveis da frota de serviços, tendo em vista a curta distância que os separa da sede deste Regional. Quanto aos municípios mais distantes, a exemplo de Paulo Afonso, Itapetinga, Brumado, Guanambi, Bom Jesus da Lapa, Barreiras e Teixeira de Freitas, passaram a ser contempladas com viagens apenas uma vez a cada seis meses (duas, por ano), ao contrário do procedimento anterior, onde compunham o grupo de cidades cuja periodicidade de entregas observava um intervalo de menos de dois meses. Como alternativa para suprir eventuais carências, este Regional celebrou um contrato com a ECT destinado a entrega de materiais e encomendas a um custo infinitamente menor, amparado pelo conforto e celeridade assegurados pelo SEDEX.



A nova rotina proporcionou como benefício uma queda das despesas com transporte de materiais superior a um terço do desembolso anterior, computadas as despesas relativas a combustível, manutenção dos veículos e diárias para dois motoristas em cada deslocamento.

A preparação do espaço disponibilizado pela parceria com o Banco do Brasil para abrigar as 39 (trinta e nove) Varas Trabalhistas no Ed. Góes Calmon (Comércio), sendo 13 destas em processo de implantação, tem consumido as atenções desta Secretaria, enquanto participante na coordenação do grupo de trabalho designado pela Alta Administração desta Casa, para acompanhar as obras de reforma do referido imóvel. A participação desta unidade envolve desde a coordenação dos múltiplos projetos (elétrico, refrigeração, elevadores, sistema de prevenção e combate a incêndios), passando pelo acompanhamento da evolução das obras de adaptação, e culminando na definição dos espaços para funcionamento das diversas unidades, mobiliário, máquinas e equipamentos, e outros.

Em situação idêntica, devem ser destacadas as intervenções necessárias, em fóruns do interior, adaptados para receber novas unidades, a exemplo de Feira de Santana, Ilhéus, Itabuna, Vitória Conquistada e Porto Seguro, esta última gentilmente acolhida na sede do Banco do Brasil daquela cidade.

O programa de obras executado pela atual gestão inclui ainda a instalação de uma agência do Banco Real, vencedor em processo licitatório na modalidade Tomada de Preço, realizada em 2004, com reciprocidade na readequação do espaço tendo em vista a presença do Banco e na doação de materiais de expediente no volume e

especificações requisitadas por este Tribunal, respeitado o valor fixado em contrato.

No plano da oferta de serviços disponibilizados é importante realçar o resgate do espaço destinado à lancheonete, devolvendo aos servidores e magistrados uma área que havia sido desativada, deixando uma lacuna que precisava ser preenchida.

Além das tarefas pontuais antes tratadas, foram estas as atividades até então desenvolvidas na Secretaria Administrativa no período:

- Gerenciamento e acompanhamento do contrato prestação de serviço de entrega de correspondências;
- Gerenciamento e acompanhamento do contrato de prestação de serviço de Sedex;
- Gerenciamento e acompanhamento do contrato de prestação de serviço de Malote;
- Gerenciamento e acompanhamento do contrato de confecção e fornecimento de carimbos;
- Gerenciamento e acompanhamento do contrato de serviços de chaveiro;
- Gerenciamento e acompanhamento da concessão de uso de áreas destinadas à exploração de serviços de reprografia;
- Gerenciamento e acompanhamento da concessão de uso de área destinada ao funcionamento do Salão de Beleza;
- Gerenciamento e acompanhamento da tarifação telefônica, com controle dos pagamentos feitos pelas empresas instaladas neste Tribunal;
- Controle de vagas nas garagem do Ed. Ministro Coqueijo Costa.



Já no que se adstringe ao Serviço de Patrimônio e Suprimentos, foi o mesmo responsável pela compra, guarda, controle e desfazimento de bens e pela contratação de serviços: de grande importância para a Administração, por sua natureza gerencial, deu grande suporte à atividade fim da Instituição, que necessita dos recursos patrimoniais para prestar serviços de excelência à sociedade.

A grande novidade deste biênio foi a edição do Decreto 5.450, de 31 de maio de 2005, regulamentando o Pregão Eletrônico, sistema informatizado de licitação, cujo objetivo é agilizar compras e contratações de serviços, obtendo-se relevante redução nos preços.

De mais a mais, e sempre visando o aprimoramento, foram firmadas parcerias, para troca de experiências, com outros Órgãos Federais, a exemplo de Universidade Federal da Bahia, Tribunal Regional Federal e Tribunal Regional Eleitoral.

Grande parte destes processos refere-se ao projeto de mudança das Varas do Trabalho da Capital, anteriormente instaladas no Edifício Presidente Médici, para o Edifício Góes Calmon; de igual forma, as novas Varas a serem instaladas nas cidades de Feira de Santana, Ilhéus, Itabuna, Vitória da Conquista e Porto Seguro. Para atender a essas necessidades, a condução dos processos foi realizada com precisão e rapidez, sem se esquecer das formalidades legais.

De igual sorte, a Seção de Suprimentos de Materiais possui grande importância no sistema de gerenciamento administrativo. Cabe-lhe, dentre outras, a função de prever e estimar o consumo de materiais de expediente e o gasto com suprimentos de informática. Possui, ain-

da, a função de gerenciar a entrada e saída dos diversos materiais de consumo adquiridos por este Regional, além de dar suporte a outros Setores, como Diretoria Geral, Secretaria Administrativa, Secretaria de Orçamentos e Finanças, Setor de Informática, Serviços de Atendimento Gerais, entre outros, com informações, dentro de sua competência, que propiciem tomadas de decisões adequadas às necessidades da Administração.

A Seção movimentou, em cada ano, bens em valor superior a R\$ 1.000.000,00 (hum milhão de reais). Este controle é feito de forma rígida, buscando sempre a racionalização, a fim de evitar desperdícios ou o mau uso da coisa pública.

Por sua vez, a Seção de Controle de Patrimônio tem a difícil e árdua tarefa de controlar os materiais de natureza permanente adquiridos por este Regional. Diferentemente dos materiais de consumo, os bens permanentes precisam ser monitorados desde a sua chegada até o seu desfazimento, este último caso nas hipóteses permitidas em lei.

Durante este biênio, diversas atividades foram realizadas, dentre as quais os processos de desfazimento de bens considerados inservíveis para a Administração. Esses processos têm grande importância no sentido de desafogar os espaços disponíveis para a guarda de bens, sanear o sistema de controle de patrimônio, além dar destino aos bens que não mais interessam a este Tribunal.

Para finalizar, e demonstrar, de forma clara, as conquistas da administração que se finda no que tange ao tema ora em destaque, vale listar algumas das mais relevantes atuações da Diretoria Administrativa:



- 1) Recebimento, tombamento, controle, armazenamento e distribuição de 555 microcomputadores doados pelo TST;
- 2) Recebimento, tombamento, controle, armazenamento e distribuição de 68 impressoras doados pelo TST;
- 3) Recebimento, tombamento, controle, armazenamento e distribuição de 2 servidores IBM doados pelo TST;
- 4) Recebimento, tombamento, controle, armazenamento e distribuição de 68 microcomputadores cedidos pelo TST em comodato com o Banco do Brasil;
- 5) Recebimento, tombamento, controle, armazenamento e distribuição de 68 impressoras cedidas pelo TST em comodato com o Banco do Brasil;
- 6) Recebimento, tombamento, controle, armazenamento e distribuição de 400 microcomputadores cedidos em comodato pelo Banco do Brasil;
- 7) Recebimento, tombamento, controle, armazenamento e distribuição de 100 impressoras cedidas em comodato pelo Banco do Brasil;
- 8) Recebimento, tombamento, controle, armazenamento e distribuição de 31 *notebooks* doados pelo Banco do Brasil;
- 9) Recebimento, tombamento, controle, armazenamento e distribuição de 14 servidores IBM cedidos em comodato pelo Banco do Brasil;
- 10) Recebimento, tombamento, controle, armazenamento e distribuição de 1 storage IBM doados pelo Banco do Brasil;
- 11) Recebimento, tombamento, controle, armazenamento e distribuição de 14 unidades de fita DAT cedidos em comodato pelo Banco do Brasil;
- 12) Recebimento, tombamento, controle, armazenamento e distribuição de 500 microcomputadores adquiridos por este Tribunal;
- 13) Recebimento, tombamento, controle, armazenamento e distribuição de 48 impressoras adquiridas por este Tribunal;
- 14) Recebimento, tombamento, controle, armazenamento e distribuição de 16 servidores IBM adquiridos por este Tribunal;
- 15) Aquisição de 120 cadeiras ergonômicas distribuídas para os diversos setores;
- 16) Confecção dos móveis, pelo LICEU, para o novo Fórum Antônio Carlos Oliveira, nova sede das Varas do Trabalho de Salvador, inaugurado em 12 de outubro próximo passado.



Imperioso, outrossim, registrar o trabalho desenvolvido, no período de 2003 a 2005 pelo Departamento de Obras, a cargo de **Fernando Sá Menezes**. Registre-se que foram elaborados mais de oitenta projetos, tendo sido realizados 64 serviços, movimentando um volume financeiro de aproximadamente R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais).

As principais intervenções, tanto para as adaptações prediais para portadores de deficiência física, quanto para reparos/manutenção e criação de novos espaços, estão abaixo, em síntese, relacionadas:

Reforma na Vara de Santo Amaro: Serviços de recuperação estrutural na Vara de Santo Amaro com reforço de fundações, recuperação de alvenarias, impermeabilização, recuperação de esquadrias e pintura geral.

Reforma na Vara de Senhor do Bonfim: Serviço de revisão do telhado, instalação de portões e grades para melhoria da segurança, pintura de salas e gradis, recuperação de balcão de atendimento, ampliação de circuitos de informática e adaptações prediais para portadores de deficiência física.

Reforma na Vara de Cruz das Almas: Reparos gerais nas fachadas, recuperação estrutural, reforma em esquadrias metálicas, instalação de bebedouro duplo, programação visual (placas de vaga de garagem e sanitário) e adaptação de sanitários para portadores de deficiência física.

Reforma na Vara de Vitória da Conquista: Reparos gerais na fachada frontal, recuperação estrutural, ampliação do Arquivo Geral da Vara, instalação de bebedouro duplo, programação visual (placas de

vaga de garagem e sanitário) e adaptação de sanitários para portadores de deficiência física.

Reforma na Vara de Itamaraju: Reparos gerais nas fachadas, esquadrias metálicas e telhado, instalação de bebedouro duplo, programação visual (placas de vaga de garagem e sanitário) e adaptação de sanitários para portadores de deficiência física.



Novas instalações para a Vara de Itaberaba: Serviços de adaptação do novo imóvel para abrigar a Vara de Itaberaba tais como: concepção de lay-out para criação de novos ambientes, reformulação da rede elétrica para atendimento das cargas, implantação de rede lógica, rampa de acesso para deficiente físico e mobiliário para a Secretaria e Sala de Audiências.

Adaptações prediais para deficientes físicos (Varas de Alagoinhas, Candeias, Conceição do Coité, Euclides da Cunha, Eunápolis, Ilhéus, Itrecê, Itabuna, Itamaraju, Itapetinga, Jacobina, Jequié, Juazeiro, Paulo Afonso, Teixeira de Freitas e Valença): Construção de rampas de acesso, instalação de bebedouro duplo, programação visual (placas de vaga de garagem e sanitário) e adaptação de sanitários para portadores de deficiência física.



Instalação de 4ª, 5ª e 6ª Varas de Feira de Santana: Serviço de instalação elétrica e de informática, programação visual, recuperação de pisos e lay-out com mobiliários para instalação das três novas Varas no Fórum de Feira de Santana.

Instalação da 3ª Vara de Ilhéus e Protocolo Integrado, 4ª Vara de Itabuna e 2ª Vara de Vitória da Conquista: Serviço de instalação elétrica e de informática, programação visual, instalação de pisos, pintura, divisórias e lay-out com mobiliários para instalação das Varas retro citadas.

Instalação da Vara do Trabalho de Porto Seguro: Serviço de instalação elétrica e de informática, programação visual, instalação de pisos, pintura, divisórias e lay-out com mobiliários para instalação das Varas retro citadas.

Instalação das Varas Trabalhistas de Salvador no Comércio: Projetos para os serviços de instalação elétrica e de informática, programação visual, recuperação de pisos, divisórias, pintura, instalação de refrigeração central, instalação de equipamentos de segurança contra incêndio e lay-out com mobiliários para transferência das 26 Varas atuais de Salvador e instalação de mais 13 Varas novas, totalizando 39 Varas Trabalhistas no Ed. Góes Calmon - Comércio.

Obras na Capital: Reparos na estrutura metálica da fachada do Edifício Coqueijo Costa. Realização de leituras dos transformadores e quadros elétricos do Ed. Coqueijo para avaliar a capacidade de carga atual e a possibilidade de expansão de setores neste Tribunal (mezanino e postos bancários). Serviço de instalação elétrica e de informática,

programação visual, recuperação de pisos e lay-out com mobiliários para instalação da 26ª Vara de Salvador. Construção de Mezanino na garagem G-2 do Ed. Ministro Coqueijo Costa. Serviço de construção de estrutura metálica para criação de um



mezanino na antiga área do restaurante, visando a implementação do CRH e um auditório. Instalação elétrica e de informática, divisórias, esquadrias, pisos e pintura geral. Construção de Lanchonete na garagem G-2 do Ed. Ministro Coqueijo Costa. Serviço de demolição da cozinha do antigo restaurante e construção de uma lanchonete, visando a implementação de serviço terceirizado para atender os juizes e servidores do Tribunal. Instalação elétrica, esquadrias, pisos, bancadas e pintura geral. Instalação de estrutura metálica com telhas metálicas na entrada do Edifício Presidente Médici, visando maior conforto térmico e proteção contra chuvas para os usuários da Justiça do Trabalho.

Em resumo, tudo o que aqui se aduz se presta a evidenciar o trabalho da Secretaria Administrativa que, exitoso, evidencia a capacidade laboral e a competência funcional daqueles que, seguindo as diretrizes traçadas pela Presidente Desembargadora Marama Carneiro, geriram tão importante diretoria.



No biênio que se encerra, o Controle Interno, desenvolveu uma série de relevantes atividades, visando, principalmente, a permanente fiscalização das operações rotineiras da Casa.

À guisa de exemplificação do sem-número de atividades, pode-se citar: interdição dos servidores aposentados por alienação mental, relocação dos servidores envolvidos em desvio funcional, regularização no sistema de Auxílio Pré-escolar, regularização na forma de recolhimento previdenciário de alguns servidores requisitados, regularização dos mapas de vantagem pessoal (quintos/décimos) de servidores.

Ademais, foi acolhida pela Administração a recomendação no sentido da adoção de medidas, junto ao Serviço Médico, relativas à jornada de trabalho, desvio de função, pagamento de adicionais, auxílio-almimentação e função comissionada.

Registre-se que foram encaminhadas ao Tribunal de Contas da União as Tomadas de Contas relativas aos exercícios de 2003 e 2004, todas em situação regular.

Na mesma linha de rígido controle, operou-se a verificação permanentemente dos procedimentos decorrentes da aplicação dos recursos provenientes do convênio firmado com o Banco do Brasil, bem como se efetivou a análise da variação patrimonial de todos os servidores comissionados e magistrados, em cumprimento a determinação do Tribunal de Contas da União.

Seguindo orientação expressa da Presidência da Corte, foram, outrossim, realizadas auditorias presenciais no Serviço de Patrimônio e Suprimentos e na Secretaria de Informática, assim como foram regularizados os cálculos dos proventos de aposentadorias de acordo com as regras de transição da Emenda Constitucional 20/98.



Em apertada síntese, mister ressaltar que o Tribunal do Trabalho da 5ª Região sempre primou pela rígida fiscalização das práticas administrativas. Na gestão da Desembargadora Marama Carneiro, aquele controle adquiriu importância absoluta. Controle e transparência: mais que marca registrada do biênio que se encerra, um compromisso com a sociedade.



TRIP

No ano de 2004, a Secretaria de Assessoramento Jurídico, capitaneada pela Diretora da Secretaria de Assessoramento Jurídico, **Renata Baleiro**, recebeu, para análise, 5.010 (cinco mil e dez) recursos de revista, que se somaram aos 165 dependentes de exame do ano anterior. Foram analisados 5.019 apelos, dos quais 4.191 tiveram trânsito negado e 828 foram admitidos.

Os recursos ordinários recebidos para análise totalizaram 323 (trêscentos e vinte e três), sendo admitidos 258 e negados 38, restaram pendentes de análise 27 processos.

Ao exame da Secretaria de Assessoramento Jurídico foram ainda submetidos processos administrativos referentes a licitações e contratos; convênios celebrados pelo Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região, com pessoas jurídicas de direito público e privado; matérias de interesse dos servidores e magistrados, Mandados de Segurança e Habeas Corpus, bem como as solicitações de informações referentes a processos judiciais que correm na Justiça Federal.

Já no ano em curso, foram submetidos ao exame desta Secretaria 3.791 (três mil, setecentos e noventa e um) recursos de revistas, dos quais 3.511 (três mil, quinhentos e onze) já foram despachados: 3.016 (três mil e dezesseis) tiveram trânsito negado e 495 (quatrocentos e noventa e cinco) foram admitidos. Por outro lado, os recursos ordinários recebidos para análise totalizaram 206 (duzentos e seis): 185 (cento e oitenta e cinco) foram admitidos, 21 (vinte e um) foram negados.

O considerável aumento no volume de processos administrativos postos à análise da Secretaria de Assessoramento Jurídico pode ser creditado não apenas à realização de obras para instalação das novas varas do trabalho, como, principalmente, à decisão de regularização do pagamento de substituições, ocorridas antes de 2003, bem como à revisão e regularização do pagamento das parcelas de “quintos”.



Neste momento, torna-se imperioso o registro da atuação firme e competente do **Desembargador Gustavo Lanat**, em face do Ato TRT5-0269/2003, que delegou a Sua Excelência as atribuições contidas no artigo 43, III, IV, XXII e LI, do Regimento Interno da Corte Regional.



TRIP

As atividades da Secretaria de Assessoramento em Comunicação Social, dirigida por **Ulison José Moraes Miranda**, envolveram planejamento, direção e controle da política de comunicação social da Justiça do Trabalho da 5ª Região, incluindo as áreas de imprensa, a elaboração de materiais de divulgação, a coleta de informações e o cadastramento de dados relativos ao quadro interno e às autoridades externas, a gerência do *sítio* do TRI, a organização de eventos e a supervisão do Departamento gráfico deste Tribunal. A seguir, será apresentado breve relato dos diversos setores envolvidos no desenvolvimento das atividades aqui descritas.

Seção de Redação

Criação da Revista TRT5, com notícias, fatos e assuntos ligados ao Tribunal e relacionados com a Justiça do Trabalho, distribuídos interna e externamente, com tiragem mensal de novembro de 2003 a julho de 2004, e bimestral, a partir de agosto de 2004, com 2000 exemplares por edição. No final de 2004, foi elaborada edição especial, que fez

um retrospecto dos principais acontecimentos no primeiro ano da gestão da Presidente Maramba dos Santos Carneiro;

Criação do Boletim TRT5, com notícias de urgente divulgação, fatos e assuntos ligados ao Tribunal, distribuídos para todo o Regional e também disponibilizados na página da *Intranet* do TRI, com tiragem aproximada de 800 exemplares por boletim;



Criação do *Informativo on line TRT5*, que contém assuntos de interesse exclusivo de magistrados e servidores da instituição, circulado por e-mail, em substituição ao Boletim TRT5, a partir de dezembro de 2004;



Preparação de diversos *releases* semanais, para veiculação nos meios locais e externos de comunicação;

Redação e revisão dos noticiários para a Revista de Jurisprudência do TRT;

Edição e Diagramação do Ementário da Comissão de Jurisprudência e Precedentes Normativos referente a 2001 – 2004, distribuído para todos os desembargadores e juizes do TRT da 5ª Região.

Seção de Imprensa e Cerimonial

Posse da Mesa Diretora do Tribunal em 05 de novembro de 2003, na sala de sessões Juiz Nylson Sepúlveda;

1ª Reunião do Colégio de Presidentes e Corregedores de TRTs, sob a coordenação da desembargadora Presidente Marama dos Santos Carneiro, ocorrida nos dias 05 e 06 de fevereiro de 2004, na Sala de Sessões Juiz Nylson Sepúlveda;

Inauguração das placas instaladas nas salas de sessões das turmas, em homenagem aos juizes aposentados Dr. Washington Luiz da Trindade e Rosalvo Otacilio Torres, realizada em 11 de março de 2004;

Posse do Dr. Cláudio Mascarenhas Brandão como Juiz Togado do TRT, em 16 de abril de 2004, na sala de sessões juiz Nylson Sepúlveda;

Recepção das Dras. Débora Maria Lima Machado e Sônia Lima Franca como Juizas Togadas, em 01 de junho de 2004 na Sala de Sessões Juiz Nylson Sepúlveda;

Seminário em comemoração aos 23 anos da Biblioteca Ministro Coqueijo Costa, em 06 de julho de 2004.

Inauguração da 4ª Vara Trabalhista de Feira de Santana e da nova nomenclatura do edifício-sede das Varas, em 20 de agosto de 2004.

Entrega da Comenda Ministro Coqueijo Costa, em 08 de setembro de 2004, na sala de sessões juiz Nylson Sepúlveda.

Apoio à campanha SEXTA É DIA DE CESTA, projeto que beneficia famílias carentes dos bairros pobres de Salvador, com doações de alimentos feitas por magistrados e servidores do Tribunal, através de uma parceria criada entre o TRT da 5ª Região e a Associação Camelot para o Desenvolvimento Holístico do Ser, a partir de outubro de 2004.

Apoio à campanha Dia do Cidadão, programa criado pela Presidente do TRT, com o objetivo de receber a comunidade em audiência, na última sexta-feira de cada mês, esclarecendo questões relativas a processos e assuntos de interesse da comunidade, a partir de novembro de 2004.

Solenidade de assinatura do contrato de locação do edifício Góes Calmon, onde funcionará todas as Varas do Trabalho da Capital, em 12 de fevereiro de 2005;

Confeção da nova agenda telefônica do Tribunal, disponibilizada eletronicamente e atualizada diariamente nos bancos de dados;

Criação do setor de produção fotográfica, responsável pelo registro dos eventos do Tribunal e pela catalogação e organização do acervo de fotos, com o propósito de divulgação e documentação.



Confecção das fotografias dos servidores para o crachá e a carteira funcionais.

Criação e gerenciamento da nova página da Internet desde 14 de abril de 2004, com disponibilidade diária de notícias e atualização dos seus bancos de dados;

Gerenciamento do *site* do Colégio de Presidentes e Corregedores de TRTs até 02 de dezembro de 2004;

Inauguração da 3ª Vara do Trabalho de Ilhéus, em 16 de agosto de 2005;

Inauguração das 5ª e 6ª Varas do Trabalho de Feira de Santana, em 22 de agosto de 2005;

Inauguração da 4ª Vara do Trabalho de Itabuna, em 28 de setembro de 2005;

Inauguração do Fórum Juiz Antonio Carlos de Araújo Oliveira instalado no Edifício Góes Calmon, que abriga as 39 Varas Trabalhistas da Capital e entrega da Comenda Ministro Coqueijo Costa ao Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, Ministro Vantuil Abdala, em 12 de outubro de 2005;

Inauguração da Vara do Trabalho de Porto Seguro, em 27 de outubro de 2005;

Inauguração da 2ª Vara do Trabalho de Vitória da Conquista, em 31 de outubro de 2005;

Participação em cursos, seminários, palestras e encontros: 1º Seminário da Rádio Justiça e inauguração da Rádio Justiça no Supremo Tribunal Federal, em 05 de maio de 2004; V Encontro Nacional de Assesores de Comunicação do Judiciário e Ministério Público, de 28 a 30 de junho de 2004 em Recife; Curso de Outlook Express no TRI, de 23 de março a 06 de abril de 2004; Curso de Photoshop no TRI, de 12 de maio a 16 de junho de 2004; Celebração do convênio entre o TRI e a Caixa Econômica Federal, em Feira de Santana, no dia 21 de outubro de 2004, para garantir verba de adaptação das instalações do Fórum de Feira de Santana, em benefício dos deficientes físicos, e para instalação e manutenção do sistema de segurança do fórum trabalhista em Santo Amaro; III Congresso Internacional de Direito e Tecnologias da Informação, no Bahia Othon Palace Hotel, nos dias 26 a 28 de agosto de 2004; Curso de Cerimonial, Protocolo e Organização de Eventos no Banco do Brasil, agência Piedade, de 18 a 19 de novembro de 2004; Curso de Redação Oficial e Word Avançado no Tribunal em maio de 2005.



Núcleo de Distribuição de Material de Divulgação

Organização do material impresso para distribuição interna e para remessa a órgãos e autoridades, por intermédio de protocolos de recebimento e guias de correio e malote.



Elaboração do relatório mensal de postagem de correspondências, com encaminhamento à Secretaria Administrativa em tempo hábil.

Departamento Gráfico

Supervisionamento da impressão e edição do Diário Oficial do Tribunal, bem como das tarefas de diagramação e fotocópia de todos os formulários, manuais, revistas, livros e publicações, oriundos dos setores competentes e por determinação da Mesa Diretora desta Corte.



Novidades da Secretaria

A Ascom ganhou moderna estrutura, com aquisição de novos equi-



pamentos, como computadores, monitores de 17 e 19 polegadas, máquina fotográfica digital, filmadoras, televisor, DVD, áudio, vídeo-cassete, *notebook* e TV a cabo, além de *softwares* específicos para edição de vídeo.

Ademais, a Secretaria passou por ampla reforma de suas instalações em março último, com nova divisão interna e a substituição dos móveis, através de projeto elaborado pelo Departamento de Obras, possibilitando a implantação de uma ilha de edição, onde já estão sendo produzidos vídeos institucionais e vídeo-reportagens.



SECRETARIAS DE COORDENAÇÃO JUDICIÁRIA

A Secretaria de Coordenação Judiciária de primeira instância, sob a direção de **Manoel Evangelista Neto**, teve papel relevante na administração da atividade-fim do Judiciário, como serviço de apoio direto, desenvolvendo tarefas de relevo para o bom andamento dos serviços.

Neste biênio, ganharam relevo extremo a revisão do Boletim Estatístico, com implantação do novo formato do módulo para as Varas e apoio junto à Secretaria de O & M para confecção do Manual de Conteúdo do Boletim Estatístico.

De não menos importância é a solicitação de providências para incineração de autos arquivados há mais de 05 (cinco) anos na Capital, sendo o Diretor da Secretaria membro da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos, com participação e acompanhamento dos procedimentos necessários a remanejamento e destruição dos autos, com suporte, ainda, às unidades do interior.



No que se adstringe a Seção de Malote, houve a criação do setor de protocolo, para o devido cadastramento no SAMP dos processos baixados do Colendo Tribunal Superior do Trabalho, com a entrega direta às Varas, bem como dos ofícios e Carta Precatórias recebidos das unidades do interior para entrega, também, direta às Varas; da implementação de novidades simples emerge inafastável celeridade na prestação dos serviços.

Demais disso, não se pode esquecer da implantação dos módulos do Boletim Estatístico e dos Correios nas Secretarias das Varas da Capital, e do Boletim Estatístico, Arquivo e Correios nas unidades do interior: além da implantação dos boletins, houve preciso treinamento de pessoal para lidar com a nova sistemática.



De igual forma atuante e operacional, a Secretaria de Coordenação Judiciária da 2ª Instância, dirigida pela servidora **Jânia Lobão Martinelli de Oliveira**, recebeu 1.938 (hum mil, novecentos e trinta e oito) novos precatórios e 16.793 (dezesseis mil, setecentos e noventa e três) novos recursos, atuando um total de 29.555 (vinte e nove mil, quinhentos e cinquenta e cinco) processos. Ressalte-se, ainda, que foram expedidas 2.840 (dois mil, oitocentos e quarenta) Cartas de Ordem para cumprimento de sequestros em precatórios e requisições de pequeno valor. A firme atuação do Setor pode ser evidenciada aos gráficos abaixo explicitados:

Publicações

Desembargadora Presidente em processos e petições	3.647
Desembargadores Relatores em processos e petições	20
Recursos de Revista.....	9.056
Agravos de Instrumento	6.092
Carta de sentença	330
Editais	251



Controle e Movimentação Processual

Processos remetidos ao Juízo de origem	46.284
Processos remetidos ao TST	8.584
Processos remetidos ao arquivo geral	2.403
Petições recebidas	51.021
Processos recebidos do TST	2.125
Cargas aos advogados	21.235

Seção de Atos Processuais

Certidões	172
Ofícios GP	558
Ofícios SPR	1.639
Notificações	635
Cartas de Ordem	160
Petições juntadas	7.042
Alvarás	201
Cartas Precatórias	26
Processos enviados a Procuradoria	301
Processos requisitados	1.777

Seção de Jurisprudência e Legislação

Decretos	24
Legislação do TRT 5ª	241
Leis	47
Outras normas	26
Medidas Provisórias	14
Total	352

Outras Atividades

Emissão de fax	63
Solicitação de cópias de microfimes	34
Solicitação de cópias com requisição	1.025
Atendimento pesquisa por fone, fax e internet	99
Encadernação de atas	40
Leitura de Diários Oficiais	2.118
Recebimento e arquivamento de acórdãos	30.200
Total	33.579

Não poderia ficar sem manifesto registro dos 23 (vinte e três) anos da Biblioteca Ministro Coqueijo Costa: no particular, segundo orientação da Desembargadora Marama Carneiro, e com colaboração do Banco Real, foi promovido o Seminário "Cidadania e Direito", divulgando o rico acervo da biblioteca.



O TRT se baseia em sistemas computadorizados, cada vez mais complexos, para atender aos seus usuários e unidades da administração, sendo que a melhoria dos serviços prestados está associada à disseminação do uso de microcomputadores e redes locais conectados aos servidores centrais de grande capacidade. A área de informática foi, neste biênio, coordenada pelo Diretor da Secretaria, **Álvaro Ferreira dos Santos**, pelo Diretor do Serviço de Tecnologia e Logística, **Márcio Fernando Ribeiro da Silva**, e pela Diretora do Serviço de Desenvolvimento e Manutenção de Sistemas, **Vera Lúcia Rocha Fernandez**.

No início da atual Administração, o grande desafio na área de tecnologia era a grande defasagem dos equipamentos. Além da situação precária do parque, a quantidade de técnicos alocados no atendimento não era suficiente para a prestação de serviços com presteza e qualidade. Com a atuação firme da Presidente Desembargadora Marama Carneiro, uma nova realidade já pode ser experimentada por todas as áreas atendidas por esta Secretaria: o parque atual de micros está em 1550 equipamentos, e uma equipe de 25 profissionais estão alocadas no atendimento dos usuários.



Estão previstos para antes do encerramento dessa Administração, números ainda mais animadores: 1650 equipamentos e uma equipe de 41 profissionais, direcionados ao atendimento dos usuários.

Ademais, é importante registrar a relevante participação da 5ª Região no Grupo de Planejamento Integrado de Informática do Judiciário Trabalhista representando nove Tribunais do Nordeste, que muito contribuiu na renovação do parque de informática e na disponibilização de novos serviços ainda em 2005 e no planejamento e coordenação de grandes projetos a serem concluídos ao longo dos próximos anos.

Neste relatório, faz-se uma breve apresentação dos recursos tecnológicos disponíveis na 5ª Região, dos novos serviços e equipamentos disponibilizados, dos principais projetos da atual administração em execução e em estudo.



SAMP – SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO DE PROCESSOS

Após um esforço conjunto dos Regionais e do TST no sentido de padronização tecnológica visando viabilizar a troca parcial ou total de sistemas e racionalizar os trabalhos das áreas de informática dos tribunais, a 5ª Região iniciou em 1996 o projeto do SAMP. O banco de dados escolhido foi o Oracle, reconhecidamente a melhor



solução disponível, e que está se tornando um padrão nos demais órgãos públicos.

Além da nova tecnologia, o SAMP incorporou várias funcionalidades para atender da melhor forma possível e com máximo de abrangência a demanda do público interno e externo. Atualmente quase todas as áreas do judiciário são atendidas pelo SAMP.

Desenvolvido em ambiente Oracle para processar em rede, estão prontos os módulos de Distribuição, Protocolo, Arquivo, Execução e Varas da 1ª Instância. No que se refere a 2ª Instância, o novo sistema incorporou uma série de ferramentas que não existiam no anterior, representando saltos de produtividade para as diversas unidades.

PROTÓCOLO INTEGRADO – PROINT

A implantação do PROINT viabilizou a integração de todo protocolo do TRT. Com essa informação distribuída em todo regional é possível ao advogado entregar uma petição ou um processo em Salvador e esse material ser entregue, em Camaçari, por exemplo.

O PROINT é composto de várias etapas: cada cidade armazena no SAMP as informações recebidas do protocolo integrado de qualquer outra cidade; à noite esses dados, são transferidos para Salvador onde são armazenados, processados e separados em arquivos por cidade; no dia seguinte, pela manhã, cada cidade recebe o seu arquivo específico com todos os protocolos integrados e atualiza o seu banco com as novas informações.

CONSULTAS VIA INTERNET

O Sistema Push, visa agilizar o acesso às informações processuais. Este serviço permite que os usuários, previamente cadastrados, recebam informações, via correio eletrônico, sempre que houver um novo andamento nos seus processos. Para isto é necessário, apenas, que o usuário cadastre, no site trt05.gov.br, o seu e-mail e a sua senha. Os advogados cadastrados recebem informações de todos os processos em que atuam, enquanto que os demais usuários necessitam identificar os processos sobre cujos andamentos tenham interesse.

DIÁRIO OFICIAL

Vale registrar a disponibilização, em tempo real, do Diário Oficial na Internet para pesquisa das partes, advogados e do público em geral em PDF (imagem fiel na mesma diagramação, formatação e paginação da cópia impressa). A partir desta implantação, as empresas atuantes no mercado de recortes de jornais, e o próprio material impresso passaram a ter um papel secundário e alternativo para os usuários (advogados e partes) que dispuserem de acesso à Internet. Toda a facilidade e segurança na consulta do andamento dos processos estão ao alcance do público.

JURISPRUDÊNCIA

Divulgação dos Acórdãos na Internet, mediante prévia autorização dos Gabinetes após sua publicação. Esse serviço possibilita ao usuário, fazer inúmeras pesquisas com campo não estruturado e está disponível ao público em geral, além de proteger o Patrimônio do TRT.



DISQUE PROCESSO

É possível obter, por telefone, as mais recentes informações sobre os processos que tramitam nas Varas do Trabalho de Salvador ou na 2ª Instância do TRT da 5ª Região. Para isso, basta ligar 33 19-7868.

Em cada ligação para o “Disque Processo”, o usuário pode se informar sobre três processos. O próprio sistema, através de um programa de voz, orienta sobre como realizar a consulta que também pode enviar um fax com todas as informações de um determinado processo.

SAC's

O Serviço de Atendimento ao Cidadão é um conjunto de postos de atendimentos, fisicamente localizados em um mesmo espaço, que reúne uma série de serviços com o objetivo de facilitar e agilizar o atendimento. O TRT colocou um posto de atendimento em alguns SAC's espalhados pela cidade oferecendo todos os serviços realizados pelos setores da Distribuição e Protocolo do TRT.

SISTEMA DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS

Este sistema visa gerenciar melhor os processos administrativos do Tribunal. Gera relatórios de faturas a vencer, vencidas e/ou histogramas, que permitem ao Tribunal identificar onde está sendo despendido mais recursos e em que época, bem como um melhor acompanhamento desses processos.

Com a informação digitalizada, é possível responder a uma série de perguntas sobre os processos: qual a localização; qual a situação; quais as últimas movimentações; quais as razões destas movimentações; quais as ações já realizadas e muitas outras.

SISTEMA DE RECURSOS HUMANOS (RH)

Projeto de reengenharia do sistema de recursos humanos e da folha de pagamento adquirido no mercado aprimorou os processos inerentes a este sistema, aplicando novas funcionalidades para melhor utilização dos dados cadastrados, sem que a geração de folha de pagamento impossibilitasse o uso das funcionalidades por outros serviços.

SISTEMA DE PATRIMÔNIO (ASI)

Implementa o controle do patrimônio e do estoque de materiais do TRT 5ª Região, além de auditar todo o processo de uso do sistema. Controla o consumo de materiais do Tribunal e seus processos de compra.

CONTROLE INVENTARIAL DOS EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA

Aplicativo adquirido, o TRACK IT permitiu, a partir de sua implantação, a catalogação e controle em tempo real de todo o parque de equipamentos do Tribunal. Estão disponíveis as seguintes informações: tipo do equipamento, modelo, configurações, localização física e softwares instalados.

BIBLIOTECA (INTERNET)

Permite que usuários internos e externos ao TRT tenham acesso, via Internet, à consulta do acervo da Biblioteca.

REDE CORPORATIVA

O TRT possui um dos maiores parques de informática dentre todos os Regionais, contando com mais de 1.200 pontos de rede, Gráfica Digital e link de alta velocidade integrando todas as cidades. Através desta infra-estrutura, uma ampla oferta de serviços está à disposição da sociedade: Diário Oficial On line (primeiro no país a disponibilizar o



DO completo na Internet), Sistema de Automação único para área fim (SAMP); consulta de processo via Internet, telefone ou auto-atendimento, Sistema Push, Publicação de Atas e Certidões, Jurisprudência, Protocolo Integrado e Portal Institucional, dentre outros.

Um exemplo bem claro da descentralização é o PAJT que retira cerca de 50% de todo movimento de distribuição de processos e protocolo. Obviamente que, não havendo a rede de computadores e sua infraestrutura, o TRT ficaria impossibilitado de localizar processos, realizar audiências ou se comunicar.

MÓDULO DO CORREIO

Em parceria com a Secretaria Administrativa, implementação de Módulo totalmente integrado ao Sistema de Acompanhamento de Processos — SAMP da 5ª Região, para automação e controle das faturas do correio.

Este módulo foi criado para dar maior segurança à Secretaria Administrativa de atestar as Faturas do Correio, eliminando a consolidação manual feita atualmente e permitindo o acompanhamento diário das remessas/custos. Inicialmente estas novas implementações foram feitas no módulo das Varas, e assim que implantadas nas Varas do interior serão estendidas aos demais módulos. Também será criado um Módulo para ser utilizado por toda a área administrativa do Tribunal que não usa o SAMP, mas que utiliza os serviços de correspondências do Correio. O módulo das Varas gera, automaticamente, a relação das correspondências para o Correio e a relação mensal enviada à SA, a partir das notificações e ofícios expedidos pelo SAMP.

MÓDULO DE INTEGRAÇÃO DO SAMP COM A PRT

A Procuradoria do Trabalho solicitou ao TRT a integração do SAMP com o Sistema de Controle de Processos da PRT. Na verdade, foi desenvolvido um módulo independente para ser usado pela Procuradoria: este módulo permite ao usuário recuperar na tela os processos recebidos do Setor de Cadastro ou dos Gabinetes e gerar, automaticamente, a tramitação de Remessa à PRT ou de Remessa ao Sorteio, conforme desejado. Gera, ainda, um arquivo contendo essas informações, enviado para a Procuradoria e servindo de entrada de dados no seu Sistema de Controle de Processos.

CONVOCAÇÃO DE SUBSTITUIÇÕES DE JUÍZES

Módulo implementado por solicitação da Corregedoria visa informatizar o Setor de Atendimento a Magistrados. Automatiza os procedimentos e controles de convocação de Juizes substitutos, realizada, anteriormente, por controle de fichas manuais, publicando as convocações na Internet.

A convocação é feita automaticamente pelo sistema no momento em que o usuário escolhe o Juiz a ser substituído, levando em conta a lista de antigüidade, o tipo de convocação e os juizes substitutos disponíveis para o período selecionado. O módulo também permite e controla a Permuta de Convocação.

NOVO BOLETIM ESTATÍSTICO DAS VARAS

O TST determinou, no final de 2003, uma série de alterações nos Boletins Estatísticos das Varas, a fim de que todos os Regionais pudessem traçar um diagnóstico preciso da justiça trabalhista em todo o País. Para isso, foram feitas várias implementações no



Sistema a fim de atender, com precisão, aos inúmeros detalhes que passaram a ser exigidos, a exemplo da pormenorização de cada fase do processo.

BOLETIM ELETRÔNICO

A Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho definiu um cronograma em que os Boletins Estatísticos dos TRT's passariam a ser transmitido eletronicamente ao TST. Para atender a esta determinação foram realizadas as implementações necessárias segundo orientações do TST, implantadas em Setembro/2004.

AUTUAÇÃO PADRONIZADA DO TST

A Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho determinou a padronização dos registros de autuação dos processos judiciais em toda a Justiça do Trabalho. Para isto definiu um modelo uniformizando os dados cadastrais do processo, das partes, dos advogados, procuradores e dados cadastrais complementares. O Sistema SAMP foi alterado para contemplar estas solicitações da autuação de processos padronizada pelo TST, implantadas em Janeiro/2005.

REDE TRT BANCO DO BRASIL

Trata-se da interligação do CPD (Centro de Processamento de Dados) do Banco do Brasil com o da 5ª Região da Justiça do Trabalho objetivando a implantação de uma série de serviços. Estão previstos, inicialmente, os seguintes serviços: Ampliação do Auto-atendimento nas Consultas de Processos, Consulta ao Saldo de Depósitos Judiciais e Ordem de Movimentação dos Saldos dos Depósitos Judiciais.

CONSULTA AO SALDO DE DEPÓSITOS JUDICIÁRIOS

A parceria TRT 5ª Região/Banco do Brasil possibilitou a implementação da consulta de saldos de depósitos atualizados dos processos, o que permitirá agilidade na informação de um novo depósito, possibilitando a emissão de alvará imediato; ademais, viabilizará a restrição de arquivamento ou incineração de processos que possuem saldos pendentes de depósitos.

IDENTIFICAÇÃO FUNCIONAL

O Serviço de Tecnologia e Logística recebeu a atribuição de realizar um projeto de Crachá em 19 de Julho de 2004: o projeto foi desenvolvido em parceria com a Diretoria Geral, Assessoria de Comunicação Social, Serviço de Pessoal e Serviço de Patrimônio.

Esse projeto visa dotar o Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região dos elementos necessários para uma melhor identificação dos seus funcionários e estagiários, bem como o serviço a eles atribuídos. Dessa forma melhorando a eficiência da coordenação de segurança no controle de acesso das unidades.

RENOVAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO PARQUE DE INFORMÁTICA

Visa dotar o Regional de novos equipamentos e a substituição dos materiais obsoletos pelo tempo, permitindo que novas funcionalidades e serviços sejam disponibilizados para a comunidade do Tribunal com melhor qualidade e menores custos operacionais. Várias ações foram desenvolvidas (compras, parceria com Banco do Brasil e GPJIT - Grupo de Planejamento da Informatização do Judiciário Trabalhista) no sentido de modernizar e ampliar o parque de equipamentos do Regional resultando nos seguintes quantitativos:



Equipamentos Incorporados ao parque:

- Micros – 1.554
- Impressoras - 484
- Servidores - 24
- Equipamentos de Produção - 16

Equipamentos a Incorporar ao parque

- Micros - 88
- Outros Equipamentos para varas - 176
- Eius - 10
- Impressoras - 88
- Equipamentos de Produção – 12

Edifício Góes Calmon

- 01 nobreak 80 kva
- 01 estabilizador 200 kva
- 800 RT ar condicionado central (9.600.000 btu)
- Rede wireless 800 pontos: 600 fixos e 200 móveis
- Telefonia para 270 ramais móveis
- 80 adaptadores legado de fax
- 01 central de telefonia IP expansível até 12000 ramais integrando voz sobre IP / DAC / URA / redundante e autonomia para 4 horas de energia alternativa
- Manutenção rede elétrica 2000 kva com 3 pontos por vara atendidos pelo nobreak
- Rotas de fuga identificadas pela iluminação de emergências
- 4000 tomadas
- 1400 lâmpadas
- Sistema de proteção de cargas atmosféricas

**AMPLIAÇÃO DO AUTO-ATENDIMENTO NA CONSULTA DE PROCESSO**

Atualmente existem (em processo de desativação) apenas quatro pontos de auto-serviço, sendo que três estão no Edif. Presidente Médici e um no Edif. Mtn. Coqueijo Costa. Com a efetivação deste projeto será possível que cada posto de Personal Banking do Banco do Brasil disponibilize dados relativos a processos do TRT da 5ª Região, aumentando, significativamente, o número de pontos de auto-atendimento na Região, sem nenhum custo adicional para o Tribunal.

**ORDEM DE MOVIMENTAÇÃO DO SALDO DOS DEPÓSITOS JUDICIÁRIOS**

Após a interligação da informática do TRT com a do Banco do Brasil, todo alvará realizado será confirmado através de assinatura eletrônica e enviado imediatamente aos computadores centrais daquela instituição, evitando saques indevidos. Essa transação será efetuada apenas com a confirmação e autenticação eletrônica dos dados constantes no alvará, não bastando apenas uma assinatura. Portanto, a segurança nestas transações será sensivelmente melhorada após a implantação deste projeto.

ÁREA ADMINISTRATIVA

O sistema visa melhorar o gerenciamento dos processos administrativos do Tribunal. Gera relatórios de faturas a vencer, vencidas e/ou históricos, que permitem ao Tribunal identificar onde está sendo despendendo mais recursos e em que época, bem como um melhor acompanhamento desses processos.

Com a informação digitalizada, é possível responder a uma série de perguntas sobre os processos: qual a localização; qual a situação; quais as últimas movimentações; quais as razões destas movimentações; quais as ações já realizadas e muitas outras.

O Módulo de Contratos do Sistema Administrativo possibilita controlar a execução financeira dos contratos existentes no Tribunal, bem como servir de base para tomada de decisão com a aplicação de técnicas OLAP.

POLÍTICA DE SEGURANÇA DE INFORMAÇÃO

Visa proteger os Sistemas Informatizados do Tribunal, pois a informação é um dos elementos mais importantes para a Organização. Manter a sua confidencialidade, integridade e disponibilidade é fator crítico para o trabalho realizado no TRT. A Política de Segurança da Informação da organização tem os seguintes objetivos específicos:

- Definir o escopo da segurança da informação;
- Orientar, por meio de suas diretrizes todas as ações de segurança da informação, para reduzir riscos e garantir a integridade, autenticidade, irretratabilidade, sigilo e disponibilidade das informações, dos sistemas de informação e recursos;
- Permitir a adoção de soluções de segurança integradas;
- Servir de referência para auditoria, apuração e avaliação de responsabilidades.

WORKGROUP

Criação de processos de workflow (fluxo de trabalho) para tarefas em grupo. Visa aumentar a produtividade dos servidores nos processos buro-

cráticos, reduz o tempo de resposta de ofícios e memorandos utilizando o e-ndergo eletrônico (e-mail) do setor e/ou pessoal. Isto significa uma redução significativa de custos e engaja o TRT na preservação ambiental, pois anula a necessidade de papéis, impressos, tinta ou malote.

ATUALIZAÇÃO CADASTRAL DE MAGISTRADOS E SERVIDORES

Descentralização dos serviços de cadastramento de dados, fazendo com que seja necessária apenas uma única digitação para que os dados estejam disponíveis, em tempo real. Destaca-se neste subitem o cadastramento de frequência, férias, dependentes e licenças, iniciando um processo de Workflow (fluxo de trabalho), significando, desta forma, a realização de tarefas de comunicação, colaboração e coordenação em sintonia, otimizando o trabalho dos funcionários.

OPEN SOURCE - SISTEMAS ABERTOS

“O uso do software livre em administrações públicas é estratégico para a redução de custos e o estímulo ao desenvolvimento do mercado interno de programas de informática”. A afirmação, feita pelo professor da Universidade Federal de Minas Gerais, Renato Ferreira, foi reforçada pelo deputado federal Sérgio Miranda e pelo assessor do Procurador Geral do Tribunal de Contas da União, Sérgio Fonseca, durante o IV Fórum Internacional de Software Livre.

A 5ª Região já utiliza alguns programas na linha de “Open Source”. A proposta deste projeto é aprofundar os estudos nesta direção que, tudo indica, terá um papel predominante no cenário público da informática. Adicionalmente, é necessário estar preparado caso seja aprovado o Projeto de Lei Nº 7.120, de 2002, que obriga os órgãos públicos a adotarem totalmente ou preferencialmente, os softwares livres.



TRIP

Mantendo-se fiel à tradição da 5ª Região de valorizar servidores e magistrados que edificam o Judiciário Trabalhista na Bahia, a presidente Desembargadora Marama Carneiro ditou à Secretaria de Recursos Humanos regras claras com vistas à capacitação humana e qualificação profissional. Este importante Setor do TRI, a cargo da Diretora da Secretaria de Recursos Humanos - **Maria das Graças Lima Brandão** e da Chefe de Departamento - **Moema Rocha Guimarães**, foi aprimorado no biênio que se extingue em 05.11.05.

CAPACITAÇÃO - DESENVOLVIMENTO - QUALIFICAÇÃO

Em atuação constante e crescente, a Secretaria de Recursos Humanos promoveu mais de cento de quarenta eventos, entre cursos e treinamentos internos, com a expressiva participação de mais de dois mil servidores!



Sempre atenta às necessidades da administração, a Secretaria de Recursos Humanos promoveu cursos visando à formação e capacitação de servidores para ocuparem as funções de **Chefe de Gabinete de Juiz de 1ª Instância**, **Calculista** e **Chefe de Departamento de Audiência**.

Neste passo, o DDRH/Seção de Desenvolvimento Organizacional e Capacitação de Pessoal, que, desde 2003, dava ênfase ao aprimoramento

da formação de servidores, acelerou suas atividades considerando a ampliação do número de Varas do Trabalho. Em 2005, também teve uma atenção especial com o aprimoramento e integração dos oficiais de justiça que necessitam de reciclagem e troca de informações de conhecimentos específicos para a realização das atividades.



No particular, foi realizado o curso *Execução – Teoria e Prática para os Oficiais de Justiça*, contando com a participação de quase 80 oficiais do interior e da capital.

A especial preocupação com a área de Recursos Humanos, visa, particularmente, qualificar o servidor na interface com o público. Dentro deste objetivo, o DDRH deu prosseguimento ao projeto *de Excelência no Atendimento ao Público* e também promoveu, em 2004, capacitação de **Tomada de Decisão**, dirigida às chefias intermediárias, e *Saúde Mental e Qualidade de Vida*, um projeto que deu prioridade aos diretores de Vara e oficiais de justiça, com o intuito de prepará-los para combater o estresse que o próprio exercício profissional proporciona. Dentro deste enfoque, o DDRH vem dando atenção, ainda, aos conflitos interpessoais e necessidades de integração para potencializar o resultado final do Regional, assim como à área de *Administração do Tempo*, uma matéria que se tornou premente nos dias de hoje nas grandes instituições.



Em síntese, as atividades desenvolvidas a título de Recursos Humanos podem ser assim descritas:

2003

- Promoção de cursos e treinamentos internos e inscrição de servidores em eventos promovidos por outras entidades

Número total de turmas realizadas: 08

Número total de participantes contemplados com atividades: 109

2004

- Promoção de cursos e treinamentos internos e inscrição de servidores em eventos promovidos por outras entidades

Número total de eventos realizados: 48

Número de participantes contemplados com atividades: 1.140

Número total de turmas realizadas: 91

2005

- Promoção de cursos e treinamentos internos e inscrição de servidores em eventos promovidos por outras entidades

Número de eventos realizados: 44

Número de participantes contemplados com atividades: 1.332

Número total de turmas realizadas: 96



EDUCAÇÃO NÃO-PRESENCIAL

O programa de Educação não-presencial na *web* foi deflagrado com o lançamento do curso “**Elaboração de Cálculos On-line**”, já tendo sido treinados diversos funcionários. Busca-se, em resumo, possibilitar a disseminação e a homogeneização do conhecimento da rotina trabalhista, intuito este que será facilitado com o lançamento do “**Curso de Tramitação do Processo na Justiça do Trabalho da 5ª Região**”: seu conteúdo é objeto de permanente atualização, especialmente consideradas as alterações implementadas pela Emenda Constitucional 45/04.

INTERIOR DO ESTADO

As Varas do Trabalho da Bahia abarcam, hoje, quase a totalidade do Estado, o que impõe grande esforço da administração visando ao treinamento constante dos servidores lotados fora da capital.

Desta forma nos últimos vinte e quatro meses, a Secretaria de Recursos Humanos tem encaminhado instrutores a diversas localidades, trabalhando, prioritariamente, o desenvolvimento de equipes e o aperfeiçoamento do atendimento ao público.

De grande importância, no particular, o intenso treinamento ocorrido na área de informática, capacitando servidores em Windows XP e estimulando o uso de correio eletrônico, como forma de agilizar a comunicação entre as unidades regionais, diminuindo os custos com a mesma.

No mesmo ideal de ministrar cursos de uma forma mais prática e ágil, foi implementada a contratação de instrutores no próprio município em que é sediada a Vara do Trabalho, a exemplo do que ocorreu, em Itabuna, com o “Curso de Português Instrumental”, experiência vitoriosa que deverá ser estendida para toda a Região.

QUALIDADE DE VIDA

Outro investimento particularmente interessante foi a capacitação dos servidores do Serviço de Saúde, objetivando a adoção de posturas de prevenção às doenças ocupacionais, assim como de vigilância quanto aos ambientes de trabalho e riscos derivados de atividades de rotina.

A qualidade de vida dos servidores teve ainda uma atenção especial com a capacitação dos servidores do Serviço de Saúde. Entre 2004 e maio de 2005, **24 servidores foram treinados em Vigilância à Saúde do Trabalhador**, um trabalho de 40 horas em sala de aula para levar esta unidade a assumir uma postura de prevenção às doenças ocupacionais. A partir deste trabalho, o serviço deve se organizar para realizar exames periódicos, prevenindo patologias como hipertensão arterial, diabetes, entre outras, com o intuito de garantir mais saúde aos servidores e evitar o alto absentismo e licenças prolongadas.

Em 2004, ainda foram promovidos dois grupos de Vigilantes do Peso, numa proposta de reeducação alimentar, cada grupo funcionando por 10 semanas. Participaram destas atividades **63 pessoas**, entre servidores e juizes.

Vale salientar que, desde agosto de 2005, o DDRH oferece, semanalmente, a todos os servidores atividades de meditação, a fim de prevenir o estresse no ambiente de trabalho.

No mesmo diapasão, está em fase de consolidação uma parceria com a Faculdade de Fisioterapia da Universidade Católica do Salvador para propositura de diagnósticos e a prevenção de doenças osteomusculares.

PROGRAMA DE PARCERIAS

Paralelamente aos cursos internos, e sempre visando o crescimento profissional de todos que trabalham perante o Quinto Regional, foi ampliado o programa de parcerias.

Em constante movimento, a Secretaria de Recursos Humanos tem firmado convênios com diversas instituições educacionais que, além de prestarem serviços de alta qualidade, oferecem descontos a juizes, servidores e respectivos dependentes.

A exata compreensão do aprimoramento profissional, somada ao perfeito conhecimento do conceito de qualidade de vida, faz com que o Tribunal do Trabalho da 5ª Região permaneça atento a todas as oportunidades que se apresentam a seus juizes e servidores, possibilitando a todos crescimento intelectual e crescente inserção social.



PROGRAMA DE ESTÁGIOS

Na área de estágios, foi mantido aquele anteriormente firmado com a Universidade Federal da Bahia, tendo o Tribunal firmado novos convênios com diversas faculdades (Ruy Barbosa, Jorge Amado, Uniñacs, Dois de Julho, Ucsal, Unime e Unyhana), visando a contratação de estagiários de nível superior.

Acrescentou-se ter sido firmado convênio com a escola Ética — Centro de Educação Profissional — para contratação de estagiários de nível médio, especificamente técnicos em higiene dentária.

Ademais, está em processo de conclusão convênio com o Centro de Ensino Superior do Extremo Sul da Bahia para realização de estágios pelos servidores do Regional nas próprias unidades de lotação.

Implementados os novos convênios, foi possível a ampliação do Programa de Estágio nesta Corte: em 2004, foram abertas, para contratação, 29 vagas para estagiários da área de Direito, após a realização de concurso público, com prova escrita de conhecimentos técnicos e redação, e posterior entrevista com os classificados. Os estagiários contratados submeteram-se a treinamento introdutório. Já foi autorizada a realização do segundo concurso de seleção de estagiários de Direito.

Foram contratados, ainda, mediante processo seletivo, estagiários de nível superior das áreas de Desenho Industrial, Administração de Empresas e Comunicação Social para preenchimento das vagas destinadas ao Departamento de Desenvolvimento de Recursos Humanos, Assessoria de Organização e Métodos e Assessoria de Comunicação Social.

O Programa de Estágio ganha destaque, inclusive, pelo manifesto aspecto social, possibilitando a estudantes da rede pública e da rede privada de educação enriquecedora experiências nas suas futuras áreas de atuação profissional. É a Justiça contribuindo para a igualdade social.

POSSE DE NOVOS SERVIDORES

Cargos	Servidores
Analista Judiciário/Administrativa	26
Analista Judiciário/Judiciária	50
Analista Judiciário/Judiciária/Execução de Mandados	44
Técnico Judiciário/Administrativa	213
Técnico Judiciário/Serviços Gerais/Segurança e Transporte	06
Total	339

SERVIÇO DE SAÚDE

O Serviço de Saúde está composto de cinco seções, complementares entre si: Seção Médica, Seção de Psicologia, Seção de Odontologia, Seção de Assistência Social e Seção de Controle de Material. A gestão que se finda preocupou-se, sempre, com o bem-estar bio-psico-social de magistrados, servidores e seus dependentes, promovendo metodologias de trabalho no serviço de saúde que buscassem evitar males e sanar mazelas. À guisa de exemplificação, buscamos apontar o que de mais relevante se fez:



- Ênfase à rapidez de atendimento das consultas odontológica e médicas ambulatoriais e de urgência a magistrados, servidores e seus dependentes, inclusive com atendimentos de urgência a usuários dos prédios do TRT.
- Outras atividades rotineiras da Seção Médica incluem as inspeções médicas para posse de novos magistrados e servidores, perícias para concessão de licenças médicas, realização de visitas domiciliares e/ou hospitalares para fins de licenças para tratamento da própria saúde, realização de visitas domiciliares e/ou hospitalares para fins de recadastramentos anual, por motivo de incapacidade de comparecimento ao Serviço de Pessoal, remoções de pacientes para clínicas e/ou hospitalares e atendimentos a candidatos em concurso promovido por este Tribunal
- Acompanhamento de servidores dependentes químicos, através de projeto desenvolvido pelo Setor de Assistência Social, com suporte na re-inserção no trabalho. Identificação prematura dos usuários e encaminhamento para instituições como o Alcoólicos Anônimos, Narcóticos Anônimos ou tratamento em Clínicas que prestam serviços ambulatoriais ou internação, coberta pelo plano de saúde (IH). A realização de convênio com a Clínica Vila Serena, facilitou sobremaneira as propostas de tratamento. Temos utilizado, também, os recursos disponíveis na comunidade, buscando entidades que prestam atendimento gratuito como: CATIA, CETAD e AA.
- Atuação do médico psiquiatra nos casos de atendimento clínico a magistrados, servidores e seus dependentes, com quadro específico da área, através de agendamento de consultas, ademais da assessoria à Junta Médica.
- Esforços de controle na segurança e saúde no trabalho, visando à detecção, eliminação ou neutralização de possíveis riscos ocupacionais aos servidores e magistrados. Acompanhamento de pacientes portadores de LER/DORT, com ênfase à prevenção das doenças ocupacionais através de orientação postural e ergonômica e avaliação da ergonomia nos postos de trabalho, com relatórios detalhados enviados à Administração, para as providências cabíveis.
- Capacitação de todo os profissionais da área da Saúde, através do curso de Vigilância à Saúde do Trabalhador, ministrado pela Prof. Dra. Rita Fernandes, patrocinado pela Administração deste Egrégio Tribunal, com desenvolvimento de projetos e treinamentos para atuação no Tribunal. Criação de um "Comitê de Saúde Ocupacional", a partir deste evento, com o objetivo de traçar e coordenar projetos em saúde do trabalhador, conjuntamente com outros Serviços deste Tribunal, diretos ou indiretamente vinculados ao assunto.
- Programa contínuo de controle da pressão arterial, controle de glicemia, combate ao tabagismo e de vacinação anti-tetânica, com realização de palestras e campanhas de esclarecimentos, com a presença de convidados de destaque de autoridades no assunto a Dra. Reine-Marie Chaves e o Dr. Esdras Cabus, como exemplos.



- Ações de assistência do Setor de Enfermagem, ademais da especial atenção para com a esterilização criteriosa do material médico-odontológico, utilizando tecnologia apropriada através de aparelho de autoclave e uso de indicadores biológicos para controle de qualidade, realizado pelo Lacen (Laboratório Central de Saúde Pública Prof. Gonçalo Muniz), em parceria com este Serviço de Saúde.
- Diminuição do número de pacientes faltosos da Seção de Odontologia, com rigoroso controle realizado através do agendamento pelo sistema informatizado Prodoctor, com aplicação da pena de suspensão regulamentada em Portaria. Atualização dos cadastros de todos os usuários da Seção de Odontologia pelo Programa supracitado, com repercussão positiva no controle dos pacientes com direito a atendimento, excluindo-se os agregados e dependentes previstos pelo Ato TRT5-006/2004, e servidores e magistrados exonerados ou cedidos a outros Regionais. A consequência maior desta organização foi a maior disponibilização de horários na agenda.
- Nos últimos meses, a Seção de Odontologia vem desenvolvendo, de forma rotineira, procedimentos preventivos em todos os pacientes, inclusive com distribuição de escovas e fios dentais. Estes procedimentos têm ótima aceitação por parte do nosso público e, com isso, espera-se uma redução no número de cáries. A contratação de estagiárias THD (técnico em higiene dental) facilitou este trabalho.
- Atendimento psicológico clínico (Setor de Psicologia), em número crescente, dos servidores ativos e inativos, magistrados, dependentes e pensionistas: psicoterapia, orientação profissional, consultas, orientação aos pais, preparação para aposentadoria, psicoterapia de apoio em caso de doenças e cirurgias, em atendimentos individuais e sigilosos em relação à identidade do paciente e seus problemas.
- Programa de estímulo à doação voluntária de sangue (doadores para Banco de Sangue), dirigida ao atendimento de servidores, magistrados e seus familiares, que, em momentos de enfermidades, necessitam captar doadores de sangue.
- Atendimento individualizado de assistência social a servidores e/ou a seus familiares, em situação social que, de algum modo, interfira no âmbito do trabalho ou que necessite de orientação profissional para sua resolução e/ou encaminhamento.
- Programa de Reabilitação de servidores portadores de limitações, por orientação médica, após longos períodos de licença ou por doença específica, em novas funções ou lotações, obedecendo os critérios de restrições e com acompanhamento periódico da evolução e adaptação. Tal atividade é realizada à nível de colaboração com SRH, responsável legal pelo processo de readaptação.



A desembargadora Marama dos Santos Carneiro manteve-se, sempre, firme na postura de aproximar o Judiciário da sociedade, norteando a sua administração pela transparência no trato da coisa pública.

Neste passo, já em dezembro de 2003, determinou que a Secretaria de Assessoramento em Comunicação Social elaborasse um informativo que seria o símbolo de uma gestão: a Revista TRT5. Como fruto da determinação de Sua Excelência, o Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região fez circular um periódico de alto nível, tanto do ponto de vista editorial quanto gráfico.

Já a partir dos primeiros números, o leitor foi brindado com entrevistas da Presidente e de todos os integrantes da Mesa Diretora do Tribunal, além de artigos jurídicos de diversos magistrados, a exemplo da desembargadora Vânia Chaves, diretora da Escola Judicial, e da juíza Fátima Stern, presidente da Associação dos Magistrados (Amatra 5).

Também foram publicados painéis de fotos da magistratura e dos diretores administrativos da Corte, bem recebidos tanto pelo público interno quanto pelo público externos. Diversos foram os temas tratados, de interesse da comunidade judiciária, sem se olvidar de temas correlatos à atividade funcional, tal como a discussão quanto a posturas saudáveis frente à ameaça de doenças ocupacionais.

Mais de uma vez, o periódico foi elogiado por abordar iniciativas que buscavam a construção de uma sociedade mais justa. A luta de organizações como a Associação dos Autistas da Bahia, a Sons do Bem, a Juspopuli e a Associação Camelot foram estampadas nas páginas que chegaram a um significativo público. Outros temas, como a

ação do Ministério Público do Trabalho e da Delegacia Regional do Trabalho, os direitos da mulher e os desafios enfrentados pelos advogados num mercado estressante também figuraram na publicação.

Vale registrar que, em todos os momentos, o informativo manteve-se fiel à sua missão de participar da vida administrativa da Corte. Não poderia, obviamente, a Revista deixar de registrar ações de magnitude, como a instalação de novas Varas do Trabalho, especialmente adaptação do edifício que recebeu toda a primeira instância na Capital.

Informar com transparência e objetividade: é desta forma que o Judiciário se aproxima da sociedade e acolhe os jurisdicionados, integrando-os ao dia-a-dia da Justiça do Trabalho. Uma Justiça de todos nós.



TRON

A Escola Judicial do TRT da 5ª Região foi dirigida pela Eminente Desembargadora Vânia Chaves a partir de Julho de 2004.

Desde então, houve substancial reformulação do programa de cursos preparatórios, com ênfase às disciplinas mais pertinentes para o quadro da magistratura trabalhista, com aprimoramento do convênio firmado com as Faculdades Jorge Amado, em nível de pós-graduação. Importante destacar o protocolo de cooperação mútua, para execução de atividades e cursos, destinados a melhoria da capacitação profissional de juizes e associados da Amatra 5, bem como para cumprimento das demais finalidades constitucionais, especialmente, estudos, pesquisas, seminários, curso de extensão, curso de aperfeiçoamento, conferências e programações culturais.

A seguir, ilustrativamente, serão listadas algumas das primordiais atividades desenvolvidas pela Escola ao curso do biênio que se finda, e que evidencia, indubitavelmente, o grau de excelência alcançado pela instituição.

VISITA PROGRAMADA AO TRT



Para aproximar a comunidade do Judiciário, foi instituído programa de visitas ao Tribunal Regional do Trabalho: são as mesmas programadas e têm início na sala de aulas da Escola Judicial, onde os visitantes são informados de dois temas básicos:

a) Os objetivos do programa “Visita Programada ao TRT da 5ª Região”, notadamente da intenção da Instituição em demonstrar sua posição e seus métodos de trabalho.

b) Os setores que serão visitados e suas respectivas funções, a partir de uma seqüência processual tal qual aquela normalmente empreendida por uma ação.

REFORMA FÍSICA

Nos últimos dois anos, foram realizadas obras de manutenção, como troca de todo o piso, substituição das divisórias existentes por gesso cartonado, aquisição de portas blindex, sendo uma revestida de pelúcia com o brasão da Independência, substituição de persianas, armários, portas de madeira e revisão da rede elétrica com troca de luminárias. De mais a mais, foram redefinidos os espaços físicos da antiga sala de xerox e da biblioteca.

Além de melhor adequar o ambiente às necessidades da escola, a reforma física propiciou a todos que frequentam o local maior conforto e bem-estar.

AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MÓVEIS

No mesmo passo em que se preocupa com o aprimoramento dos cursos que são oferecidos, e até mesmo de forma satisfazer a necessidade de alunos, servidores e magistrados, a Escola busca contínua modernização, com aquisição de equipamentos e móveis:



- a) 03 mesas para computador
- b) 02 mesas para biblioteca
- c) 08 Computadores
- d) 01 aparelho de TV
- e) 01 aparelho de DVD
- f) 01 aparelho com tampo de vidro
- g) 01 bebedouro de aço inox
- h) 01 luminária para biblioteca
- i) 01 estante para TV, DVD e aparelho de Som
- j) Instalação do equipamento multimídia no teto
- k) 04 aparelhos de ar condicionado Splint
- l) 07 cadeiras para computador
- m) Aparelho de louça
- n) 04 impressoras HP
- o) Reforma do sistema de som

BIBLIOTECA

No que tange à biblioteca, impõe-se ressaltar a reforma da sala, com substancial aumento do espaço físico. Nesta nova sala, os juizes e servidores dispõem de um acervo de livros que, obviamente, tende a tornar-se májusclo ao curso dos anos, proporcionando pesquisa fácil em um ambiente acolhedor para a leitura.



ATIVIDADES INSTITUCIONAIS

No cumprimento das suas atividades, e procurando aperfeiçoar-se constantemente, a Escola fez-se presente nos mais diversos eventos: neste passo, houve importante participação no Encontro de Diretores de Escolas na Associação dos Magistrados Brasileiros, ocorrido em Brasília, do qual derivou importantíssima troca de experiência com Escolas Judiciais de todo o país.

De mais a mais, e visando, sempre, o aprimoramento científico e cultural dos magistrados, a Ematra V promoveu os seguintes eventos:

- 1) Curso Qualidade de Vida
- 2) Curso de Violência Urbana
- 3) Curso de Execução Trabalhista
- 4) Curso Metodologia da Pesquisa Científica
- 5) Curso de Excelência no Atendimento ao Público p/ servidores
- 6) Hermenêutica Jurídica
- 7) Orientação Jurisprudencial e Enunciados do TST
- 8) Palestra "Sistema Jurídico e Norma Trabalhista. Questões Jurisprudenciais à luz da ordem Constitucional"
- 9) Lançamento do Livro "Enunciados do TST Comentados" de autoria do Des. Raymundo Antonio Carneiro Pinto
- 10) Reuniões da Associação dos magistrados espíritas - ABRAME
- 11) Apoio ao Instituto Bahiano de Direito do Trabalho
- 12) Palestra "O controle de Constitucionalidade e a jurisprudência do TSF"
- 13) Lançamento do livro "Greve & Locaute – Aspectos Jurídicos e Econômicos" do Des. aposentado Ronald Amorim e Souza



- 14) Lançamento do livro "Guia Prático de Linguagem Forense" de autoria do Des. Raimundo Antonio Carneiro Pinto
- 15) Palestra "Panorama Crítico da Reforma Constitucional do Poder Judiciário"
- 16) Painel "Lei de falência e seus reflexos no Direito Material do Trabalho"
- 17) Curso "Mandado de Segurança"
- 18) Encontro Nacional de Informática
- 19) Curso "Execução de Multas Administrativas, Aspectos Materiais e Processuais"
- 20) 1ª Jornada Bahiana de Novas Competências da Justiça do Trabalho
- 21) Curso de Mídia Trainee
- 22) Painel "A advocacia e o Mercado de Trabalho"
- 23) Curso de Autoproteção para juizes
- 24) Curso de Autoproteção para Oficiais de Justiça
- 25) Painel "Execução de Multas Administrativas e seus Reflexos Materiais e Processuais"
- 26) Painel "Descontos de IR e INSS na Justiça do Trabalho"
- 27) Reunião com o Conselho da Escola Judicial
- 28) Curso de Execução de Processo

PRÊMIO JURÍDICO:

Em parceria com a Associação de Magistrados (Amatra 5) e Associação Bahiana dos Advogados Trabalhistas (Abat), a Escola participou do Concurso de Monografia Jurídica destinado a estudantes de graduação em Direito "II Prêmio Jurídico Ministro Carlos Coqueijo Costa".

Em apertada síntese, as parecerias firmadas e as atividades de iniciativa da Ematra 5 denotam o grau de maturidade alcançado pela Escola na gestão da Presidente Marama Carneiro e atestam a correta direção da Desembargadora Vânia Cflaves.



TRIP

Vislumbrando a realidade brasileira, tenho por certo que a tarefa de construir o Poder Judiciário que todos sonhamos – independente, célere e próximo à sociedade - é desafio permanente de toda a magistratura, daqueles que assumem o comando administrativo dos Tribunais e daqueles que integram a base da magistratura, com destaque para a atuação das entidades associativas.

Dentro deste contexto, insere-se a gestão que ora se finda, sob a presidência da Desembargadora Marama Carneiro.

Já a sua trajetória associativa denota a grande preocupação com o ser coletivo e com o futuro do Judiciário. Com efeito, e de forma profícua, exerceu a Presidência da AMATRA 5 no período 95/97, integrou o Conselho Fiscal da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho – ANAMATRA no biênio seguinte e também o cargo de Diretora de Prerrogativas da AMATRA 5 no período 01/03. Pelo seu caminhar associativo, bem assim pelo compromisso sempre demonstrado, foi agraciada pelos juízes do trabalho da Bahia, reunidos em Assembleia Geral da AMATRA 5, com a comenda da Associação.

A sua liderança foi reafirmada tão logo assumiu a Presidência da Casa. Quase imediatamente, foi eleita para presidir o Colégio de Presidentes e Corregedores Regionais de TRTs – COLEPRECOR: ali exerceu eficiente gestão, inclusive promovendo, em seu âmbito, a oitiva de cidadãos usuários da Justiça.

Cumprir destacar, em primeiro plano, que a Presidente Marama sempre devotou à AMATRA 5 especial atenção. Sensível a sugestões e propostas da entidade, o diálogo foi sempre aberto, leal e transparente. Da mesma forma relacionou-se com todos os magistrados da Casa:

sempre disponível para recebê-los, o fez de forma democrática e atenciosa.

No discurso de posse, a Presidente Marama anunciou que sua gestão seria marcada “pelo uso do tênis”, metáfora utilizada para indicar a infundável capacidade de trabalho e o firme propósito de atuar pelo aprimoramento do TRT da 5ª Região. Assim pauteu a sua gestão. O culto e a prática de tal determinação produziu frutos. Inúmeros e incontáveis.



Caminhando no sentido da interlocução com a sociedade, destaca-se a implantação do “Dia do Cidadão”, realizado mensalmente e destinado ao atendimento, pela Presidente do Tribunal, daqueles desejosos de aproximação com o Judiciário. Iniciativa de grande alcance social e que deve servir de modelo para outros Tribunais e instituições.

E, numa visão prospectiva, adquiriu para o Tribunal equipamentos de filmagem e reprodução de imagens, inclusive de programas televisivos. O fez com vistas à iminente inserção do 5º Regional na programação da TV Justiça e também para registro histórico das atividades do Tribunal, ainda que realizados em parceria com outras entidades. Mais um passo no diálogo social.



Dentro da perspectiva da celeridade e eficiência do TRT da 5ª Região, a Presidente Marama estruturou a Escola Judicial, demonstrando preocupação com a formação permanente de magistrados e servidores e que, sem dúvida, convergirá para o aperfeiçoamento da prestação jurisdicional e para a celeridade também.

Cumpre destacar, finalizando, que a probidade e o espírito público passaram a sua gestão, manifestada em todos os atos que praticou. Tenha certeza, Presidente Marama, que muito contribuiu para a construção de um país mais justo e para ratificar o seu compromisso de vida com a Justiça do Trabalho! Parabéns!!

Seguiu com a implantação de todas as Varas do Trabalho criadas pela Lei 10.770/03. Em relação à capital, adotou iniciativa corajosa e

*Maria de Fátima Coelho Borges Stern
Presidente da AMATRA 5*

coberta de êxito. E que jamais será esquecida pelos que murejam na Casa: transferiu para o bairro do Comércio todas as Varas do Trabalho da Capital, inclusive as criadas pelo normativo referenciado. O novo prédio, propiciará melhores condições de administração da Justiça às partes, extensível a magistrados, membros do Ministério Público e advogados. Não olvidou, entretanto, as novas Varas criadas no interior do estado. Buscou parcerias e alocou recursos para consecução do seu objetivo — a implantação de todas elas.

Também a apresentação de projetos ao TST para regularização e ampliação dos cargos no Regional, já o primeiro tramitando no Congresso Nacional, reafirmam a preocupação da Presidente Marama com o jurisdicionado. Medida importantíssima em face da necessidade de imprimir maior celeridade aos feitos em curso, bem como para enfrentamento das novas competências atribuídas à Justiça do Trabalho pela Reforma do Judiciário. E ainda procurou dotar as Varas do Trabalho de compatível e equitativo número de servidores para enfrentamento dos serviços judiciários.



(Pronunciamento do Dr. Antonio Menezes do Nascimento Filho, Presidente da Associação Baiana de Advogados Trabalhistas)

A Associação Baiana de Advogados Trabalhistas manifesta o seu reconhecimento e gratidão pela forma prestimosa com que foram acolhidas as suas reivindicações junto à Presidência do TRT da 5ª Região, encontrando na Desembargadora Marama Carneiro uma amiga durante a sua gestão.

De fato, tanto quanto possibilitavam as circunstâncias, foram atendidos os nossos pleitos, por exemplo, quando das greves dos servidores, bem como a cada situação surgida, merecendo tratamento atencioso e dinâmico, sempre com resultados satisfatórios, levando em conta as peculiaridades do caso posto; e tendo, sempre, como norte o interesse dos jurisdicionados, representados pelos seus procuradores judiciais, os advogados.

Nessas ocasiões, sempre com o jurisdicionado em mente, a Presidente Marama jamais deixou de compreender, ponderar e tentar atender às expectativas e posições dos advogados, mesmo que não fossem exatamente convergentes com as suas, demonstrando o inegável espírito republicano, com que pautou a sua atuação à frente do TRT e no Colégio de Presidentes e Corregedores de TRTs.

A ABAT reconhece que sua sensibilidade foi fator decisivo na busca de soluções que, se não agradaram a todos, certamente entusiasmaram a esmagadora maioria dos advogados trabalhistas baianos, assinando, exemplificativamente, a escolha de adequado local para a transferência e instalação das Varas do Trabalho da Capital (trinta e nove), em prova incontestante do dinamismo da sua gestão, equipando esta Especializada com instalações apropriadas para o recebimento

do grande fluxo de novas demandas, cumprindo com determinação as suas atribuições institucionais trazidas pela Emenda Constitucional nº 45.

O Padre Anchieta dizia que os elos devem ser escritos sobre pedras para que se fizesse justiça ao homemagoado e não sobre a areia, pois as palavras ficariam sujeitas a se esboroaem por força dos ventos e das marés. A ABAT entende que a presente manifestação objetiva perpetuar na memória dos advogados a



passagem marcante da Desembargadora Marama Carneiro à frente dos destinos do TRT da 5ª Região, sobretudo com a implantação das novas Varas do Trabalho em todo o Estado da Bahia, o que estimulará a excelência dos serviços do judiciário trabalhista em nosso Estado, proporcionando um grande serviço à população trabalhadora que, confiante, ocorre a esta Justiça Especializada para ver resolvidos os seus conflitos resultantes da relação de emprego e da relação de trabalho.

Assim, quer a ABAT associar-se às homenagens que, merecidamente, são prestadas à digna magistrada Presidente, deixando o seu testemunho público para os pósteros, como reconhecimento pelos esforços por ela empreendidos para atender às inúmeras demandas da sociedade e pela atenção dedicada aos advogados, sempre disponível para ouvi-los e até aconselhá-los com a sua experiência acumulada ao longo da exitosa carreira na judicatura.



Por fim, a ABAT parabeniza toda a Mesa Diretora do Tribunal, bem como aos assessores, que sempre atuaram com responsabilidade e com o objetivo de melhorar a prestação jurisdicional, cumprindo o preceito constitucional da celeridade e do tempo razoável de duração do processo.

À Dr.^a MARAMA CARNEIRO a eterna gratidão dos advogados trabalhistas da Bahia pela gestão profícua e exemplar à frente do Tribunal Regional do Trabalho da 5^a Região.



Além de uma estrutura voltada para as demandas dos jurisdicionados, de uma Corregedoria Regional atenta à solução de todas as falhas e de uma Ouvidoria aberta diariamente à análise de reclamações e sugestões, a população contou com um canal direto junto à mais alta autoridade do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região.

O projeto “**DIA DO CIDADÃO**” foi criado em outubro de 2004, pela Presidente do TRT da 5ª Região, Desembargadora Marama dos Santos Carneiro, com o objetivo de receber a comunidade em audiência, na última sexta-feira de cada mês, acolhendo os cidadãos e aproximando-os cada vez mais da Justiça do Trabalho, dentro de uma relação de absoluta transparência e confiabilidade.

A Desembargadora Marama Carneiro, lembrando que o Regional sempre esteve de portas abertas ao público, concedendo audiências a advogados, representantes sindicais e partes envolvidas em processos trabalhistas, acreditou no sucesso do programa, enfatizando que “o diferencial, agora, é ter-se fixado uma data especial para esse tipo de atendimento na Presidência”. De acordo com a magistrada, tanto os juízes de primeira como os de segunda instâncias — nas Varas do Trabalho e nos Gabinetes — construíram uma relação democrática com a população e sempre se dispuseram a ouvir as partes quando solicitados.

Depois de ouvidos e orientados pela presidente, os visitantes continuaram sendo acompanhados pelo assessor de Projetos Especiais do TRT, José Medrado, até a completa solução do problema levantado.



TRIP

No dia 02 de dezembro de 2003, em solenidade ocorrida no Auditório Ministro Barata Silva, Tribunal Superior do Trabalho, em Brasília, foi empossada no cargo de Coordenadora do Colégio de Presidentes e Corregedores dos Tribunais Regionais do Trabalho a Desembargadora Marama dos Santos Carneiro, Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região.

Nas reuniões ocorridas durante a gestão da Excelentíssima Desembargadora Marama Carneiro, foram debatidos e estudados relevantes temas jurídicos e administrativos de interesse dos tribunais e dos jurisdicionados, dando continuidade ao ideal, iniciado na gestão anterior, de aproximar-se o Judiciário da sociedade, através da realização dos fóruns intitulados "O Judiciário que a Sociedade Deseja", e estimulado o necessário intercâmbio de experiências funcionais e administrativas, objetivando a integração dos Tribunais Regionais do Trabalho.



Nos dias 05 e 06 de fevereiro de 2004, foi realizada a primeira reunião de 2004 do Coleprecor, na Sala de Sessões do Pleno do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região, onde foi amplamente debatida a ampliação da estrutura da Justiça Trabalhista, com investimentos em informatização. No painel "O Judiciário que a Sociedade Deseja" foi traçado diagnóstico dos problemas existentes na Justiça do Trabalho, sob o ponto de vista dos usuários e da comunidade em geral, para a busca conjunta de soluções. Outro momento de destaque da referida reunião, foi a palestra proferida pelo Presidente do Tribunal de Contas do Estado da Bahia sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Na gestão da Excelentíssima Desembargadora Marama Carneiro, importantes temas foram discutidos pelo Colégio:

- Redistribuição de Servidores.
- Protocolo Integrado. Recurso de Revista. Não Conhecimento pelo TST.
- Verba para informática.
- Mudança das guias de levantamento e avaliação da implantação ocorrida nos Regionais.
- Informatização dos Tribunais.
- Assistência à Saúde do Servidor.
- Validade Jurídica das Petições Recebidas via e-mail nos Regionais.
- Realocação de Varas do Trabalho. Inamovibilidade. Consulta da Anamatra.
- Peticionamento Eletrônico.
- Sistema Bacen-Jud.
- Execução contra município. Leis sobre débito de pequeno valor.



- Constitucionalidade.
- Implantação do sistema integrado de gestão da informação jurisdicional na Justiça do Trabalho.
- Pagamento da indenização de transporte de que trata o art. 15 da Lei 9.289.
- Postura do Ministério Público e “Lei da Mordaga”.
- COLEPRECOR. O repensar de seu papel e o refletir sobre seu alcance e rumo.
- Programa de gestão documental. Provimento nº 10/2002 do TST.



- Carta precatória eletrônica.
- Planejamento e Orçamento no Serviço Público Federal e na Justiça do Trabalho.
- Tramitação de Cartas Precatórias.
- Expedição de ofício precatório. Unificação de procedimentos.
- Precatórios. Descumprimento pelas entidades de poder público. Medidas executórias eficazes e uniformizadas no sentido de solucionar o problema.
- Projeto Juiz-Cidadão.
- Proposta legislativa para permuta de servidores. Exposição de motivos.
- Integração de informações no âmbito das secretarias e dos órgãos julgadores.
- Funções comissionadas e órgãos administrativos dos TRTs. Uniformização de denominações.
- Execução de Contribuição Previdenciária.
- Agravos de Instrumento em Recurso de Revista. Mutirão Nacional.
- Administração Judiciária. Visões para o Futuro.
- Sistema de ponto eletrônico.
- Rito sumaríssimo.
- Saúde do trabalhador. Medidas preventivas



Posse da Mesa Diretora

Uma gestão voltada para a valorização dos servidores, para o entrosamento entre juízes de primeira e segunda instâncias e para a consolidação de canais de interação com a comunidade. Esses foram alguns dos compromissos assumidos pela Presidente do TRT da 5ª Região, Desembargadora Marama dos Santos Carneiro, na cerimônia de posse no cargo para o biênio 2003/2005, ocorrida no dia 05.11.03. Na mesma solenidade, tomaram posse o vice-presidente, Desembargador Gustavo Lanat, o corregedor-regional, Desembargador Roberto Pessoa, e o vice-corregedor regional, Desembargador Waldomiro Pereira.



Homenagem a dois ex-presidentes do TRT da Bahia

Os desembargadores aposentados Rosalvo Octacílio Torres e Washington Luiz Trindade, que estiveram na presidência do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região nos biênios 1971/1973 e 1983/1985, respectivamente, emprestaram seus nomes às Salas de Sessões das Turmas do Tribunal. A cerimônia de descerramento das placas foi realizada no dia 11.03.04.



Direitos humanos e sociais discutidos no TST

A Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região — Bahia, Desembargadora Marama dos Santos Carneiro, participou, nos dias 29, 30 e 31 de março e 01 de abril de 2005, do Fórum Internacional sobre Direitos Humanos e Direitos Sociais, evento promovido pelo Tribunal Superior do Trabalho.

Participaram de painéis e conferências palestrantes de diversas entidades nacionais e internacionais, que debaterão sobre temas como *Trabalho Infantil, Trabalho Escravo, Liberdade Sindical, Discriminação, Direito Comunitário e Direitos Sociais*, entre outros.



A abertura dos trabalhos ocorreu com palestra conduzida pelo Ministro do Supremo Tribunal Federal, Dr. Carlos Augusto Ayres de Freitas Brito, encerrando-se no dia 01 de abril, com a palavra do Dr. Francisco Rezek, Juiz da Corte Internacional de Justiça.

Novo site do TRT já está no ar

Inteiramente desenvolvido por servidores do TRT, o novo lay-out do site do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região, que entrou na ar no dia 14.04.04, no endereço www.trt05.gov.br, dá mais funcionalidade e visibilidade a cada item da página, encurtando o caminho para os navegadores que necessitam de mais rapidez e de respostas completas às suas pesquisas. A mudança operada ficou a cargo das Secretarias de Comunicação e Informática do Regional e fazem parte da proposta da nova gestão da Casa, que quer modernizar ambos os setores pela sua importância na relação com a produtividade e os jurisdicionados.



O antigo site do Tribunal foi inaugurado em 1999 e esteve entre os três de maior acesso na categoria jurídica, revelando a demanda dos internautas. Com o passar dos anos, a *home page* sofreu o acréscimo de vários *links* para serviços e informações.

O novo projeto do *site* priorizou a hierarquização dos elementos disponibilizados, numa organização fácil de ser reconhecida. Apostou-

se, também, em uma arquitetura flexível, que permitirá a inclusão de novos elementos de acordo com a organização do trabalho no TRT. Do ponto de vista estético, onde o novo *site* apresenta um ganho notável, a flexibilidade é possível através da substituição das imagens que ilustram a página inicial, sempre colocando em destaque aspectos culturais e naturais da Bahia.

Posse do Desembargador Cláudio Brandão

O Desembargador Cláudio Mascarenhas Brandão tomou posse na 2ª instância do TRT da 5ª Região, em concorrida cerimônia realizada na Sala de Sessões do Pleno. A promoção do magistrado efetivou-se pelo critério de antiguidade, na vaga decorrente da aposentadoria da Desembargadora Conceição Martinelli.



Presidente do TRT participa do 3º Congresso Gestão em Saúde

O 3º Congresso Gestão em Saúde — Expo Saúde, realizado nos dias 29 e 30 de abril de 2004, no Bahia Othon Palace Hotel, foi promovido pela Febase (Federação Baiana de Saúde Hospitalar, Estabelecimento e Serviço) e pela Ahsseb (Associação de Hospitais e Serviços de Saúde do Estado da Bahia), reunindo especialistas e autoridades das áreas médica e jurídica.



A Presidente do TRT da 5ª Região, Desembargadora Marama Carneiro, integrou o painel “Os Riscos Trabalhistas e de Responsabilidade Civil na Prestação de Serviços e Operação de Planos de Saúde”, que contou, também, com a participação do jurista Marcelo Brito, que substituiu ao juiz e professor Pablo Stolze.

Posse das Desembargadoras Sônia França e Débora Machado

O TRT da 5ª Região recebeu, em cerimônia realizada na Sala de Sessões do Pleno, no dia 01.06.04, as magistradas Sônia França e Débora Machado, que passaram a integrar a 2ª instância do Tribunal. A Desembargadora Sônia França ascendeu à cadeira pelo critério de antiguidade, na vaga decorrente da aposentadoria da Desembargadora Sônia Melo, enquanto que a Desembargadora Débora Machado, pelo critério de merecimento, na vaga deixada pela aposentadoria da Desembargadora Dolores Vieira.



14º Encontro dos Magistrados

O 14º Encontro Anual dos Magistrados da 5ª Região (EMAT) e o Seminário Jurídico Trabalhista, realizados, paralelamente, no período de 17 a 19 de junho de 2004, no Hotel Pestana, reuniram cerca de 330 juizes, advogados, Procuradores do Trabalho e estudantes. Organizado pela Amatra 5, com o apoio do TRT da 5ª Região e da Escola da Magistratura Trabalhista, o evento contou com as presenças do professor J.J. Calmon de Passos, do Ministro Lélio Bentes, do Tribunal Superior do Trabalho, e do professor Edvaldo Brito.



TRT presta homenagem a magistrado

A Sala de Sessões do Tribunal Pleno, em memória do magistrado que pertenceu à segunda instância deste TRT, ganhou o nome de Sala de Sessões Juiz Nylson Sepúlveda, por indicação da Desembargadora Graça Laranjeira, acolhida, à unanimidade, pelo Órgão Especial da Corte, em sessão realizada em 30.06.04. A cerimônia de descerramento da placa foi efetuada no dia 17/12/04, contando com a presença da viúva do magistrado, senhora Denise Sepúlveda.



Comenda Coqueijo Costa entregue em sessão solene

Em cerimônia realizada no dia 08/09/04, que inaugurou a entrega da Comenda Ministro Coqueijo Costa, foram condecorados o Governador do Estado, Paulo Souto, o então Prefeito de Salvador, Antônio Imbassahy, a então Procuradora-Chefe da Procuradoria Regional do Trabalho, Carla Rossi, as Desembargadoras aposentadas Conceição Martinelli, Dolores Vieira e Sônia Melo, e a viúva do Ministro Carlos Coqueijo Costa. Aídlil Leite Coqueijo Costa. Com isso, essas personalidades passaram a integrar a Ordem do Mérito Trabalhista da Bahia.



Presidente do TRT recebe comenda em Minas Gerais



A Desembargadora Marama dos Santos Carneiro, presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região, foi condecorada com a Grã-Cruz da Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho Juiz Ari Rocha, do TRT da 3ª Região

(MG), em solenidade a ser realizada no Teatro Klaus Vianna, em Belo Horizonte, em 17.09.04.

A Ordem foi instituída em 2000 com o objetivo de distinguir os que lutam em prol da paz e do engrandecimento da Instituição Judiciária do Trabalho, homenageando personalidades com destacada atuação em suas respectivas áreas profissionais.

Receberam, também, a Grã-Cruz o Ministro Nelson Jobim, Presidente do Supremo Tribunal Federal, os Ministros Maria Cristina Peduzzi e Renato de Lacerda Paiva, do Tribunal Superior do Trabalho, e os Juizes João Amílcar Silva e Souza Pavan, presidente do TRT do Distrito Federal, e Gustavo de Azevedo Branco, aposentado do TRT-MG.

Convênio Banco do Brasil/TRT: mais de 1,8 milhão em equipamentos

Um convênio celebrado entre o Banco do Brasil e o Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região garantiu a transferência de R\$ 1.800.500,00 em equipamentos de informática cedidos pela instituição bancária ao TRT. O BB vai adquirir as máquinas e repassá-las em regime de comodato pelo prazo de cinco anos, cabendo ao Tribunal os encargos com instalação e manutenção.



A presidente do TRI, Desembargadora Marama dos Santos Carneiro e o Superintendente de Governo, Dr. Paulo Roberto de Oliveira, assinaram o documento que celebra o acordo na presença do titular do BB-Poder Judiciário, Wanger Antonio de Alencar Rocha, assistidos pela presidente da AMATRA 5, Juíza Maria de Fátima Coelho Borges Stern, pelo Juiz Firmo Ferreira Leal Neto, pelo secretário-geral do TRI, Abnoan Rosas Araújo, pelo diretor-geral do TRI, Joaquim Augusto Bandeira Júnior, e por assessores do Regional.

Convênio TRT-Caixa beneficia Feira e Santo Amaro

No dia 21 de outubro de 2004, o Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho, Ministro Rider Nogueira de Brito, em correição no Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região, e a Desembargadora Marama dos Santos Carneiro, Presidente da Corte, estiveram no Fórum Professor José Martins Catharino, sede da Justiça do Trabalho de Feira de Santana, para a assinatura de convênio com a Caixa Econômica Federal.



Por força do acordo, a Caixa disponibilizou R\$ 41.000,00 (quarenta e um mil reais), destinados à adaptação das instalações em benefício dos deficientes físicos e aquisição de mobiliário e equipamentos de informática para aquele Fórum e, também, à instalação e manutenção do sistema de segurança do Fórum de Santo Amaro. O documento definiu,

também, formas de cooperação mútua que resultem em maior segurança na transferência e controle de depósitos recursais.

Na assinatura do convênio, a Caixa foi representada pelo Superintendente de Negócios de Feira de Santana e região, Aristóteles Alves de Menezes Júnior, pelo Gerente de Mercado do Segmento Judicial, Vivaldo de Oliveira Neto, e pela Gerente do posto da Justiça do Trabalho de Feira de Santana, Veruska Melo dos Santos Ribeiro.

Contrato possibilita transferência de varas do Trabalho para o Comércio

Foi assinado o contrato com o Banco do Brasil, no qual a instituição financeira comprometeu-se e assumir a locação do edifício Góes Calmon, antiga sede do Banco Econômico, no bairro do Comércio, para a instalação de todas as Varas Trabalhistas de Salvador. O documento foi firmado pela Presidente do TRT5, Desembargadora Marama dos Santos Carneiro, e pelo vice-presidente do BB, Ricardo Alves da Conceição, em solenidade que aconteceu na Sala de Sessões Juiz Nylson Sepúlveda, na sede do TRT, em Nazaré, no dia 16/02/05.

Pelo patrocínio, o BB terá, como contrapartida, um espaço para a instalação de sua agência bancária, o que facilitará a arrecadação das custas e depósitos processuais, além dos recolhimentos



previdenciários e tributários resultantes das ações que tramitam nas varas. "Parcerias entre tribunais e entidades de economia mista ou privada têm sido instrumentos cada vez mais usados, ante a insuficiência de recursos orçamentários para a necessária expansão dos serviços públicos", ressaltou a presidente Marama Carneiro.

A presidente do TRT destacou que uma das finalidades da transferência é proporcionar mais conforto aos jurisdicionados: "Todas as unidades de apoio, como os serviços de protocolo, de distribuição, balcão de informações, posto médico e setor de malotes também serão transferidos, assegurando o bom funcionamento das varas".

Oficiais prestam homenagens à presidente do TRT5

Durante a cerimônia que deu posse a dois novos servidores, os Oficiais de Justiça lotados na Capital prestaram uma homenagem à presidente do TRT, Desembargadora Marama dos Santos Carneiro, pelo seu empenho no aumento da indenização de transporte para a categoria. Aprovado pelo Órgão

Especial, o ajuste do valor, da ordem de 62,5%, elevou a indenização paga na 5ª Região ao mesmo patamar da que é praticada na Justiça Federal.

Segundo Armando Damit, diretor do Servi-



ço de Distribuição de Mandados, Avaliação e Depósito (SDMAD), presente no momento da homenagem, a conquistista é antiga aspiração dos oficiais, que careciam de recursos para o desempenho das suas funções.

Na tarde do dia 30/09/05, os Oficiais de Justiça lotados no Serviço de Distribuição de Mandados, Avaliação e Depósito, em Salvador, voltaram a homenagear a Presidente do TRT5 pela sua abertura no trato com a categoria. "A atenção dispensada e a facilidade de acesso já são, em si, duas marcas dessa administração. A Presidente sempre ouve e dialoga com o conjunto dos Oficiais", afirmou o diretor do SDMAD, enumerando, ainda, as medidas tomadas pela magistrada em nome da categoria: o reajuste da indenização de transporte, a retirada dos *ad hoc*s, com evidente reconhecimento da importância da profissionalização, e a disponibilização de mobiliário e equipamentos para o desenvolvimento dos trabalhos.

TRT recebe alunos da Unifacs

Estudantes da Faculdade de Direito da Unifacs tiveram a oportunidade de conhecer de perto as atividades da Justiça do Trabalho, passo a passo, desde o ajuizamento da ação à fase de execução, passando pelas audiências e processamento de recursos. A visita, guiada pelo Juiz do Trabalho Luciano Martinez Carreiro, foi a primeira de uma série que será promovida pela Escola Judicial do Tribunal, como parte do projeto Conheça o TRT da 5ª Região.

"O objetivo é aproximar o Tribunal da comunidade acadêmico-jurídica, facilitando a compreensão do processo trabalhista", explicou o



Juiz Martínez. Inicialmente, as visitas foram programadas mensalmente, tendo como público-alvo universitários que cursam disciplinas relacionadas ao Direito do Trabalho ou ao Processo do Trabalho. Em futuro breve, o projeto será expandido para outros grupos que não sejam necessariamente ligados ao Judiciário.

Fórum do Comércio tem plano de segurança

O Departamento de Segurança apresentou à Presidente do TRT da 5ª Região, Desembargadora Marama dos Santos Carneiro, no dia 25/07/05, uma avaliação das ocorrências registradas nos últimos quatro anos nos Fóruns da capital, a proposta de criação de um Grupo Especial de Segurança e Policiamento e o projeto para controle de acesso e circulação na nova sede das Varas da Capital, no bairro do Comércio.

Em relação ao plano de segurança no Edifício Góes Calmon, novo Fórum da Justiça do Trabalho, o projeto é detalhado, incluindo colocação de detectores de metal, alarmes, câmeras e central de monitoramento, controle de saída de materiais e veículos e identificação de servidores. O plano aborda todos os andares do prédio, com planejamento específico, tratando, ainda, da constituição de uma brigada para agir em casos de incêndio, e exercícios para a evacuação do prédio em casos extremos.

TRT entrega comenda em sessão solene

O Tribunal do Trabalho da 5ª Região reuniu uma concorrida audiência na entrega da Comenda Carlos Coqueijo Costa a ilustres personali-

dades das cenas política e jurídica balana. A cerimônia foi realizada, em 27/07/05, na Sala de Sessões Juiz Nylson Sepúlveda.



Foram condecorados o Prefeito de Salvador, João Henrique de Barradas Carneiro, os Desembargadores aposentados do TRT5 Luis de Pinho Pedreira da Silva e Rosalvo Torres, a Juíza aposentada do TRT 20, Ilce Marques de Carvalho, os Juizes do Trabalho aposentados José Augusto Rodrigues Pinto e José Ferreira Neves, e o gerente da agência do Poder Judiciário do Banco do Brasil, bacharel Wanger Antônio de Alencar Rocha.

Nesta segunda outorga da comenda — a primeira ocorreu em setembro de 2004 — o Regional viu consolidado o prestígio da honraria, criada em novembro de 2003 para agradecer pessoas e instituições que se destacam no Direito ou em outras atividades sócio-culturais, bem como àqueles que prestam relevantes serviços à Justiça do Trabalho.

Seminário discute Reforma Judiciária

Na noite do dia 02/08/05, a Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região, Desembargadora Marama Carneiro, abriu o segundo dia do “Seminário Sobre a Emenda Constitucional 45”, promovido pela subseção da Ordem dos Advogados do Brasil, em Feira de Santana, realizado na Universidade Estadual local. Na oportunidade,



Sua Excelência elogiou a iniciativa da entidade promotora, desejando máximo aproveitamento pelos participantes, não apenas para o aprimoramento intelectual, mas, também, para possibilitar o fornecimento de subsídios a suas futuras carreiras.

Encerrando o Seminário, a Presidente do TRT5 dirigiu-se palavras incentivadoras aos futuros juristas feienses, mostrando-lhes o lado positivo da ampliação da competência da Justiça do Trabalho, e os mecanismos que estão sendo buscados para enfrentar esses novos desafios.

TST condecora personalidades

O Tribunal Superior do Trabalho entregou, no dia 11/08/05, a Comenda da Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho de 2005 a diversas personalidades nacionais. Dentre os homenageados, o Presidente do TST, Ministro Vantuil Abdala, no grau Grã-Cruz, a Presidente do TRT5, Desembargadora Marama dos Santos Carneiro, no grau Grande Oficial, e a desembargadora do Quinto Regional, Elisa Maria Amado de Moraes, no grau Comendador.



Prestigiaram o evento o Corregedor do TRT5, Desembargador Roberto Pessoa, os Desembargadores da Quinta Região Trabalhista

Horácio Pires, Vânia Chaves, Tadeu Vieira e Sônia França, o deputado federal Jairo Carneiro, a presidente da AMATRA 5, Fátima Stern, além dos Juizes Ivana Magaldi e Adriano Bezerra Costa.

A comenda do TST, que completa a 35ª edição, tem o objetivo de homenagear instituições e cidadãos que, no exercício de suas profissões e funções, tenham prestado relevantes serviços à comunidade ou se destacado como exemplos para a coletividade. Saliente-se que o Instituto Ethos, articulador da adesão de grandes empresas ao combate ao trabalho escravo, foi uma das entidades agraciadas com a comenda.

15º Encontro dos Magistrados

A Presidente do TRT5, Desembargadora Marama dos Santos Carneiro, participou, no dia 25/08/05, com os Ministros Arnaldo Sussekind e Lélcio Correa Bentes, ambos do Tribunal Superior do Trabalho, da abertura do Fórum Internacional de Direitos Humanos e Direito Social, que ocorreu paralelamente ao 15º Encontro Anual de Magistrados do Trabalho da 5ª Região (EMAT), no Hotel Pestana. Registre-se que o



Registre-se que o evento contou com a participação do Presidente do Excelso Supremo Tribunal Federal, Ministro Nelson Jobim.

Temas relevantes foram debatidos: aplicação de normas internacionais do trabalho em território brasileiro; discriminação nas relações de trabalho; liberdade sindical; combate ao trabalho escravo; a Consolidação e a efetivação de direitos sociais; a inserção das convenções da Organização Internacional do Trabalho no sistema jurídico.

A promoção do evento foi do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região (TRT5), da Associação dos Magistrados do Trabalho da 5ª Região (AMATRA 5), da Procuradoria Regional do Trabalho da 5ª Região (PRT5), da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT) e da Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU), com apoio da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Presidente do TRT recebe comenda em Feira de Santana

Com a presença de diversas autoridades locais, regionais e da capital do Estado, a Presidente do TRT da Bahia, Desembargadora Marama dos Santos Carneiro, foi condecorada no dia 18/09/05, com a Grã-Cruz da "Ordem Municipal do Mérito de Feira de Santana", no grau Grande Comendador. A homenagem ocorreu no Centro de Cultura Amélio Amorim, tendo sido a honraria concedida por sua autoridade maior, o Gãon Mestre José Ronaldo de Carvalho, prefeito daquela localidade.

TRT empossa 147 concursados

Em fase de crescente expansão, o Tribunal Regional do Trabalho deu posse, no dia 03/10/05, a cento e quarenta e sete novos funcionários, totalizando, somente nos últimos dois anos, trezentos e dezenove servidores investidos para atuarem como analistas e técnicos judiciários na Instituição.

A relação entre a reestruturação da Justiça do Trabalho e a criação de empregos foi ressaltada pela Presidente do Tribunal, Desembargadora Marama dos Santos Carneiro, durante a solenidade de posse: "Desde que a Lei 10.770/03 autorizou a criação das Varas, temos feito um grande esforço para instalá-las. Os novos servidores chegam ao TRT num período de mudança e trazem, no semblante, a disposição de trabalhar. A inclusão desse pessoal no mercado de trabalho é, para nós, muito gratificante", destacou a magistrada.



Novo Fórum Trabalhista da Capital

O TRT da 5ª Região iniciou, em 19/09/05, o esforço de transferência das vinte e seis Varas do Trabalho então existentes na capital para a Rua Miguel Calmon, no Comércio; junto com essa mudança, o Regional instalou treze novas Varas do Trabalho, totalizando trinta e nove unidades voltadas para o atendimento à população de Salvador, Itaparica, Lauro de Freitas e Vera Cruz.

Sempre atento aos temas institucionais, cuidou o Tribunal para que todos os procedimentos envolvendo a instalação do novo Fórum soteropolitano fossem padronizados, de forma a dar maior segurança à transferência de sede e facilitar a organização no novo espaço físico.

Não obstante a grandeza do processo de mudança das Varas, o mesmo operacionalizou-se em reduzido espaço de tempo, entre os dias 03 e 07 de outubro do corrente ano, graças ao elogiável engajamento dos servidores da Casa, especialmente os que laboram nas Secretarias e no Departamento de Segurança.

Não pode ser esquecida a contribuição valerosa da VI Região Militar, que disponibilizou caminhão e contingente de dez homens, de forma a agilizar os serviços.



Aproximando-se do final da sua gestão, a Desembargadora Marama Carneiro permaneceu firme no propósito de melhor aparelhar a Justiça do Trabalho baiana, possibilitando a Juizes e servidores melhores condições de trabalho, com inegável aumento quantitativo e qualitativo da prestação jurisdicional.

Com o mesmo empenho dos primeiros dias, a Administração que se encerra não poupou esforços em cumprir, fielmente, o compromisso assumido em 05 de novembro de 2003.

A instalação de novas Varas do Trabalho e, no âmbito da segunda instância, do “plenarinho” são fatos relevantes que precisam ser relatados: mais do que o registro de novas realizações, refletem a marca de uma administração que se pautou, sempre, pelo compromisso indissociável do Judiciário com a sociedade.

4ª VARA DO TRABALHO DE FEIRA DE SANTANA

A primeira vara da Justiça do Trabalho do município de Feira de Santana foi instalada em meados de 1962; em 1989, instalou-se a 2ª Vara, vindo a ser instalada a 3ª Vara em 1992. Finalmente, atendendo a anseios da comunidade jurídica local, em 20 de agosto de 2005, foi instalada a 4ª Vara do Trabalho de Feira de Santana. Numa palavra, a sociedade local viu transformar-se em realidade o sonho de solucionar as dificuldades por que passavam as Varas até então existentes, em face do número elevado de processos. A Presidente do Tribunal, Desembargadora Marama Carneiro, que nos anos 70 trabalhou como servidora da Justiça do Trabalho em Feira de Santana, estava, nova-

mente, na cidade: desta vez, para inaugurar a 4ª Vara do Trabalho. Na mesma cerimônia, foi instituída a nova nomenclatura do prédio que abriga as unidades trabalhistas na cidade: **Fórum Professor José Martins Catharino**. Justa homenagem prestada pelo Regional ao jurista baiano, responsável pela formação de toda uma geração de operadores do Direito. Em seu discurso, quando da inauguração da 4ª Vara, a Presidente do Tribunal rememorou os esforços de magistrados e servidores do Egrégio para dotar Feira de Santana da nova unidade no menor tempo possível: registre-se que, criada na lacuna deixada pelo esvaziamento da jurisdição de Ubaíra, a nova vara de Feira de Santana não entra no cômputo das duas novas autorizadas para a cidade através da Lei que disciplina a expansão da Justiça do Trabalho em todo o país. A Desembargadora Marama Carneiro exortou as lideranças políticas feirenses e dos municípios com jurisdição comum a lutarem por recursos para a instalação das 5ª e 6ª varas locais, anunciando que a juíza Angélica de Mello Ferreira, até então lotada na Vara do Trabalho de Irecê, assumiria a titularidade da Vara recém aberta.



26ª VARA DO TRABALHO DE SALVADOR

A atuação da Diretoria Administrativa, seguindo diretrizes firmes ditadas pela Presidente Marama Carneiro, foi fundamental para a instalação da 26ª Vara da Capital. No dia seguinte à inauguração da nova unidade, o Tribunal definiu a forma de alteração da distribuição de processos em Salvador: criou-se uma distribuição qualificada, separando as ações que demandem inclusão em pauta - distribuídas até o limite diário de 15 processos - para a 26ª Vara de Salvador e o saldo para as demais. Inaugurada no dia 14 de outubro, a 26ª Vara corresponde ao primeiro dos vinte novos Juízos criados pela Lei nº 10.770, de novembro do ano passado, para o estado da Bahia. A nova unidade foi entregue ao público em breve cerimônia dirigida pela presidente do Tribunal, com expressiva presença de magistrados da Casa, entre outras autoridades, que reconheceram a importância da obra. Na solenidade, a então presidente da Associação Baiana dos Advogados Trabalhistas, Dra. Mirella Barreto de Araújo, discursou lembrando a importância da nova Vara para a consecução de uma melhor prestação jurisdicional na 5ª Região. Em seguida, a presidente do TRT, desembargadora Marama Carneiro, pronunciou-se indicando algumas das ações da sua administração, a exemplo de parcerias firmadas com Banco do Brasil e Banco Real, bem como as vitórias obtidas pelo Colégio de Presidentes e Corregedores dos Tribunais Regionais do Trabalho nas lutas por uma melhor distribuição de



recursos e pela promoção da saúde dos servidores. A inauguração da 26ª Vara contou com a presença, dentre outras autoridades, dos deputados federais Félix Mendonça e Jairo Carneiro, do procurador-chefe da União na Bahia, Henrique Araújo Galvão de Carvalho, e do procurador do Estado Gustavo Lanat Filho. Também compareceram os secretários de Governo, Ruy Santos Tourinho, e de Segurança Pública do Estado, Edson Sá Rocha; o chefe da Casa Militar do Governador do Estado, coronel Christóvão Rios de Brito; o presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho, Juiz Grijalbo Fernandes Coutinho; a presidente da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 5a. Região, Juíza Maria de Fátima Coelho Borges Stern; a diretora-geral da Escola Judicial, Desembargadora Vânia Chaves, e a procuradora-chefe da Procuradoria Regional do Trabalho da 5a. Região, Dra. Carla Geovanna Cunha Rossi.

3ª VARA DO TRABALHO DE ILHÉUS

O Fórum João Mangabeira, sede da Justiça do Trabalho em Ilhéus, já conta com a 3ª Vara, reforçando o atendimento à jurisdição local. Na tarde do dia 16 de agosto, a presidente do TRT5, Desembargadora Marama dos Santos Carneiro, inaugurou a nova unidade em cerimônia que contou com a presença de diversos representantes do meio jurídi-



UM TRT QUE CRESCE

co e da sociedade ilheense, confirmando o anseio da comunidade local pela concretização da medida.

Entre as autoridades presentes à inauguração estiveram o Desembargador do TRT5 Valtércio Ronaldo de Oliveira, representando a AMATRA5, e os presidentes da Seção Bahia e da Subseção Ilhéus da Ordem dos Advogados do Brasil, Dinailton Nascimento de Oliveira e Leonel Cristo Pontes, respectivamente.

Em seu discurso a presidente Marama Carneiro fez referência às novas atribuições da Justiça Trabalhista após a Emenda Constitucional nº 45 e lembrou que cabe ao administrador público adotar medidas para agilizar os trabalhos nesta Especializada. Uma dessas medidas é o aumento do número de varas, de modo a permitir uma distribuição de processos que não sobrecarregue o magistrado e lhe possibilite tempo para estudar, a fim de atualizar seus conhecimentos e auxiliá-lo no ideal de proferir decisões justas, disse a desembargadora.



Para atuar como juíza titular da 3ª Vara do Trabalho, a presidente do TRT5 removeu, a pedido, a juíza Maria Luíza Ferreira Passo, até então à frente da Vara do Trabalho de Itamaraju.

5ª e 6ª VARAS DO TRABALHO DE FEIRA DE SANTANA

No dia 22 de agosto de 2005, foram instaladas a 5ª e a 6ª Varas do Trabalho de Feira de Santana, além de nova estrutura de protocolo geral e da adaptação de acesso para portadores de necessidades especiais: desta forma, o Fórum Professor José Martins Catharino, sede da Justiça do Trabalho naquele município, adquiriu estrutura pra prestar serviços que a comunidade local merece.



Até 2004, existiam apenas três Varas do Trabalho em Feira de Santana, o que dificultava uma tramitação célere dos feitos trabalhistas. Em agosto daquele ano, foi inaugurada a 4ª Vara do Trabalho daquele município, mas, ainda assim, especialmente em face da ampliação da competência desta Especializada, urgia a implantação de novas Juízas.



Quando da inauguração das novas Varas, a Desembargadora Marama Carneiro ressaltou que o ato traduzia um passo importante na busca de um melhor aparelhamento da Instituição, de forma a fazer face aos desafios que o Judiciário procura vencer. Aquela ocasião, a



Presidente do Regional registrou a parceria firmada com a Caixa Econômica Federal para a realização de benfeitorias na sede dos Juízos Trabalhistas de Feira de Santana, anunciando, ainda, os nomes das Titulares da 5ª e da 6ª Varas inauguradas, respectivamente, Juíza Elvira Maria Borges de Macedo e Juíza Soraya Gesteira de Azevedo Lima.



Estiveram presentes na cerimônia de inauguração das Varas, dentre várias outras autoridades, os Desembargadores Gustavo Lanat Pereira, Roberto Freitas Pessoa, Luiz Tadeu Leite Vieira, Raymundo Carneiro Pinto e Vânia Chaves, os Juízes Norberto Frerich, Eliana de Carvalho, Angélica Ferreira, Ivana Magaldi e Gilmar Carneiro de Oliveira, este último representando a Amatra 5, o Prefeito Municipal local José Ronaldo de Carvalho, o Deputado Federal Jairo Carneiro, a então Procuradora-Chefe da Procuradoria Regional do Trabalho, Dra. Carla Rossi e o Presidente da Abat, Dr. Antônio Menezes Filho.

4ª VARA DO TRABALHO DE ITABUNA

O Fórum José Alves Ribeiro, sede da Justiça do Trabalho de Itabuna já conta com sua 4ª Vara do Trabalho, inaugurada na tarde do dia 28 de setembro de 2005, pela presidente do TRT5, Desembargadora Marama dos Santos Carneiro.

Com a entrada em funcionamento dessa nova unidade, a expectativa é de que os milhares de processos ajuzados anualmente nas Varas

locais tramitem com maior celeridade. A implantação de mais um Juízo na cidade de Itabuna está inserida no projeto de ampliação do Regional, de acordo com a Lei 10.770, de novembro de 2003. Os trabalhos da 4ª Vara de Itabuna estão sob a responsabilidade da juíza Cléa Pimenta Bastos.

Compareceram à cerimônia de inauguração, entre outras autoridades e convidados, o Desembargador Federal do Trabalho Valtércio Ronaldo de Oliveira e o prefeito local, Fernando Gomes, que não economizou elogios ao trabalho da Presidente Marama Carneiro.

Durante a solenidade, a Presidente Marama Carneiro recebeu das mãos da diretora do Fórum José Alves Ribeiro, Juíza Eloína Maria Barbosa Machado — que dirigiu palavras de agradecimento emocionado - uma placa com inscrições em homenagem ao seu dinamismo.



A presidente do TRT5, em seu discurso, agradeceu o esforço coletivo desenvolvido pelos servidores do Regional e salientou a “fundamental participação e a colaboração de todos os que trabalham no fórum local, bem como a compreensão dos seus ilustres magistrados, no período das reformas, fazendo possível a conclusão das obras”. Finalizou agradecendo a presença de todos que prestigiaram o evento e pedindo forças para continuar trabalhando em prol do engrandecimento da Justiça.



VARAS DO TRABALHO DE PORTO SEGURO E VITÓRIA DA CONQUISTA

No final de outubro, a presidente do TRT5, desembargadora Marama dos Santos Carneiro, concluiu a maratona de instalações das novas Varas previstas pela Lei 10.770/2003 para o Estado da Bahia. Neste mês, foram inauguradas a primeira unidade de Porto Seguro e a segunda de Vitória da Conquista.

De acordo com a lei, todas as 20 novas Varas deveriam ser instaladas até o final de 2005, mas, graças ao empenho da administração do Tribunal Regional, sob a liderança firme da Presidente Marama Carneiro, foi possível organizar o cronograma de forma que tudo ficasse pronto antes do término da atual gestão. “Deixo assim, o cargo de presidente, com a certeza de minha missão integralmente cumprida”, afirmou a magistrada.

No dia 27 de outubro, foi a vez de Porto Seguro, no sul da Bahia, ganhar a sua primeira Vara do Trabalho, sob a presidência da **Juiza Renata Sampaio Gaudenzi**, incluindo em sua jurisdição também os municípios de Santa Cruz de Cabrália e Belmonte. Todos eles, anteriormente, vinham sendo atendidos pela Vara do Trabalho de Eunápolis, onde tramitavam mais de 2.000 processos por ano.

Porto Seguro tem a sua economia fortemente concentrada no turismo, gerando por



isso muitas demandas trabalhistas no setor de serviços — hotéis, restaurantes, bares e similares: daí a necessidade de uma Vara do Trabalho que atendesse, exclusivamente, à região, que engloba sítios naturais dos mais visitados de todo o País, como Arraial D’Ajuda e Trancoso.

Já a 2ª Vara do Trabalho de Conquista foi inaugurada em 31 de outubro, sob a titularidade do **Juiz Adriano Bezerra Costa**, dividindo com a primeira unidade a pesada jurisdição que engloba, além do município-sede, as cidades de Abaíra, Anagé, Barra do Choça, Belo Campo, Caetanos, Cândido Sales, Caralbas, Piaã, Planalto, Poções e Tremedal. Com desenvolvimento econômico consolidado nos diversos setores — pecuária, agricultura, comércio e indústria —, o município tem muita demanda trabalhista, tendo chegado a 1.806 novos processos no ano passado.



NOVA SALA DE SESSÕES

Um dos últimos feitos da Desembargadora Marama Carneiro na presidência do TRT5 foi a criação de um espaço próprio para as reuniões do Órgão Especial e das Sessões Especializadas em Dissídios Coletivos e Individuais I e II. A inauguração foi marcada por uma cerimônia simples, no dia 03 de novembro, à tarde, com a presença de magistrados, procuradores do Trabalho, advogados e servidores da instituição.



O Plenarinho, que fica no térreo, recebeu o nome de “Sala de Sessões Professor José Martins Catharino”, homenageando o ilustre advogado baiano que marcou a história da Justiça do Trabalho.

A inauguração do espaço foi fundamental para a informatização das sessões, prevista para ocorrer até o final deste ano. Todo o mobiliário foi confeccionado e instalado de forma a receber os equipamentos próprios para a implantação do Projeto E-Jus (Governança Eletrônica do Poder Judiciário), que tem por finalidade unificar todas as ferramentas eletrônicas utilizadas pelos mais diversos ramos da justiça brasileira para formação de um Portal do Judiciário na Internet.

Cada Desembargador contará com um monitor próprio, pelo qual poderá acompanhar a leitura dos votos, atas e demais documentos relacionados com as sessões e também efetuar pesquisas na Internet. Além de agilizar o andamento dos processos, o E-Jus vai gerar uma significativa economia de custos com a eliminação de impressos. As salas de sessões das turmas de julgamento também contarão com o programa.



Nasce uma nova JUSTIÇA. Após muitos anos, a capital baiana ganhou uma nova sede para abrigar todas as suas Varas do Trabalho. Não se trata, apenas, de uma edificação nova. A Justiça do Trabalho da 5ª Região expande-se e renova-se: cresce e se aperfeiçoa para possibilitar a atender, com maior celeridade, aos reclames de toda a sociedade.

A instalação do novo Fórum trabalhista de Salvador é uma marca indelével e histórica da administração que se encerra: e, sintomaticamente, evidencia que não se encerra uma etapa, mas abrem-se horizontes para o crescimento e o fortalecimento de uma Nova Justiça.

Os Presidentes do Tribunal Superior do Trabalho e do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região, ministro Vantuil Abdala e desembargadora Marama dos Santos Carneiro, respectivamente, o Governador do Estado, Pau-

lo Souto, e o Prefeito de Salvador, João Henrique Carneiro, entre outras autoridades, participaram, no dia 12 de outubro de 2005, da cerimônia de inauguração do Fórum Juiz Antonio Carlos Araújo de Oliveira, nova sede das Varas Trabalhistas de Salvador, no bairro do Comércio.



Para conhecer as instalações do prédio, que abrigará as 39 varas da Capital, acorreram também os Desembargadores da Corte, Juizes do

Trabalho, representantes do Ministério Público do Trabalho, advogados, servidores e representantes da economia baiana. A cerimônia iniciou com a entrega, pela presidente do Tribunal, da Comenda Ministro Carlos Coqueijo Costa ao Ministro Vantuil Abdala. A honraria, criada em novembro de 2003, tem por finalidade agraciar personalidades e instituições que se destacam no exercício do Direito, em atividades sócio-culturais ou prestando relevantes serviços à Justiça do Trabalho.

Em seguida à condecoração, a desembargadora Marama Carneiro fez um pronunciamento, no qual ressaltou a importância do novo Fórum para a revitalização do Comércio, mas explicou que a escolha da área e a instalação na nova sede se deram com base em critérios técnicos e objetivos.

A magistrada destacou, entre outros pontos, o apoio do Banco do Brasil, o fácil acesso para os moradores de toda



a cidade e a segurança providenciada junto ao Governo do Estado para o local. Não deixou a Desembargadora Presidente de agradecer a todos os diretores administrativos, técnicos e operários que se empenharam nas obras, e trouxe à lembrança o Juiz Antonio Carlos Araújo de Oliveira, homenageado com a denominação da nova sede das Varas do Trabalho da capital.

Já o Ministro Vantuil Abdala, falando em seguida, lembrou o perfil do Ministro Coqueijo Costa e reconheceu que a população recebeu uma estrutura digna para prestação ao jurisdicionado. “Se há um direito que tem que ser reconhecido de maneira eficiente e célere é o do trabalhador. Ele não pode esperar, porque disso depende o seu sustento e o da sua família”, afirmou. O ministro chamou a atenção para inovações tecnológicas que o TST pretende introduzir em breve, como o peticionamento e a notificação eletrônicos.

Também se pronunciaram, o Governador do Estado, Paulo Souto, a Procuradora-chefe da Procuradoria Regional do Trabalho, Ana Emília Andrade Albuquerque da Silva, o Presidente da OAB-Bahia, advogado do Dinalton Nascimento de Oliveira, e o Superintendente Estadual do Banco do Brasil, Sidnei Sinhorini. Após a última fala, a presidente do TRTS descerrou a placa inaugural do novo



Fórum e ouviu as orações do Reverendo Juracy Gomes de Oliveira, da Paróquia de Nazaré, do Pastor Edvar Gimenez de Oliveira, da Igreja Batista da Graça, e da Juíza Federal Mônica Neves Aguiar da Silva, que representou a comunidade espírita.

Participaram da cerimônia o presidente do TRT da 19ª Região, Pedro Inácio da Silva, e a vice-presidente do TRT da 20ª Região, Maria das Graças Monteiro Melo, representando o presidente daquela Casa, Juiz Augusto César Leite de Carvalho, a Desembargadora Neuza Maria Alves da Silva, representando o presidente do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, Desembargador Federal Aloísio Palmeira Lima, o Chefe da Advocacia Geral da União, procurador Henrique Araújo Galvão de Carvalho, e o subprocurador-chefe da Procuradoria da Fazenda Nacional na Bahia, Ricardo Mendonça Cardoso.

Dentre os representantes de entidades jurídicas, se fizeram presentes os presidentes da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 5ª Região – AMATRA V, Juíza Maria de Fátima Stern, e da Associação Baiana dos Advogados Trabalhistas – ABAT, Antonio Menezes do Nascimento Filho, e o 1º Secretário do Instituto Baiano de Direito do Trabalho, Carlos Alfredo Cruz Guimarães, representando o presidente



NASCE UMA NOVA JUSTIÇA

da entidade, Eurípedes Brito Cunha. Participaram da solenidade, ainda, o vice-prefeito de Salvador, Marcelo Duarte, os Deputados Federais Jairo Carneiro e José Carlos Aleluia e o Presidente da Câmara Municipal de Salvador, Vereador Valdenor Cardoso.

Para finalizar, fica o registro das palavras da Desembargadora Marama Carneiro ao inaugurar a nova sede das Varas do Trabalho de Salvador:

"A cerimônia que hoje se realiza, com a inauguração solene do fórum que abrigará as varas trabalhistas da nossa capital, evoca e rememora a história; enaltece e faz justiça à vida de um cidadão e magistrado exemplar e serve para conclamar as gerações presentes ao enfrentamento de um audacioso desafio de esforço e empenho geral para o desenvolvimento e prosperidade maior da cidade, que é o Projeto de Revitalização do Comércio, a que se incorpora e solidariza, por feliz coincidência, a Justiça Especializada Trabalhista na Bahia. As digníssimas presenças das autoridades federais, estaduais e municipais de todos os Poderes constituídos do País e o comparecimento de ilustres personalidades do mundo político, cultural, social e econômico, e de cidadãos do povo, prestigiando este acontecimento, concorrem para oferecer alto significado e relevo a este evento, como testemunhos qualificados e participes memoriais do processo de construção histórica que se afirma em prol da modernização, fortalecimento e expansão dos serviços da Justiça, como direito funda-



no Comércio, nos idos de 1941, nasceu a Justiça do Trabalho na Bahia, instalada na Rua da Argentina, nº 1, 1º andar, antiga sede do Instituto dos Comerciantes, sob a denominação de Conselho Regional do Trabalho da 5ª Região, com jurisdição sobre os estados de Bahia e Sergipe e composto de duas Juntas de Conciliação e Julgamento em Salvador e uma em Aracaju. O futuro que se passará a edificar com esta inauguração evoca o passado, e a decisão desta Presidência, fundada em critérios técnicos e objetivos, com o apoio e a solidariedade de todo o Tribunal, restabelece os laços da Justiça ao protagonizar a descentralização de seus serviços.

Em homenagem ao saudoso e ilustre professor baiano Antonio Carlos Araújo de Oliveira, que durante 15 anos exerceu com dignidade e honradez a magistratura trabalhista em nosso Tribunal, recebe este Fórum o seu nome. E aproveitamos para agradecer a honrosa presença de seus familiares neste evento.

O Fórum Juiz Antonio Carlos Araújo de Oliveira, que a



partir de hoje funciona como sede das 39 varas trabalhistas da capital, possui uma área de aproximadamente 22.000m², compõe-se de 12 pavimentos e as varas trabalhistas possuem área em torno de 170m². O mobiliário, tanto de uso interno como de uso do público foi confeccionado com medidas e formas ergonomicamente recomendáveis, mas o seu maior destaque é a parte tecnológica, pois será o primeiro prédio do País completamente sem fios no que se refere à comunicação, seja ela de voz ou de dados, isto é, tanto através de sistema de telefonia como através de sistema de informática. Possui ainda um moderno sistema

no-break, que não permitirá a interrupção de fornecimento de energia na hipótese de alguma pane elétrica ou pico de tensão. No que se refere a transporte e segurança, aspectos que foram levados em consideração no decorrer das negociações para transferência das varas trabalhistas, de Nazaré para o Comércio, são problemas que consideramos praticamente sanados.

O fórum situa-se próximo a esse verdadeiro terminal rodoviário, que é o Terminal da França, por onde circula a maioria das linhas de ônibus de Salvador, e, além disso, a Superintendência de Transporte Público deste município já indicou as linhas de ônibus que facilitarão a ligação entre TRT/Comércio e TRT/Nazaré, e se comprometeu a, conforme a demanda, avaliar a necessidade de efetuar alterações ou criar outras formas de ligação. Quanto à segurança, além da que já vem sendo oferecida pelo Estado, estamos encaminhando ofício ao Comandante da Polícia Militar, o Coronel Antonio Jorge Ribeiro

Santana, no sentido de um policiamento mais ostensivo para este bairro, principalmente na área circunvizinha ao fórum, haja vista que a transferência das varas trabalhistas para o Comércio implicará um afluxo diário de cerca de oito mil pessoas nesta área. Queremos agradecer à 6ª Região Militar, por intermédio de seu ilustre e digno comandante, o General de Divisão José Elio Carvalho Siqueira, pela gentileza, presteza e alto espírito público com que atendeu à nossa solicitação no sentido de disponibilizar veículos e pessoal para nos auxiliar no transporte dos processos, de Nazaré para o Comércio.

Nosso agradecimento, também, ao egrégio Tribunal Superior do Trabalho, por intermédio de seu Presidente, o Excelentíssimo Ministro Vantuil Abdala, por ter se mostrado solícito em relação à liberação de verba suplementar para permitir a conclusão deste Fórum.

Além disso, gostaríamos de destacar o trabalho que vem sendo desenvolvido pelo Excelentíssimo Ministro Vantuil Abdala com a finalidade de criar o chamado Portal Único da Justiça do Trabalho, que funcionará como uma ferramenta de grande valia para magistrados, advogados e partes, permitindo maior agilização no andamento dos feitos, pois significará a uniformização de procedimentos e a interligação de todas as unidades trabalhistas, nas três instâncias, num único sistema informatizado.

Nosso muito obrigado ao Banco do Brasil, através de seus ilustres representantes aqui presentes, não só pelo valioso auxílio que tornou possível este empreendimento como pelo muito que tem colaborado para com



a nossa instituição.

Nossos parabéns aos mestres-de-obras, pedreiros, pintores, carpinteiros, marceneiros, eletricitistas, ajudantes, enfim, todos os operários que estiveram durante esse período verdadeiramente com a mão na massa, executando as obras de construção civil, pelo excelente trabalho realizado.

Nosso especial agradecimento aos diretores de Varas Trabalhistas e aos funcionários da Secretaria de Coordenação Judiciária, pelas boas sugestões, sempre acatadas pela Presidência, quanto à operacionalização e funcionalidade das varas; aos diretores das Secretarias de Planejamento e Economia, Organização e Métodos e aos profissionais do Serviço de Saúde, pela imprescindível orientação no sentido de evitar ou prevenir possíveis patologias decorrentes das condições de trabalho; aos engenheiros e demais funcionários do Departamento de Obras, pela eficiência e rapidez com que elaboraram a planta e cuidaram do planejamento de todos os detalhes relativos à adequação e reforma do prédio. Finalmente, não poderia encerrar minhas palavras sem prestar uma justa e merecida homenagem a quatro servidores do Tribunal, sem que isso implique qualquer desmerecimento para os demais que igualmente prestaram sua importantíssima parcela de colaboração em relação a essa obra. É que foram esses servidores que, desde o início das negociações visando a locação deste imóvel, se mostraram batalhadores incansáveis, não medindo esforços para superar os percalços e dificuldades, que foram muitos, a fim de que tudo desse

certo e saísse de acordo com o planejado. São eles o Dr. José Ferreira Neves, Diretor da Secretaria Administrativa — que assumiu a coordenação da obra, orientando, buscando soluções e decidindo; Edvaldo dos Reis Pinheiro, Diretor do Serviço de Atendimento Gerais — que incorporou as funções de um verdadeiro mestre-de-obras, daqueles competentes, responsáveis e detalhistas, que nada de errado deixava escapar;

Márcio Fernando Ribeiro da Silva, Diretor de Tecnologia e Logística — esse foi de eletricitista à mais alta sofisticação em termos de tecnologia, tendo sido o responsável pela implantação desse sistema inovador de comunicação sem fios; e Fernando Barreto Paes Cardoso, Diretor do Serviço de Patrimônio e Suprimento — que atuou como uma espécie de coordenador de marceneiros e carpinteiros, cuidando de todos os detalhes relativos ao mobiliário adquirido, a fim de que se enquadrassem nas especificações ergonômicas recomendadas.

Em meu nome e do Tribunal, recebam nossos sinceros agradecimentos.

A escolha desta data para inauguração do novo fórum das varas trabalhistas da capital não se deu ao acaso. Hoje é o dia de Nossa Senhora Aparecida e também é a data em que se comemora o Dia da Criança. Assim, este fórum, que consideramos uma criança que acaba de nascer, já nasce sob as bênçãos da padroeira do Brasil.

Muito obrigada a todos."



É chegado o termo final. Finaliza-se uma gestão, mas não acaba um ideal: renova-se, a cada dia, a certeza de que o Judiciário, cômso de suas responsabilidades, não se furtará, jamais, a cumprir o seu papel na construção de uma sociedade fraterna e justa. Neste particular, o Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região, em permanente processo de evolução e renovação, mantém-se fiel a princípios básicos que hão de nortear a atuação de todos que laboram nesta Casa. Justiça seja feita.



TRIP

PARTE



004932

PATROCÍNIO



BANCO DO BRASIL